



REVISTA DA
ACADEMIA
PARANAENSE
DE LETRAS

Nº61
2012
CURITIBA PARANÁ

ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS
Diretoria do biênio 2011/2012

Presidente

Eduardo Rocha Virmond

Vice-Presidentes

Chloris Casagrande Justen

René Ariel Dotti

Secretários

Rui Cavallin Pinto

Albino de Brito Freire

Tesoureiros

Ernani Costa Straube

Ário Taborda Dergint

Diretores de Comunicação Social (Oradores)

Ernani Lopes Buchmann

Adherbal Fortes de Sá Júnior

Diretores de Documentação e Acervo (Bibliotecários)

Belmiro Valverde Jobim Castor

Flora Camargo Munhoz da Rocha

Diretor Jurídico

Antônio Celso Mendes

Grupo de Editoração

Belmiro Valverde Jobim Castor

Rui Cavallin Pinto

Adélia Maria Woellner

Grupo de Apoio

Clemente Ivo Juliatto

Oriovisto Guimarães

Carlos Roberto Antunes dos Santos



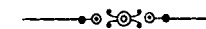
REVISTA DA ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS

Publicação da Academia Paranaense de Letras

Ano 74, nº 61, agosto de 2012

A revista não se responsabiliza pela redação,
nem pelos conceitos emitidos pelos seus colaboradores.

Projeto gráfico (capa e miolo): Rita Soliéri Brandt



ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS

Fundada em 26 de setembro de 1936, teve seus estatutos registrados em 7 de março de 1974 no Cartório do 1º Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Curitiba, PR, arquivados sob n.º 164.893 e registrados no Livro A n.º 3.112, e também junto ao Conselho do Serviço Social do Ministério da Justiça sob n.º 53/67.

Rua Professor Fernando Moreira, 370

Curitiba/PR Tel. (041)3222-7731

CEP 80410-120

www.academiapr.org.br

e-mail: erv@ervirmond.com.br

PRESIDENTES

Ulisses Falcão Vieira (1936-1942)

Oscar Martins Gomes (1942-1951)

Otávio de Sá Barreto (1951-1957)

Oscar Martins Gomes (1957-1966)

Osvaldo Piloto (1966-1970)

Vasco José Taborda Ribas (1970 -1990)

Felício Raitani Neto (1990 -1992)

Valfrido Pilotto (1992-1994)

Túlio Vargas (1994 - 2008)

Lauro Grein Filho (2008)

José Carlos Veiga Lopes (2008 - 2010)

Chloris Casagrande Justen (2010)

Eduardo Rocha Virmond (2011)



EM DEFESA DA LÍNGUA

A determinação do Ministério da Educação de divulgar e sustentar a sua lamentável cartilha denominada “Por Uma Vida Melhor”, em que a ideologia da ignorância tomou conta do ensino oficial, desprezando a cultura da língua culta, é absolutamente inexplicável, a não ser pela confissão do próprio Ministro, manipulado por seus subordinados, de que não teria forças para corrigir o que está escancaradamente falso. De que serve o Ministro?

Desde os bancos escolares, todo o esforço da inteligência e da vontade de jovens e crianças em aprender, em participar do processo civilizatório do Brasil, tem os estímulos que se originam em sua própria infância, dos pais e avós que incentivam o aprendizado, que os conduzem às escolas, que observam a sua evolução cultural, que insistem em que seus filhos e netos tenham uma perspectiva mais grandiosa em suas próprias vidas. Quem não entende estas grandezas que vêm da alma humana, da natureza e da vontade de progredir, são os burocratas do Ministério da Educação, que não pela primeira vez se comprazem em desdenhar a cultura brasileira, fazendo pouco dos ensinamentos que são ministrados pelos sacrificados professores que povoam o País e incentivam grandes e pequenos, ricos e pobres, em participar do mundo e se enobrecer com as obras dos clássicos da língua portuguesa e brasileira, Machado de Assis, Eça de Queiroz, Graciliano Ramos, Carlos Drummond de Andrade, tantos outros.

A Academia Paranaense de Letras, coadjuvante da defesa da língua, da fala e da escrita, manifesta sua indignação pela insistência em se impor que esteja correto se agredir a natureza da cultura, por ensinar não estar errado se escrever e se dizer contra as regras tradicionais da gramática. Segundo a cartilha “Por uma vida melhor”, falar “nóis pega o peixe” está correto e investir contra isso revela “preconceito linguístico”. Disse um filósofo que “a linguagem é a casa do ser”. Se nessa casa reinar a ignorância da língua, a casa estará pobre, indefesa, incomunicável. A língua portuguesa-brasileira é o porto de salvação e de comunicação generalizada da inteligência, sem a qual o Brasil ficará, graças aos burocratas, cada vez mais atrasado, não só na esfera da fala e da escrita, mas tal constrangimento representa tentativa de obscurantismo, que se tenta incrementar oficialmente em nome de uma ideologia populista mal definida.

É merecido citar-se a frase do grande jornalista e economista Carlos Alberto Sardenberg: “dizer em livros didáticos que “nós pega o peixe” está certo não é apenas um equívoco, é um crime”.

A Academia Paranaense de Letras se associa às manifestações de indignação e repúdio que se multiplicarão pelo País, concluindo-se que a omissão do Ministro revela simplesmente sua convivência contra a cultura e a língua que se fala, se pratica e se escreve no Brasil.

Curitiba, 17 de maio de 2011.

Eduardo Rocha Virmond
Presidente da Academia Paranaense de Letras



* Texto publicado no jornal Gazeta do Povo / Curitiba / PR.





Esta realização da Academia Paranaense de Letras, em comum com o Instituto Histórico e Geográfico do Paraná não é uma sessão solene. Sessão solene será na próxima segunda feira, neste mesmo local, quando se comemoram 75 anos da Academia. Todos estão convidados. O festejo importa em rápidas palestras sobre figuras de destaque da História do Paraná. VISCONDE DE GUARAPUAVA, ROCHA POMBO, WILSON MARTINS e BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETTO.

É antes de tudo o início, hoje, de uma jornada de trabalho, de concentração cultural, de comunicações de pesquisas. Esta jornada de apenas três dias promete ser de grande valor, principalmente para nós, os acadêmicos e a quem mais vier aproveitar.

A Academia Paranaense de Letras adota como seu dever o de participar do Brasil, de seus problemas, principalmente relacionados à cultura, às letras, à ciência.

Neste mês, no dia 7 de setembro, houve manifestação da Academia, relacionada à questão da corrupção. Vou lê-la. A desenfreada corrupção, a desavergonhada corrupção, eivada de cinismo e deboche, atinge os costumes, é abrangente, afeta a cultura, cria desencanto, cria a crença de que não adianta qualquer esforço de engrandecimento, inclusive de aperfeiçoamento pessoal.

Não é aceitável permanecer silente, imobilizado, indiferente perante o oportuno clamor público, de sul a norte do Brasil, contra a avassaladora corrupção de que tomamos conhecimento em todos os dias do ano. A

Academia Paranaense de Letras se julga no dever de, mais que prestar solidariedade, colocar-se também à frente desta indignação brasileira da mais justa expressão. Como essa nódoa provém de onde não poderia existir, de Ministérios e até do Congresso Nacional, com toda a sua força de intimidação que malogradamente aprenderam a exercer, inclusive contra a Presidência da República, é preciso que nós todos, cidadãos comuns, consigamos nos unir, para que fique cada vez mais evidente estarmos cientes e conscientes de tal degradação e da necessidade de reagir. De nossa parte, membros da Academia Paranaense de Letras, a nossa arma é o verbo pela palavra escrita e é como podemos exercer a nossa parte nesta grande reação do povo, conclamando que as demais forças venham, sem esmorecimentos, a se incorporar a este imenso movimento.

Curitiba, 7 de setembro de 2011.

Eduardo Rocha Virmond
Presidente da Academia Paranaense de Letras



Esta reunião é a oportunidade de tornar pública a posição da Academia. Esse texto foi remetido a quem de direito, porém ninguém achou interesse em sua publicação.

Voltemos à Semana de História, criada pelo acadêmico RUY WACHOWICZ, no ano de 1995. Por coincidência, eu era Secretário de Cultura, a quem ele pediu parceria. Foi realizada essa Semana de 16 anos atrás nesta mesma sede. Agora voltamos para cá e contamos com o apoio da Secretaria de Cultura e de seu ilustre titular, PAULINO VIAPIANA, com o mesmo interesse que eu havia manifestado em 1995.



Vamos abrir já os trabalhos, com a palestra de nosso confrade LAURENTINO GOMES. Claro que ele é muito mais que um acadêmico. A sua obra, de jornalista que faz história, transcende os limites de nossa terra, alcança vivência internacional. Precisamos dele sempre, com a fluência de sua escrita, com a reinterpretação de fatos históricos do Brasil, lançando, com sua experiência, aliada a sua pesquisa, - novas luzes que têm o efeito de estimular a todos nós, para a vitalidade de nossas esperanças. Com a palavra LAURENTINO GOMES.



Quando do direito que o Brasil tem
 de ser livre. Deu-se por isso o nome de
 liberdade. E assim se fez a
 de. E assim se fez a. E assim se fez a.
 E assim se fez a. E assim se fez a.
 E assim se fez a. E assim se fez a.
 E assim se fez a. E assim se fez a.
 E assim se fez a. E assim se fez a.

OS 180 ANOS DA ABDICAÇÃO DE D.PEDRO I

Laurentino Gomes

20 SETEMBRO DE 2011

XVII SEMANA
 DE HISTÓRIA
 20, 21 E 22 DE SETEMBRO DE 2011
 ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS
 INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARANÁ



Na madrugada de Sete de abril de 1831, ameaçado pelos tumultos que tomavam as ruas do Rio de Janeiro e as vizinhanças da Quinta da Boa Vista, em São Cristóvão, o imperador D. Pedro I esgueirou-se pela escuridão e refugiou-se na fragata inglesa *Warspites*, que o aguardava ao largo da Praia do Caju. Estava acompanhado da mulher, a imperatriz Amélia, e da pequena rainha de Portugal, Maria da Glória. Antes de partir, num gesto de grande significado político que haveria de enriquecer a sua já debilitada imagem pessoal, nomeou o ex-adversário José Bonifácio de Andrada e Silva tutor dos quatro órfãos reais que ficavam para trás: D. Pedro II e as irmãs Januária, de nove anos, Paula Mariana, de oito, e Francisca, de sete. Quando saiu do palácio, as crianças estavam dormindo. O historiador Tobias Monteiro conta que D. Pedro acercou-se da cama de cada uma delas e as beijou em silêncio, mal contendo as lágrimas.

Quatro razões contribuíram de forma decisiva para a abdicação de D. Pedro I em 1831. As duas primeiras, já vistas nos capítulos anteriores, foram os escândalos da vida privada e sua notória oscilação entre os interesses brasileiros e portugueses. O envolvimento com a Marquesa de Santos e a morte da popular imperatriz Leopoldina, chorada até pelos escravos e pessoas mais humildes, causaram revolta em um país ainda muito católico e conservador, cuja população considerava esse tipo de comportamento intolerável. As condições do tratado de reconhecimento da Independência, pelas quais concordara em indenizar os portugueses, eram apontadas pelos brasileiros como uma prova definitiva de que o soberano inclinava-se mais a agradar seus compatriotas de nascimento do que os de sua pátria de adoção. Tudo isso fez com que D. Pedro perdesse rapidamente a aura de herói da Independência conquistada em 1822.

Um terceiro motivo para a abdicação foi a longa e desgastante guerra com a Argentina pelo controle da província Cisplatina, o atual Uruguai, também chamada de Banda Oriental pela sua localização geográfica, a leste do Rio da Prata. “Um dos despojos do esfacelado império colonial espanhol”, na definição dos historiadores István Jancsó e André Roberto de A. Machado¹, a província fora invadida em 1816 pelas tropas do príncipe regente D. João, em retaliação contra a Espanha que, aliada a Napoleão, tomara de Portugal a cidade de Olivença em 1801. Cinco anos mais tarde, foi oficialmente incorporada ao império brasileiro para alívio das oligarquias locais. Sem a proteção da antiga metrópole espanhola, os fazendeiros viviam até então assombrados pelos bandos armados que invadiam suas propriedades para roubar gado. A trégua, porém, foi passageira.

Em 1825, Juan Antonio Lavalleja iniciou uma insurreição com o objetivo de separar a Cisplatina do Brasil e incorporá-la às Províncias Unidas do Rio da Prata, conglomerado de regiões relativamente autônomas de cultura espanhola que daria origem à República Argentina. D. Pedro reagiu declarado guerra aos argentinos sem avaliar adequadamente as consequências do seu gesto. Com o Império virtualmente quebrado, às voltas com problemas financeiros, políticos e diplomáticos, o imperador não tinha condições de mobilizar os recursos necessários para manter a campanha militar no sul. Impopular desde o começo, a guerra ceifou a vida de cerca de 8 000 brasileiros. Além de drenar os recursos do tesouro nacional, flagelava as demais regiões com os temidos recrutamentos forçados, nos quais jovens eram capturados à força para integrar as tropas num conflito que os brasileiros, a rigor, não identificavam como de seu interesse.

O império acabou derrotado em 1827, quando forças argentinas e uruguaias massacraram os brasileiros na localidade de Ituzaingó. A paz

viria em 27 de agosto de 1828 com a assinatura do tratado intermediado pela Inglaterra que deu a independência ao Uruguai. O novo país nascia para servir de tampão, ou para-choque, entre os interesses do Brasil e da Argentina na estratégica foz do Rio da Prata, região que Portugal e Espanha haviam disputado de forma encançada durante os três séculos da colonização. O imperador foi identificado como o grande culpado pela derrota. “A perda do território uruguaio era um duro golpe na sua imagem de depositário da herança dos Bragança na América no seu todo, por cuja integral preservação sua responsabilidade era intransferível”, observaram István Jancsó e André Roberto de A. Machado. “O encanto que fizera do príncipe libertador e Defensor Perpétuo do Brasil, por aclamação dos povos, se romperá”².

Dois efeitos colaterais da Guerra Cisplatina foram o agravamento da crise financeira e a indisciplina nos quartéis. Em 1828 mais da metade do orçamento público era gasto com os ministérios militares. Sem arrecadação de impostos suficiente para cobrir as despesas, foi necessário buscar novos empréstimos externos. A inflação disparou. Nos oito primeiros anos do país independente, as emissões de dinheiro mais do que dobraram, saltando de 9.171 contos em 1822 para 20.350 em 1830. Em 1829, o papel-moeda circulava em São Paulo com deságio superior a 40%, fazendo com que uma nota de mil réis fosse trocada por menos de 600 réis³. Ninguém acreditava no dinheiro brasileiro.

A agitação nos quartéis, por sua vez, era decorrente da contratação de um número cada vez maior de mercenários estrangeiros para suprir as tropas nacionais. Ao chegar ao Brasil, os novos soldados eram submetidos a uma dura disciplina, que incluía açoite com chicotes – exatamente como o país estava acostumado a tratar seus escravos negros. Isso resultou em uma explosão de ódio nas ruas do Rio de Janeiro em 1828. Um soldado alemão foi preso e condenado a levar chibatadas por uma pequena falta

disciplinar. Antes que o castigo chegasse ao fim, seus companheiros se rebelaram e libertaram o prisioneiro. Um oficial que tentou dominá-los foi assassinado. Todos os batalhões estrangeiros da cidade, formados por irlandeses, franceses, suíços e alemães, imediatamente se solidarizaram com os rebeldes. Embriagados e sem qualquer controle, os mercenários começaram uma onda de saques por toda a capital, só contida a muito custo. O saldo do confronto foi pavoroso: 40 pessoas mortas do lado brasileiro contra 120 soldados estrangeiros⁴.

Todas essas dificuldades convergiram na quarta e definitiva razão para o desgaste do imperador: a permanente instabilidade política do Primeiro Reinado, resultante, em grande parte, do gênio impulsivo e autoritário do soberano. A dissolução da constituinte, em 1823, a censura à imprensa, a perseguição aos jornalistas, ex-companheiros da maçonaria e adversários políticos em geral, o cruel tratamento aos mártires da Confederação do Equador e outras decisões minaram rapidamente a já precária rede de apoio que o imperador conseguira tecer no início de seu reinado. Em nove anos no trono brasileiro, D. Pedro mudou dez vezes o ministério – em média, mais de uma por ano. Ao todo, teve 45 ministros nesse período, um terço dos quais eram portugueses de nascimento. Sua autoridade foi constantemente desafiada por uma oposição cada vez mais forte e bem organizada, que usava a imprensa para propagar as suas ideias. Em 1830, já existiam cerca de vinte jornais em circulação no Rio de Janeiro e mais de cinquenta em todo o império – a maioria deles ligados aos liberais adversários do imperador⁵.

Em 1829, a Câmara dos Deputados tentou aprovar o impeachment de dois ministros, o da Justiça, Lúcio Soares Teixeira de Gouveia, e o da Guerra, general Oliveira Alves, acusados de má administração e abuso de poder. O alvo não era propriamente o ministério, mas o próprio monarca. Pela Constituição de 1824 cabia exclusivamente a ele nomear e demitir

os ministros. No episódio do impeachment, o parlamento também reivindicava essa prerrogativa, o que significava reduzir o poder imperial. D. Pedro venceu por escassa maioria – 39 votos a 32 –, mas a situação se complicou no ano seguinte, com a eleição da nova legislatura, em que a oposição saiu reforçada. Surpreso com o tom agressivo das trocas da comunicação entre o imperador e os opositores, o conde Alexis de Saint-Priest, representante da França no Rio de Janeiro, definiu a situação política brasileira da seguinte maneira: “Ninguém pode governar, todo mundo intriga e as relações do governo com seus adversários não são de luta, mas de conspiração”⁶.

A crise política estava diretamente ligada à disputa entre portugueses e brasileiros, forte o suficiente para contaminar o círculo mais próximo do imperador. Em 1830, D. Pedro mudou mais uma vez o ministério e entregou o cargo mais importante a Felisberto Caldeira Brant Pontes, o influente Marquês de Barbacena, que, na condição de representante do Brasil em Londres, tantos serviços prestara ao império. Barbacena tentou conduzir um governo conciliador, empenhado em estabelecer uma ponte de diálogo entre um parlamento fortalecido nas eleições recentes e um soberano cada vez mais cioso de sua autoridade. Uma de suas exigências para assumir o cargo, no entanto, foi que D. Pedro se livrasse do suposto “gabinete secreto”, ou seja, da influência dos amigos portugueses, apontada como nociva no seu relacionamento com a câmara e o senado. D. Pedro cedeu e demitiu do palácio Francisco Gomes da Silva, o *Chalaça*, e João Rocha Pinto, também apontado como integrante do “gabinete secreto”. Ambos foram despachados para a Europa onde passariam a viver com uma generosa pensão vitalícia bancada pelo tesouro brasileiro.

O esperto *Chalaça* logo encontrou uma forma de vingar-se de Barbacena. Ao desembarcar na Europa dedicou-se a coletar indícios

de corrupção contra o novo ministro. Uma das irregularidades estava relacionada ao primeiro empréstimo externo contraído pelo Brasil, no valor de três milhões de libras esterlinas, negociados por Barbacena e outro diplomata brasileiro, Manoel Rodrigues Gameiro Pessoa, futuro Visconde de Itabaiana, junto a um banco inglês em 20 de agosto de 1823. Embora fossem diplomatas do império – ou seja, funcionários públicos – Barbacena e Gameiro receberam uma comissão de 59.998,10 libras esterlinas, equivalente a 2% sobre o total do empréstimo. Outro percentual do mesmo valor havia sido pago aos banqueiros e negociadores ingleses. Segundo o relatório de *Chalça*, Barbacena também havia manipulado as taxas de câmbios e superfaturado muitas de suas despesas enquanto era representante do Brasil na Europa. O trabalho de intriga envenenou de tal modo as relações do imperador com o ministro que Barbacena acabou demitido e humilhado publicamente, embora as denúncias nunca fossem devidamente comprovadas.

Fora do governo, Barbacena reforçou o já poderoso bloco da oposição. Além de publicar nos jornais detalhes constrangedores da negociação para o segundo casamento de D. Pedro com Amélia, enviou ao imperador, no dia 15 de dezembro de 1830, uma carta desaforada, na qual avisava que o ex-aliado poderia acabar seus dias “em alguma prisão de Minas a título de doido, e realmente só um doido sacrifica os interesses de uma nação, da sua família e da realeza em geral aos caprichos e seduções de criados caixeiros portugueses”. Por fim alertava que, caso o soberano continuasse a se comportar daquela forma – “português e absoluto de coração” – sua ruína seria inevitável. “A catástrofe, que praza a Deus não seja geral, aparecerá em poucos meses; talvez não chegue a seis”⁷. A profecia se cumpriria antes do prazo previsto. D. Pedro cairia menos de quatro meses depois.

Os últimos meses do reinado de D. Pedro foram de tumultos e sobressalto em todo o país. Uma onda de boatos indicava que o imperador preparava um golpe absolutista, pelo qual mudaria a constituição de 1824

com o objetivo de reforçar ainda mais os próprios poderes e subjugar o parlamento. Os rumores tinham fundamento. Algum tempo antes, D. Pedro chegou a fazer uma consulta a dois dos auxiliares mais próximos – o seu confessor, frei Antônio de Arrábida, e Francisco Vilela Barbosa, o Marquês de Paranaguá – a respeito da conveniência de reformar a constituição. Frei Arrábida o desaconselhou a levar o projeto adiante de maneira enfática: “Queime, Senhor, o papel que contiver este quesito, que só pensado se julgaria crime. (...) Ele nos arrastaria à mais espantosa ruína”⁸.

Um evento na França contribuiu para acirrar os ânimos. Foi a queda do rei Carlos X, um defensor tardio do absolutismo real, em julho de 1830. Em seu lugar, os franceses colocaram no trono o liberal Luís Felipe, também chamado de chamado de “o rei burguês” porque tinha o apoio da nova classe de ricos e comerciantes sem títulos de nobreza que, desde a Revolução Francesa, abalara os alicerces do poder no país. A troca, intensamente comemorada pelos liberais brasileiros, produziu uma tragédia em São Paulo. Na noite de 20 de novembro o jornalista italiano João Batista Líbero Badaró foi assassinado com um tiro no estômago na porta de casa. Badaró era redator do jornal *Observador Constitucional*, que sustentava a causa dos liberais e ajudara a organizar uma manifestação de júbilo pelos acontecimentos na França. Suas últimas palavras teriam sido: “Morre um liberal, mas não morre a liberdade”. O crime incendiou os ânimos dos paulistas e colocou a outrora fiel província contra o imperador. Um jornal exaltado chegou a apontar D. Pedro I como mandante do assassinato.⁹

Assustado com o rumo dos acontecimentos, D. Pedro decidiu ir a Minas em companhia da imperatriz Amélia. Esperava que os mineiros o acolhessem com o mesmo entusiasmo da épica jornada que antecederia a Independência em 1822. Julgava que de lá voltaria regenerado e fortalecido, exatamente como acontecera às vésperas do Grito do Ipiranga. Desta vez, porém, colheu um resultado oposto. Foi uma viagem

lenta e melancólica. Saindo do Rio de Janeiro a 29 de dezembro, D. Pedro só entrou em Vila Rica (atual Ouro Preto), a capital da província, quase dois meses depois, a 22 de fevereiro. Encontrou um clima tão ruim entre a população que permaneceu na cidade só dois dias. Em Barbacena, a passagem da comitiva coincidiu com a celebração das exéquias de Líbero Badaró. Em vez de festejar a presença do soberano, os sinos das igrejas dobraram o toque de finados. Em outras localidades, as casas em que ficou hospedado foram apedrejadas depois de sua saída.

Ao retornar o Rio, em 11 de março, quase três meses após a partida, foi recebido com frieza pelos brasileiros. Os portugueses, em contrapartida, decidiram homenageá-lo. A organização das manifestações coube a uma entidade chamada Colunas do Trono, defensora do absolutismo real, que pregava “o imperador sem trambolho”, ou seja, sem o parlamento. Foi o estopim para um confronto que passaria para a história como A Noite das Garrafadas e teve como epicentro a Rua da Quitanda, reduto do comércio lusitano. Ao anoitecer do dia 11, um grupo de portugueses colocou luminárias em suas casas e acendeu fogueiras dando vivas ao imperador. Os brasileiros responderam no dia seguinte com manifestações capitaneadas pelo jornalista paraibano Borges da Fonseca, federalista e redator do jornal *O Repúblico*, que se opunha a D. Pedro. No domingo, dia 13, a situação ficou mais tensa quando o grupo de Borges da Fonseca apagou algumas fogueiras e quebrou a pedradas vidraças e luminárias das casas portuguesas. Os adeptos do imperador reagiram de forma violenta, atacando os brasileiros com pedras, cacos de vidro e fundos de garrafas quebradas. Várias pessoas ficaram feridas¹⁰.

Os tumultos continuaram durante três dias e contribuíram para esgarçar definitivamente as relações do imperador a assembleia legislativa. No dia 17, uma representação assinada por 23 parlamentares liderados pelo senador paulista Nicolau dos Campos Vergueiro foi entregue a D. Pedro. Exigia providências contra os portugueses que haviam atacado os

brasileiros na Noite das Garrafadas. Caso contrário, dizia o texto, ficaria o povo brasileiro autorizado a “vingar ele mesmo por todos os meios a sua honra e brio maculados”. Era, na prática, um ultimato. Mais do que isso, “um anúncio de revolução”, como observou o historiador Tobias Monteiro¹¹. D. Pedro ignorou o documento. A revolução começou em seguida.

No dia 1º de abril, quando uma procissão passou em frente ao Paço Imperial, no centro da cidade, o imperador saiu na janela para saudar os fiéis. Em outras circunstâncias, era costume todos tirarem o chapéu em sinal de respeito ao monarca. Desta vez, ninguém se descobriu. No dia 3 recomeçaram as desordens. Em pleno dia, bandos armados percorriam as ruas ameaçando as pessoas e quebrando vidraças. A Rua Direita foi palco de tumultos e assassinatos. No dia 5, D. Pedro destituiu mais uma vez o ministério, empossado apenas três semanas antes e constituído só de brasileiros. Em seu lugar nomeou uma equipe de governo sem autoridade ou qualquer apoio político. No dia 6, a multidão começou a aglomerar-se no Campo de Santana, tradicional ponto de manifestações políticas. O objetivo era forçar o imperador a reintegrar o ministério dissolvido no dia anterior. Ao tomar conhecimento da exigência, que lhe foi encaminhada por três juízes, D. Pedro se manteve inflexível. “Tudo farei para o povo, mas nada pelo povo”, teria respondido. De volta à praça, os juízes foram recebidos pela multidão aos gritos de “Morte ao traidor” e “Às armas!”.

Às 11h30 da noite, os militares começaram a abandonar os quartéis para se juntar ao povo no Campo de Santana. Entre eles estavam os oficiais e soldados do Batalhão do Imperador, encarregado de proteger a Quinta da Boa Vista. Pouco depois das 3 horas da madrugada, abandonado e sem uma única sentinela para guarnecer as portas do palácio, D. Pedro entregou a carta de abdicação ao major Miguel de Frias, ajudante do general Francisco de Lima e Silva (pai do futuro Duque de Caxias), que também havia aderido aos rebeldes. Pediu que o texto fosse lido para o

povo e à tropa reunidos na praça:

*“Usando do direito que a Constituição me concede, declaro que hei mui voluntariamente abdicado na pessoa do meu muito amado e prezado filho o Sr. D. Pedro de Alcântara. Boa Vista, Sete de abril de 1831, décimo da Independência e do Império”*¹².

Faltava pouco para o sol nascer quando o imperador deixou o palácio em roupas civis – um fraque marrom e chapéu redondo. Na ausência da guarda de honra, dois diplomatas, representantes da Inglaterra e da França, o acompanharam até a fragata *Warspites*, onde permaneceu nos seis dias seguintes. Nesse período, recebeu os cumprimentos do corpo diplomático, a visita de antigos colaboradores e aproveitou para fazer um inventário dos bens que deixava no Brasil. Pelas suas contas, tinha acumulado um patrimônio estimado em 1 000 000\$000 (mil contos de réis)¹³. Era uma grande fortuna, mas de longe a maior do Brasil. Os estudos feitos pelo historiador João Luís Ribeiro Fragoso com base nos inventários dos homens ricos do Rio de Janeiro na época, revelam, por exemplo, que ao morrer, em 1808, o comerciante português Braz Carneiro Leão tinha fortuna de 1 500 contos de réis, ou seja, 50% maior do que a do futuro imperador¹⁴. Se acrescentada a inflação no período, a diferença seria ainda superior. A lista de bens de D. Pedro incluía casas, terrenos, títulos de investimentos, diversos escravos, sessenta carruagens, diamantes, objetos de ouro e prata. Depois de inventariar seu patrimônio, pediu que lhe enviassem a bordo um pequeno enxoval para a viagem: dezoito lençóis, doze fronhas, doze toalhas e “dois urinóis imperiais”¹⁵. A 12 de abril, carregou a própria bagagem – na qual havia um faqueiro com garfos e talheres de prata e “alguns sacos cheio de ouro em pó” – ao mudar para a fragata *Volage*, maior e mais confortável, com a qual zarpou no dia seguinte¹⁶.

Enquanto o imperador partia para a Europa, a abdicação era comemorada pelos brasileiros com entusiasmo ainda maior do que a proclamação da Independência nove anos antes. O Sete de Abril virou nome de praças e logradouros públicos em todo o país – caso de São Paulo, que reverencia a data em uma de suas ruas mais famosas, situada no centro da cidade. Também daria origem aos acordes do *Hino Nacional*, que hoje ecoam pelos estádios de futebol do mundo inteiro a cada jogo da seleção brasileira. A música de Francisco Manoel da Silva foi composta originalmente para o *Hino ao Sete de Abril*, em celebração à queda de D. Pedro I. A letra, atribuída ao desembargador e poeta piauiense Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva, dizia em seus versos finais:

“Novas gerações sustentem
Da Pátria o vivo esplendor,
Seja sempre a nossa glória
O dia libertador”

Nas décadas seguintes, o *Hino ao Sete de Abril* revelou-se de múltiplos usos. Em 1841 foi ligeiramente modificado para homenagear D. Pedro II, recém-coroadado imperador. Finalmente, em 1890, um ano após a Proclamação da República, seria adotado como o *Hino Nacional*, com letra de Joaquim Osório Duque Estrada escolhida em concurso público nove anos mais tarde.

Com a abdicação de D. Pedro ocorre “a nacionalização da independência brasileira”, na expressão de Octávio Tarquínio de Sousa. Até então, o Brasil era essencialmente português, uma continuidade administrativa, institucional e política de sua antiga metrópole. A partir daquele momento caberia à elite imperial brasileira, “o desafio de construir quase do nada uma organização que costurasse politicamente o imenso arquipélago social e econômico em que consistia a ex-colônia portuguesa”, segundo o historiador mineiro José Murilo de Carvalho.¹⁷

Começa ali também o que um historiador definiu como “o mais

interessante e criativo período da história brasileira”, a Regência, fase de transição entre a abdicação de D. Pedro I, em 1831, e a maioria de seu filho, D. Pedro II, em 1840. Na Regência, o Brasil viveu um período fecundo de debates e experiências políticas. Quase tudo foi discutido e proposto, incluindo o fim do celibato católico, defendido por ninguém menos do que o regente Diogo Antonio Feijó, ele próprio um membro do clero. Para debelar a baderna nos quartéis – foco da insurreição que levou à queda do imperador Pedro I – foi necessário desmobilizar o exército e criar a Guarda Nacional encarregada de manter a ordem nos rincões mais distantes, onde a lei ficou a cargo dos chefes locais, os famosos coronéis.

Nesse período, o país testemunhou também um total de 22 revoltas, que começaram na própria corte, em 1831, e terminam 1848 na Revolução Praieira de Pernambuco, já na primeira década do Segundo Reinado. Na mais sangrenta delas, a Cabanagem, ocorrida no Pará entre 1835 e 1840, morreram aproximadamente 30 000 pessoas, entre elas o próprio governador do Estado durante a invasão do palácio pelos rebeldes. “Jamais a história brasileira registraria uma carnificina tão vasta”, segundo registrou Murilo de Carvalho¹⁸. A mais famosa, obviamente, foi a da Farroupilha, no Rio Grande do Sul, entre 1835 e 1845. A mais assustadora, para a elite branca, foi a do Malês, em Salvador, tramada por escravos muçulmanos e cujos documentos pregavam abertamente a morte aos brancos e a proclamação de uma “república baianense”.

As dificuldades da regência revelam a sensação de orfandade no processo de Independência por parte da maioria da população brasileira. No grande confronto de opiniões e interesses observado no período, a ameaça de uma rebelião escrava era vista como um perigo mais urgente e assustador do que todas as demais dificuldades. Era esse o inimigo comum, o verdadeiro fantasma que pairava no horizonte do jovem país. E contra ele se uniram os nascidos de aquém e além-mar, monarquistas e republicanos, liberais e absolutistas, federalistas e centralizadores, maçons

e católicos, comerciantes e senhores de engenho, civis e militares.

Todos esses grupos, que formavam a até então dispersa e desorganizada elite brasileira, tinham consciência de que o enorme fosso de desigualdade aberto nos três séculos anteriores de exploração da mão de obra escrava poderia se revelar incontrolável se as novas idéias libertárias que chegavam da Europa e dos Estados Unidos animassem os cativos a se rebelar contra seus opressores. O sentimento de medo funcionou como uma amálgama dos grupos antagônicos na época da independência, segundo a historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias. Diante de uma ameaça maior – a da rebelião escrava e o previsível caos resultante de uma guerra civil de natureza étnica – conservadores e liberais convergiram em torno do imperador para preservar os seus interesses¹⁹. Dessa forma, o Brasil conseguiu romper seus vínculos com Portugal sem alterar a ordem social vigente. “A solução monárquica (...) oferecia a garantia de uma revolução de cima para baixo, dispensando grande mobilização popular”, resumiu a historiadora Emilia Viotti da Costa²⁰.

Na Guerra da Independência, milhares de cativos recrutados pelo exército e pela marinha defenderam a causa brasileira esperando que, em troca, teriam a liberdade. “Eles puseram armas nas mãos dos novos negros enquanto as lembranças da pátria, do navio negreiro, e do mercado de escravos ainda lhes estão frescas na memória”, anotou a inglesa Maria Graham referindo-se ao perigo de incorporar escravos recém-chegados da África – os novos negros – às forças nacionais na luta contra os portugueses²¹. Terminada a guerra, tudo continuou como antes. Os escravos ficaram, assim, na condição de órfãos da Independência, tanto quanto os índios, negros forros (recém-libertos), mulatos, mestiços, analfabetos e pobres em geral que compunham a vasta maioria dos brasileiros e cujas condições de vida permaneceram inalteradas.

As expectativas frustradas em 1822 se materializariam em inúmeras

rebeliões nos anos seguintes por todo o Brasil e contribuiriam para aumentar as dificuldades da Regência. Movimentos como a Guerra dos Cabanos, em Pernambuco (1832), a Balaiada, no Maranhão e no Piauí (1834), a Cabanagem, no Pará (1831), e a Revolta do Malês, na Bahia (1835), tinham caráter difuso, com reivindicações às vezes difíceis de entender, mas nasceram sempre das camadas mais humildes da população deixada à margem do processo de independência. É o preço que se pagou pela consolidação da independência e pela integridade territorial, mas tornou-se um passivo que, a rigor, o Brasil carrega até hoje.



¹ István Jancsó e André Roberto de A. Machado *Tempos de reforma, tempos de revolução*, em *D. Leopoldina, Cartas de uma Imperatriz*, pag. 44

² István Jancsó e André Roberto de A. Machado *Tempos de reforma, tempos de revolução...*, pag. 45

³ Boris Fausto, *História concisa do Brasil*, pag. 84

⁴ Juvêncio Saldanha Lemos, *Os mercenários do imperador*, pag. 411 a 471

⁵ Octávio Tarquínio de Sousa, *A vida de D. Pedro I*, vol. 3, pag. 47

⁶ José Honório Rodrigues, *O pensamento político e social de José Bonifácio*, em *Obras científicas, políticas e sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva*, vol. 2, pag 10

⁷ Octávio Tarquínio de Sousa, *A vida...*, vol. 3, pag. 65

⁸ Iza Salles, *O coração do rei*, pag. 221

⁹ Tobias Monteiro, *História do Império: o Primeiro Reinado*, pag. 188

¹⁰ Octavio Tarquínio de Sousa, *A vida...*, vol. 3, pag. 88 e 89

¹¹ Tobias Monteiro, *História do Império: o Primeiro Reinado*, pag. 194

¹² Octavio Tarquínio de Sousa, *A vida...*, vol. 3, pag. 113

¹³ Alberto Pimentel, *A corte de D. Pedro IV*, pag. 102

¹⁴ João Luis Ribeiro Fragoso, *Homens de grossa aventura*, pag. 288 e 294

¹⁵ Octavio Tarquínio de Sousa, *A vida...*, vol. 3, pag. 129

¹⁶ Octavio Tarquínio de Sousa, *A vida...*, vol. 3, pag. 133

¹⁷ José Murilo de Carvalho, *Teatro de Sombras*, pag 393

¹⁸ José Murilo de Carvalho, *Teatro de Sombras*, pag 253

¹⁹ Maria Odila Leite da Silva Dias, *A interiorização da metrópole e outros estudos*, pag. 23

²⁰ Emilia Viotti da Costa, *José Bonifácio, homem e mito, em 1822: Dimensões*, pag. 123

²¹ Maria Graham, *Diário de uma viagem ao Brasil*, pag. 137

1831: A ABDICAÇÃO DE D.PEDRO I (OU RENÚNCIA): 180 ANOS

Comentador/Debatedor
Prof. Carlos Roberto Antunes dos Santos (UFPR)

20 SETEMBRO DE 2011

**XVII SEMANA
DE HISTÓRIA**
20, 21 E 22 DE SETEMBRO DE 2011
ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARANÁ



Ao analisar o processo que culminou com a Abdicação de D. Pedro I em 1831, considero importante e revelador, estudar este período a partir das concepções braudelianas (F. Braudel) da História, no sentido da sua tri-dimensão de tempo: História de curta, de média e de longa duração. Desta forma, a visualização deste processo tão significativo da História do Brasil pode ser assim dimensionada:

1. Crise Financeira (de longa duração ou crise estrutural)

- a) contratação de empréstimos para pagar indenização à Portugal pelo reconhecimento da Independência (2 milhões de Libras esterlinas). Para tanto, o Brasil então realizou empréstimos à bancos ingleses;
- b) Tentativas de pacificação do país através da sustentação das guerras da independência na Bahia, Piauí e Maranhão entre outros focos de tensão;
- c) D. Pedro buscou contornar a disputa pela sucessão do trono português em favor de sua filha Maria da Glória;
- d) Gastos, sem sucesso, para manter a Província Cisplatina;
- e) Declínio acentuado da mineração do ouro e diamantes e das exportações de açúcar, algodão e fumo;
- f) A decretação da falência do Banco do Brasil, em outubro de 1829, em virtude de tantos gastos.

2. Crise Política: (crises de curto prazo, fáticas, de curta duração)

No plano internacional, ocorre na França a queda do rei absolutista Carlos X (monarquia de Julho) e a subida ao trono de um soberano mais liberal, Luís Filipe, com o apoio da burguesia. Tal notícia é recebida

no Brasil, ainda que com a comunicação de forma parcial, como uma espécie de “sim se pode”. Isso coincide com a queda da popularidade do Imperador devido ao caráter centralizador do seu governo, sua vida privada e sua oscilação entre interesses brasileiros e portugueses. Todo isso aliado a outros fatores, como:

- a) Os ecos da Confederação do Equador de 1824, como um movimento separatista e de cunho republicano; a presença de interesses próprios dos Maçons e ainda de certo liberalismo nacionalizado;
- b) Morte do jornalista Libero Badaró, com suspeitas recaindo sobre partidários do Imperador (Nov.1830);
- c) Modesta recepção ao Imperador quando de sua visita à Ouro Preto, então Capital da Província Minas Gerais;
- d) Quando do retorno do Imperador, os conflitos ficam mais acirrados: A Noite das Garrafadas (13/03/1831), quando o Imperador perde o apoio da Província de S. Paulo;
- e) Em 07/04/1831, D. Pedro I renúncia ao trono em favor do seu filho D. Pedro II, então com 5 anos.

3. Crise Social: (de média duração ou conjuntural, com a situação econômica preocupante), caracterizada por:

- a) Elevação dos impostos;
- b) Forte aumento do custo de vida;
- c) A questão escravista.

Por tanto, de acordo com o exposto, uma leitura deste processo histórico a partir das concepções Braudelianas da História, nos levam a ter uma visão ao mesmo tempo de évènement assim como aquela de média e longa duração. Em síntese, a partir de uma forma figurada, olhamos as árvores sem deixar de visualizar a floresta.

Para encerrar a minha participação neste evento, considero pertinente destacar a pergunta que não quer calar:

O movimento que culminou na Abdicação, pode ser considerado como uma revolução? Duas posturas se colocam:

- 1. Não, porque não havia cunho ideológico ao longo do processo;
- 2. Sim, 1831 deve ser considerado uma revolução, porque o cunho ideológico estava presente, concentrado, dentre outros, entre o sentimento nativista e uma espécie de lusofobia. Neste sentido, temos que pensar numa revolução fora da revolução, isto é, buscando concentrar todos aqueles fatores não tão parentes como os demonstrados acima, mas que tangenciavam e ao mesmo tempo alimentavam o processo revolucionário.





OS 120 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1891: TEMPO E APRENDIZADO



Rogéria Dotti

21 SETEMBRO DE 2011

XVII SEMANA
DE HISTÓRIA
20, 21 E 22 DE SETEMBRO DE 2011
ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARANÁ



Inicialmente, gostaria de agradecer o honroso convite que recebi do Prof. Ernani Costa Straube , Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná e de meu querido amigo, Dr. Eduardo Rocha Virmond, Presidente da Academia Paranaense de Letras.

Atribuo tal gesto à amizade e à feliz convivência no tempo em que presidi o Instituto dos Advogados do Paraná. Afinal, como jovem advogada, tenho pouco a dizer para os acadêmicos aqui presentes, cuja cultura e história de vida servem de referência a tantas pessoas.

De início, portanto, só tenho a agradecer. Como ensina Helena Kolody, o coração amigo é a:

*“Luz na janela
em noite escura de tempestade*

*Sombra de árvore no descampado,
Quando o sol castiga o dia.*

*Amparo
Abrigo,
Estrela-guia...”*

Agradeço, portanto, aos amigos que idealizaram esta noite, formulando-me este convite.

O tema escolhido é a Constituição de 1891, a qual foi promulgada há 120 anos. Sem dúvida, essa data merece ser lembrada e comemorada. Afinal, foi justamente com essa Carta Política que o

Brasil lançou-se no caminho da República. Foi ali que começou toda nossa história republicana.

Só por isso, a Constituição de 1891 já é importante.

Mas a ideia de falar sobre essa Constituição especificamente é também muito feliz porque ela representou o ideal da nação brasileira, traduzido através das manifestações de uma elite intelectual e progressista.

O Brasil ao final do Império vivia momentos de crise. Começaram a se formar no país núcleos de pensadores e homens idealistas que pretendiam algo a mais: pensavam e lutavam para construir um país melhor.

A monarquia já desgastada estava com os dias contados. E com ela, todo um sistema de privilégios e regalias que contrariava os ideais de liberdade e igualdade daquele momento histórico. Não se pode esquecer que a Revolução Francesa e a independência dos Estados Unidos da América compunham o pano de fundo de um mundo novo. Um mundo que pretendia ser mais justo, mais igualitário, mais livre.

Daí porque falar sobre essa Constituição e o que ela representou para a nação brasileira é tão interessante. Mais do que um simples texto constitucional, ela representava o sonho de um mundo novo. Um mundo que começava a se desenhar.

1. A República – uma surpresa para o povo?

Inicialmente, é importante destacar que, no Brasil, a proclamação da República foi, ao contrário do que se poderia imaginar, o resultado do movimento político de uma elite intelectual e da insatisfação dos militares. Não se tratou de uma revolução com o apoio das massas populares, embora não se possa dizer que o povo fosse contrário à Proclamação da República.

Daí porque Seabra Fagundes defendeu a ideia que a nova forma de governo nasceu sem legitimidade:

“... O povo o recebeu atônito e perplexo”

(Seabra Fagundes, citado por Luis Roberto Barroso in *O Direito Constitucional e a efetividade de suas normas – limites e possibilidades da Constituição Brasileira*, 8ª ed, Rio de Janeiro: Renovar, 2006, p. 13, grifos nossos).

Com efeito, todas as grandes mudanças implantadas pela nova ordem constitucional ocorreram através do trabalho político de uma elite intelectual. Tanto é assim que Paulo Bonavides destaca que tudo ocorreu:

“... sob a indiferença e o silêncio da Nação”.

(*Curso de Direito Constitucional*, 26ª ed, São Paulo: Malheiros, 2011, p. 221).

Talvez haja aí um certo exagero. Embora houvesse, sim, o silêncio do povo – que não participou ativamente do movimento – por outro lado também não se pode falar que havia indiferença.

O fato é que, pelas dificuldades de informação e pelas péssimas condições do sistema de ensino, o povo não tinha efetiva participação política.

Na verdade, desde 1870, constatava-se no país uma crise da monarquia diante das mudanças sociais e o crescimento de grupos intelectualizados que exigiam uma maior participação política. Alguns fatores foram fundamentais para o desencadeamento dessa crise:

- o descontentamento da *Igreja Católica* em virtude da interferência de D. Pedro II nos assuntos religiosos;

- a insatisfação dos *militares* diante da proibição segundo a qual os oficiais do Exército só poderiam se manifestar na imprensa após autorização do Ministro da Guerra;
- o crescimento da *classe média*, formada por funcionários públicos, profissionais liberais, jornalistas, estudantes, artistas e comerciantes, os quais desejavam uma maior participação nos assuntos políticos do país;
- falta de apoio dos proprietários rurais, principalmente dos cafeicultores de São Paulo, os quais tinham grande poder econômico e almejaram aumentar sua participação política.

Tais elementos, associados à falta de apoio popular e à doença de D. Pedro II (afastando-o cada vez mais dos assuntos políticos), fizeram com que o movimento republicano ganhasse força.

Mas volto a dizer, o povo jamais foi contrário ou indiferente à mudança. Aceitou-a com a alegria daqueles que viam na República a esperança de um “novo tempo”.

2. O Ambiente Político na 1ª República

Na Primeira República, o Brasil viveu um tempo de forte domínio das oligarquias rurais e de fraude eleitoral institucionalizada. O baixo nível intelectual do povo, aliado à força política de alguns grupos elitizados, fazia com que a democracia representasse apenas um sonho distante.

A República inicia-se assim muito autoritária e completamente omissa em relação às preocupações sociais.

3. A Constituição de 1891 e as mudanças implementadas

Com a vitória da revolução republicana no dia 15 de novembro de 1889, instituiu-se um governo provisório, conforme o Decreto nº 01, redigido, dentre outros, por Ruy Barbosa.

O decreto, assinado pelo Marechal Manuel Deodoro da Fonseca, previa que enquanto não fosse eleito o Congresso Constituinte, a Nação seria regida pelo Governo Provisório.

E, como ocupava a presidência, o Marechal Deodoro da Fonseca retardou a formação da Assembléia Constituinte, pretendendo manter-se por mais tempo no poder.

No ano seguinte, mais precisamente em 24 de maio de 1890, uma comissão apresentou ao governo um projeto-base da nova Constituição, o qual foi publicado e encaminhado ao Congresso.

Conta Paulo Bonavides, através do relato de Aurelino Leal, que “o Marechal Deodoro, ao receber das mãos de Ruy Barbosa o Anteprojeto da Constituição e após folhear algumas páginas do documento, foi logo perguntando onde estava o artigo que lhe consentia dissolver o Congresso. Ruy teria respondido que isso só era possível no regime deposto” (*Curso de Direito Constitucional*, 26ª ed, São Paulo: Malheiros, 2011, p. 221).

Apesar do envio do projeto ao Congresso, o País não poderia aguardar até a elaboração dessa nova Carta. Editou-se então em 22 de junho de 1890 o Decreto nº 510, considerado assim uma “constituição provisória” a regular desde logo a organização do novo Estado Brasileiro.

Nesse mesmo ano (1890) foi eleita a Assembléia Constituinte, a qual, após vários pareceres, aprovou o texto em 24 de fevereiro de 1891. Com participação decisiva de Ruy Barbosa, nascia então a nossa primeira

Carta Republicana, chamada de “Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil”.

Importante frisar, contudo, que a Assembléia limitou-se a discutir pontos do projeto que já havia sido apresentado previamente pela Comissão.

A nova ordem foi fortemente inspirada no modelo norte-americano e operou uma tríplice transformação:

A forma de governo (até então monarquia) passou a ser a **República**;

A forma de Estado (até então unitário) passou a ser **Federativo**, com **20 Estados membros**;

O sistema de governo (até então parlamentarista) passou a ser **presidencialista**.

Fortemente influenciada também pela ótica liberal, a Constituição procurou distanciar, tanto quanto possível, o Estado da sociedade. Criou um sistema de ensino laico, afastando assim também o Estado da Igreja.

Adotou-se o princípio da separação dos poderes, conforme proposta de Montesquieu. O art. 15 previa serem órgãos da soberania nacional o Poder Legislativo, o Executivo e o Judiciário, harmônicos e independentes entre si. Aboliu-se assim o Poder Moderador. Outra modificação importante foi a abolição do senado vitalício. Os membros do Poder Legislativo passaram a ser eleitos e com mandato por prazo específico (09 anos para os senadores e 03 anos para os deputados).

A República passou a se preocupar com a isonomia entre os cidadãos. Deixou assim de admitir privilégios de berço, foros de nobreza, ordens honoríficas e títulos aos nobres.

Avanços importantes foram ainda a previsão da livre manifestação do pensamento, independentemente de censura e o respeito à liberdade de associação.

No âmbito do sistema penal, houve grandes alterações. Foram abolidas as penas de galés, banimento judicial e a pena de morte. O

texto ainda previu expressamente a concessão de **habeas corpus** contra a ilegalidade ou abuso de poder.

Foi instituída a independência entre as Justiças dos Estados e a Justiça Federal, com distintas atribuições, e criadas garantias à magistratura como a vitaliciedade e a irredutibilidade de vencimentos.

Foi ainda criado o voto direto, o qual passou a ser **universal**, isto é, não utilizava o regime censitário (não havia mais a necessidade de comprovação de renda para ser eleitor). Todavia, só poderiam votar os **homens, maiores de 21 anos e alfabetizados**. Tais requisitos, especialmente o da alfabetização, em uma população carente de educação fez com que a democracia fosse apenas retórica. **Apenas 5% dos brasileiros eram eleitores**. Outra peculiaridade era o fato do voto não ser secreto, o que sem dúvida, autorizava os desvios.

Isso porque o sistema educacional na Primeira República era tão fraco que a maioria esmagadora dos brasileiros era formada por **analfabetos**. Não havia, portanto, uma democracia verdadeira. Os políticos eram eleitos por uma elite econômica e intelectual que não representava a vontade popular.

Além do número extremamente reduzido de eleitores, as dificuldades de acesso à informação e a falta de conscientização política faziam com que as eleições fossem facilmente manipuláveis.

A Primeira República não possuía, portanto, legitimidade popular. Segundo Luís Roberto Barroso:

“Guardavam-se as aparências democráticas...”.

(O Direito Constitucional e a efetividade de suas normas – limites e possibilidades da Constituição brasileira, 8ª ed, Rio de Janeiro: Renovar, 2006, p. 17).

Citando Vitor Nunes Leal, na obra “Coronelismo, enxada e voto”, Barroso lembra que se tratava de um verdadeiro “rebanho eleitoral” (*op. cit.*, p. 17).

O mesmo autor ainda faz referência a um artigo de **Raymundo Faoro**, publicado na Revista Isto É, em 26.12.1979 e intitulado “O malogro da federação”. Segundo Faoro:

“apesar de direto o pleito, as urnas só contavam a lição previamente ensaiada, sem surpresas possíveis”.

Havia uma distância enorme entre os princípios democráticos previstos na Carta e a realidade social do país.

Vale destacar que a forma republicana-federativa e a igualdade de representação dos Estados no Senado não poderiam ser, sequer, objeto de deliberação pelo Congresso. Era o que dispunha expressamente o § 4º do art. 90.

Pode se ver aqui o início do que mais tarde veio a doutrina constitucional a chamar de “cláusulas pétreas”, aquelas fundamentais à Carta e sobre as quais não se admite alteração.

Outra inovação importante foi a introduzida pelo art. 3º do novo texto constitucional. Segundo ele, atribuiu-se à União Federal a propriedade de uma área de terras de **14.400 km²** no planalto central, destinada à futura instalação da Capital da República.

Mas sem dúvida, uma das principais inovações foi o **federalismo**. Os Estados (antigas províncias) passaram a ter autonomia administrativa e tamanha liberdade na condução de suas atribuições que o Governo Federal só poderia intervir em situações específicas.

Os Estados tinham assim ampla liberdade para se organizar, não havendo a necessidade de seguir completamente o texto da Constituição Federal. Possuíam inclusive o poder de criar leis, desde que respeitados os chamados “**princípios constitucionais da União**”. Era o que dispunha expressamente o art. 63.

O próprio Ruy Barbosa esclarece, em artigo publicado no Jornal do Commercio, em 18.5.1916, cujo texto foi distribuído aos senhores.

4. A Inspiração Norte-Americana e as Crises

Ocorre, porém, que o Brasil não estava preparado para tal mudança. O modelo norte-americano, e que foi utilizado como fonte de inspiração, havia sido criado em uma situação completamente distinta. Lá ocorreu um movimento inverso. As colônias norte-americanas já tinham uma forte independência quando foram unificadas. Tal padrão, como é natural, simplesmente não se encaixava na realidade brasileira, a de um Estado fortemente unitário.

Todos os problemas gerados pela dificuldade de adaptação da realidade brasileira ao modelo importado dos Estados Unidos são bem explicados por Miguel Reale.

Em uma conferência proferida na Universidade de Brasília em 1982, ele faz uma análise da história constitucional brasileira e aponta a dificuldade de aplicação das teorias políticas às nações muito jovens:

“...nas nações desenvolvidas, as teorias políticas assinalam o resultado de experiências amadurecidas, enquanto, nos países em desenvolvimento, correspondem ao ponto de partida para inéditas experiências, o que explica a diversidade no plano pragmático das idéias”.

(“Momentos decisivos da história constitucional brasileira”, in *Direito Natural e Direito Positivo*, São Paulo: Saraiva, 1984, p. 82).

Em outras palavras, a teoria federalista gerou crises no Brasil pelo fato de não existir no país qualquer experiência prévia ou condições de amadurecimento dessa nova forma de Estado. Partia-se de um Estado Unitário e centralizador.

Luís Roberto Barroso menciona que se tratava de uma

“ficção que beirava a utopia”.

(*O Direito Constitucional e a efetividade de suas normas – limites e possibilidades da Constituição Brasileira*, 8ª ed, Rio de Janeiro: Renovar, 2006, grifos nossos).

Com efeito, as unidades federadas que até então não tinham qualquer vivência de autonomia, passaram a compreender o federalismo com um certo exagero, desejando por vezes uma verdadeira independência separatista.

Inevitáveis, portanto, as crises e os descompassos.

Em memorável discurso na Assembléia Constituinte, Ruy Barbosa tratou desses **excessos do federalismo**. Identificou a gravidade da crise e apontou o risco desse radicalismo implicar em **desagregação da nação brasileira**:

“Ontem de Federação não tínhamos nada. Hoje não há Federação que nos baste”.

(“A Constituição de 1891”, *Obras completas de Ruy Barbosa*, vol. XVII, in *O Direito Constitucional e a efetividade de suas normas – limites e possibilidades da Constituição Brasileira*, 8ª ed, Rio de Janeiro: Renovar, 2006).

E isso ocorreu porque tudo se passou sem o devido amadurecimento. Nas sábias palavras de Manoel de Oliveira Franco Sobrinho:

“A Constituição de 24 de fevereiro de 1891 transforma de improviso as antigas províncias em Estados...”.

(“História Breve do Constitucionalismo no Brasil”, in *Direito Constitucional: Teoria Geral da Constituição*, Clèmerson Merlin Clève e Luís Roberto Barroso organizadores, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011, p. 254).

Outro fator de crise foi a **grande desigualdade** entre as antigas províncias.

Segundo Paulo Bonavides:

“o federalismo no regime republicano da Carta Constitucional de 1891 era um federalismo verbal, com a igualdade dos entes federados existindo só no texto da Constituição”.

(*História Constitucional do Brasil*, Brasília: Paz e Terra, 1988, p. 256).

As diferenças existentes nas unidades federadas – e a falta de integração – fez com que **prevalecesse a lei do mais forte**. Os Estados com maior força econômica e política exerciam pressão sobre o Governo Federal a fim de verem atendidos os seus próprios interesses.

Não havia, portanto, um verdadeiro **pacto federativo**. Daí o aparecimento de tantas revoltas e insurgências.

Nesse cenário de crise, destacava-se também a **fragilidade dos partidos políticos**, os quais na primeira República não tinham dimensão nacional, nem representatividade. Eram verdadeiros representantes dos interesses de certas oligarquias rurais.

Tudo isso, aliado à **fragilidade da própria União**, fez com que surgisse no governo do Presidente Campos Salles a chamada **“Política dos Governadores”**. Tratava-se do movimento que consolidou a prevalência dos interesses dos Estados mais fortes, como São Paulo e Minas Gerais, os quais passaram a influir diretamente nos caminhos adotados pela nação.

Surge também a conhecida **“Política Café com Leite”**, a qual nada mais era que o sistema que garantia a alternância entre o Estado de São Paulo (produtor de café) e o Estado de Minas Gerais (produtor de leite) na escolha dos Presidentes da República.

Pode-se dizer, sem medo de errar, que a autonomia federativa - no ambiente de estruturas oligárquicas – conduziu ao coronelismo e às subseqüentes crises da Primeira República.

5. A Reforma Constitucional de 1926

As dificuldades geradas pelos excessos do federalismo e a tentativa de salvar a governabilidade da Primeira República fizeram com que se elaborasse uma Reforma Constitucional em 1926.

Sob a Presidência de Arthur Bernardes, tal reforma tinha o firme propósito de centralizar o exercício do poder, criando assim limitações à autonomia dos Estados membros. Pretendia ainda fortalecer o poder do próprio Chefe do Poder Executivo, em verdadeira desvirtuação do Princípio da Separação de Poderes, idealizado por Montesquieu. Para tanto, procurou fortalecer a União, ampliando as hipóteses de intervenção federal.

O Presidente da República, através de tal instituto, passou a ter tamanho poder que, segundo alguns autores, poderia ser considerado um “monarca eletivo”.

O princípio federativo foi profundamente atingido com a Reforma de 1926, perdendo toda a força que tinha ao início da República. Os Estados membros passaram a sofrer um controle político e administrativo por parte do Governo Central.

Mas além de ampliar as hipóteses de intervenção federal, a Reforma de 1926 também cerceou atribuições do Congresso Nacional, restringiu a competência da Justiça Federal e limitou o uso do *habeas corpus* aos casos de prisão ou constrangimento ilegal.

Mesmo assim, apesar do intuito de um maior controle para a União, o que se viu foi que a Reforma veio tardiamente. Ela não conseguiu impedir a queda da Primeira República e a Revolução de 1930.

6. Curiosidades

Algumas curiosidades marcaram a Carta de 1891 e a Primeira República.

Um fato histórico que chama a atenção foi o primeiro desrespeito flagrante ao texto constitucional. Previa o art. 42 da Constituição que, se não houvessem transcorrido ainda dois (02) anos por ocasião de vacância, por qualquer causa, da Presidência ou da Vice-Presidência da República, haveria a necessidade de convocação de novas eleições.

Ocorre que, com a renúncia do Marechal Deodoro, no final do ano de 1891, assumiu o Vice-Presidente Marechal Floriano Peixoto, com o dever constitucional de convocar novas eleições. Isto porque ainda não haviam decorrido dois anos do exercício do mandato.

Lamentavelmente, porém, Floriano Peixoto adota uma interpretação que deturpa o texto constitucional e se mantém no poder até o final do mandato de 04 anos, com a permissão do Congresso Nacional.

Como se vê, desde a Primeira República o inebriante exercício do poder tem conduzido a graves e inadmissíveis desrespeitos à lei e à própria Constituição.

Outra curiosidade do texto de 1891 é que o art. 9º, inciso 1º gerou profunda polêmica. Ele previa a competência dos Estados para criar imposto de exportação de mercadorias de sua própria produção. Mas não esclarecia se essa “exportação” referia-se ao envio de mercadorias para fora do país ou apenas a remessa de um Estado para outro.

Alguns Estados passaram então a cobrar o imposto quando os produtos eram destinados a outro Estado da federação. Surgiu então, à época, uma grande discussão jurídica. De um lado, Carlos Maximiliano, em seus *Comentários à Constituição* defendia a tese de que a saída das mercadorias dos Estados poderia ser tributada, ainda que a circulação ocorresse dentro do país. De outro, Ruy Barbosa entendia que apenas a saída para o estrangeiro autorizaria a cobrança do tributo.

Por incrível que pareça, a tese de Carlos Maximiliano restou vencedora. Desde então, passou-se a entender que se não houvesse o complemento “para o exterior”, qualquer envio de mercadoria seria tributável.

Justamente por isso, em todos os textos constitucionais que se seguiram, inclusive na atual Constituição Federal, utiliza-se a aparentemente redundante expressão “exportação para o exterior”, evitando-se assim quaisquer dúvidas.

7. Ruy Barbosa

Impossível seria falar na Constituição de 1891 sem dedicar algumas palavras à Ruy Barbosa, o político, jurista e jornalista que tanto contribuiu para a extinção da monarquia e para a organização jurídico-administrativa da Primeira República.

Acima de tudo, Ruy Barbosa de Oliveira era um homem de grande inteligência, um intelectual de primeira grandeza e um político extremamente habilidoso. Sabia que a composição era – na maior parte das vezes – o caminho mais eficiente para as conquistas políticas que o Brasil tanto precisava.

Justamente por isso, evoluiu da posição que ocupava como “Conselheiro do Império” para verdadeiro líder republicano.

Aliás, essa habilidade específica e natural que tinha para a composição política foi fundamental para a adoção de importantes mudanças na Primeira República.

Um dos exemplos foi o da separação entre a Igreja e o Estado. Foi da autoria de Ruy Barbosa o projeto que acabou sendo adotado pela Constituição de 1891, prevendo a liberdade religiosa e o fim da interferência do poder estatal nos cultos e rituais católicos.

Segundo João Felipe Gonçalves, “antes de escrever seu projeto, Rui reuniu-se mais de uma vez com o Bispo Macedo Costa, seu antigo professor de ginásio, para saber como tornar os projetos concernentes

à religião mais palatáveis para a Igreja” (*Rui Barbosa – Pondo as idéias no lugar*, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000, p. 62). Assim, decidiu estrategicamente adiar as decisões relativas ao casamento civil e aos óbitos e nascimentos, diminuindo portanto “o impacto das medidas laicizantes sobre a Igreja, reduzindo o risco de ganhar de imediato fortíssimo inimigo” (*op. cit.*, p. 62).

Era, sem dúvida, a habilidade política e conciliadora de Ruy Barbosa a serviço da nação brasileira.

Importante destacar também que sua formação jurídica e seu profundo conhecimento sobre a organização constitucional de outros países fizeram dele uma referência e um apoio de grande valia para o Presidente Deodoro da Fonseca.

Ele constituía, de fato, na feliz expressão de Miguel Reale, um “centro de equilíbrio” entre grupos fortes e opositores. De um lado, a ditadura positivista que almejava a concentração do poder. De outro, o movimento crescente de dispersão desse poder, representado pela excessiva autonomia dos Estados.

Foi de Ruy Barbosa a sugestão para o nome oficial do país “República dos Estados Unidos do Brasil”.

Foi também Presidente e membro fundador da Academia Brasileira de Letras.

Mas, se o político e ideólogo Ruy Barbosa teve grande influência em nossa primeira Constituição republicana, mais importante ainda foi a sua atuação como jurista. Através do uso do novo instituto do *habeas corpus*, Ruy Barbosa inúmeras vezes atuou perante o Supremo Tribunal Federal na defesa de perseguidos políticos. Servindo de exemplo em casos de grande repercussão, o advogado Ruy ajudou a criar um sentimento de civismo e de respeito à lei. Segundo João Felipe Gonçalves,

“Era a palavra, a razão, contra o autoritarismo da força – é por ações como essas que Rui merece ser lembrado como um grande patrono da liberdade neste país” (*op. cit.* p. 83/84).

É dele uma das mais belas frases sobre o respeito à legalidade:

“Com a lei, pela lei e dentro da lei,
porque fora da lei não há salvação”.

(Ruy Barbosa no “Manifesto à Nação”, por ocasião de sua renúncia ao Senado em 1892).

8. Decurso do Tempo e Aprendizado

A Constituição de 1891 marca a Primeira República no Brasil e, com ela, também vários equívocos e desvios de um período que, apesar do decurso de 120 anos, mostra-se ainda muito presente.

Passado todo esse tempo, o que se vê é ainda um país a ser construído, sobretudo do ponto de vista institucional. É fácil constatar que a nação brasileira ainda não conseguiu honrar integralmente o compromisso assumido em 24 de fevereiro de 1891: um mundo melhor.

A Primeira República trouxe ao Brasil a esperança de um novo tempo, com progresso, liberdade, democracia e moralidade pública. Há ainda muito a conquistar. Em nosso país hoje convivem o trabalho honesto e a corrupção, a lei e a falta de moralidade administrativa.

Em 1914, Ruy Barbosa proferiu um discurso no Senado Federal, mostrando sua insatisfação com os rumos adotados pela nação. Suas palavras parecem extremamente atuais:

“Não queira, portanto, V. Ex^a, Sr. Presidente, ver nas minhas palavras o amargor de sentimentos pessoais. Se alguma amargura nelas ressumbra, é a dos sentimentos dolorosos com que veja tão distantes as profissões de fé republicanas e a realidade dos atos correntes sob a responsabilidade daqueles que formularam essas profissões(...)”

E prossegue enfatizando que tem esperança no futuro:

“...que o futuro quadriênio presidencial seja enfim uma época de regeneração efetiva, séria, não nominal e aparente, mas séria, produtiva e ampla das instituições republicanas; é que o novo presidente entre nas suas responsabilidades com o pé direito e se desembarace dos compromissos pessoais e que seja o representante pessoal, desinteressado e independente da nossa Pátria, da nossa terra, do Brasil redimido, para observância da lei, para o restabelecimento da moralidade política, para a reconquista das nossas liberdades republicanas”.

(Rui Barbosa, *Escritos e Discursos Seletos*, Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar S.A., 1995, p. 271/272).

A pergunta que se coloca hoje, passados quase 100 anos, é:
E agora, alcançamos essa maioria política?

Mas, ao invés de um pessimismo natural diante da realidade que hoje se descortina (corrupção, abuso do poder, falta de moralidade pública), prefiro ficar com a poesia de Mário Quintana:

*“Se as coisas são inatingíveis... ora!
Não é motivo para não querê-las...
Que tristes os caminhos senão fora
a presença distante das estrelas”.*

Muito obrigada.





EM TORNO DA CONSTITUIÇÃO DE 1891 VARIANTES SOBRE A REPÚBLICA

Eduardo Rocha Virmond

21 SETEMBRO DE 2011

XVII SEMANA
DE HISTÓRIA
20, 21 E 22 DE SETEMBRO DE 2011
ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARANÁ



“Ao vencedor, as batatas”

Machado de Assis

A palestra da Rogéria Dotti é suficiente, clara, objetiva. Não necessita de intercalações. Vamos estender, para frente e para trás. Indo para trás, topamos com os conteúdos das palestras de ontem, de Laurentino Gomes, Carlos Antunes dos Santos, Belmiro Castor, Rafael de Lala e das várias contribuições de apartes de quem estava no auditório, fato que enriqueceu o debate. Essa noite foi rica e produtiva. Por sua vez, os temas eram extraordinariamente extensos e complexos. Demandariam talvez dias e dias de troca de ideias, de confrontos - sempre muito úteis para o enriquecimento do que cada um entende por essa história. O Brasil é muito grande, muito comprido, rico na superfície e na profundidade dos acontecimentos, dos movimentos, da vida que até hoje nos perturba no bom sentido.

Estejamos em 1831, ou em 1889, a personalidade, a figura de Dom Pedro II sempre estará aparecendo, por mais modesto, simples e concentrado que ele fosse. Ele parecia um paizão, um avozão, mais do que um determinado chefe de Estado. Depois ele foi embora, em circunstâncias constrangedoras para todos, para ele e para aqueles que pensavam fazer história ao expulsá-lo. Poderão se resumir os seus sentimentos no soneto belíssimo de sua autoria “Terra do Brasil”. Este soneto estava em um livro editado na década de 30, que desapareceu. Esse livro denominado “Seleta em Prosa e Verso” desapareceu, sumiu,

ninguém mais tem. Aqui esta o Soneto de Pedro II, já então Dom Pedro de Alcântara., que por sorte minha mulher sabe de cor.

TERRA DO BRASIL

DON PEDRO DE ALCANTARA
Don Pedro II Imperador do Brasil

Espavorida agita-se a criança
De noturnos fantasmas com receio
Mas se abrigo lhe dá o materno seio
Fecha os doloridos olhos e descansa

Perdida é para mim toda a esperança
De volver ao Brasil. De lá me veio
Um pugilo de terra e neste creio
Brando será o meu sono em tardança

Qual o infante a dormir em peito amigo
Tristes sombras varrendo da memória
Ó doce pátria sonharei contigo

E entre visões de paz, de luz, de glória
Serenos aguardarei em meu jazigo
A justiça de Deus na voz da história.

A Constituição de 1891 não começa o Brasil legal, mas a República, quando o Brasil império da lei já havia se consolidado com a Constituição de 1824, de Dom Pedro I, outorgada e duradora.

Pedro I dissolveu em 12 de novembro de 1823 a Constituinte que havia criado e convocou uma nova Assembleia, para fazer o que ele chamou de “duplamente mais liberal”.

Wilson Martins diz assim : “o que importa é verificar que a Constituição outorgada não era, efetivamente, menos liberal que o

projeto primitivo . Quanto a isso, o veredicto histórico e a análise política não discordam, assim como, para além do princípio todo teórico que vê sempre como abuso de poder a dissolução das assembleias, as opiniões parecem agora acordes em achar justificado o ato do Imperador”.

Assim também pensaram mais tarde José de Alencar e Euclides da Cunha, em épocas distintas.

José de Alencar concluiu o seguinte:

Que a assembleia constituinte exorbitou.

Que se não sobreviesse a dissolução, graves calamidades resultariam para o país.

Que no conflito entre a assembleia e a coroa, a iniciativa foi o abuso daquela.

Que o projeto da Constituição elaborado pela comissão da assembleia era perigoso e inexecutável.

Que a atual Constituição de 1824 é mais liberal do que projeto de 1823.

Euclides da Cunha, no entanto, disse sobre a Constituição de 1824 e sobre os membros do Conselho que a redigiram :

“Aqueles eruditos, os olhos fixos na Europa e no constitucionalismo nascente, não a elaboraram. Reuniram as melhores conquistas liberais, joeirando-as dos exageros democráticos e sobrelevaram, por fim, inatingíveis, sobre a cultura do país, na Constituição jurada em 25 de março de 1824. Tinham cravado um marco, ao longe, no futuro. A nossa história daí por diante recorda um fatigante esforço para o alcançar”.

Assim disse Euclides da Cunha em 1901, como o dissera José de Alencar, diferentemente, como se fosse uma progressão, em 1863. Pensava assim também Oliveira Lima.

Também Clovis Bevilacqua se pronunciou, dizendo que a Constituição de 1824 era “produto do romantismo político”.

Tudo isto está na História da Inteligência Brasileira de Wilson Martins (2º. Volume) e em “Os Donos do Poder” de Raymundo Faoro.

Será que Ruy Barbosa levou em consideração todas essas opiniões, para elaborar a Constituição de 1891?

Parece que sim, porque a Constituição de 1824 teve larga vigência. Ruy não discorreu sobre isso, como se dissesse que não havia de perder tempo.

Ruy preocupou-se verdadeiramente com a Constituição dos Estados Unidos e suas incríveis Emendas, então já com cem anos de vigência. Era mais real e experiente, mais viva, mais vibrante. As suas Emendas representariam até hoje as mais concentradas regras de direitos fundamentais em vigor. Até hoje essas qualidades, que faço questão de destacar, têm inteira procedência e plena vida, passados mais de duzentos anos.

Clovis Bevilacqua disse:

“Ruy Barbosa desvendou, aos olhos brasileiros, a ciência do direito público que a América do Norte criara e nós quase ignorávamos que existisse, antes que a víssemos trasladada, em correta e lucilante frase portuguesa, pelo escritor baiano”.

Ruy esclareceu: “Assentaram os colegas (os que formalmente elaboravam o projeto da Constituição) em que eu fosse o único a defender e explicar ao Chefe do Governo as disposições do futuro estatuto. Certa vez, o Marechal Deodoro observou que só eu falava, ao passo que os meus colegas se conservavam silenciosos. É que, respondi-lhe, sou o vogal de todos eles”. É muito divertido ou não?

Depois disso Ruy tinha a Constituição Federal como obra principalmente sua, proclamava-se seu criador, dizendo assim: “Autor da Constituição republicana, estremecendo-a pelas afinidades morais da paternidade, sinto-me obrigado a defendê-la contra os sofistas armados, que a retalham, a pugnar pela integridade de suas intenções”.

Esses ditos sofistas ainda estão aí, nós os conhecemos, sempre donos da verdade, fazendo pouco da inteligência dos outros.

Voltando um pouco atrás, essa almejada República levou vinte e quatro anos para ser instaurada, mediante um movimento que tinha a aparência de imprevisto. Sérgio Buarque de Holanda assim comentou:

“A propósito da recomposição de forças e programas políticos que se opera no Brasil em 1868 com a queda do Ministério de 3 de agosto e a

ascensão do Gabinete conservador de 16 de julho, foi dito que...a partir desse momento começa a crescer a onda que vai derrubar a instituição monárquica. Ela viveria ainda alguns anos, às vezes até com o antigo brilho. Os homens mais lúcidos, no entanto, sabiam que o Império estava condenado. Em 1869 começa o seu declínio, até chegar à queda em 1889. Ele já revelara o seu potencial, o que tinha de positivo e negativo. Agora iria viver quase vegetativamente, pois eram sabidos os seus limites. A data de 1868 encerra o período do esplendor e abre o das crises que levarão à sua ruína. Não se poderia assinalar o grande alcance do acontecimento que produz uma clivagem na história política da monarquia brasileira e marca o ponto de partida mais visível da deterioração do regime” (História da Civilização Brasileira”, T.2 – O Brasil Monárquico, Quinto volume, página 8).

Esse texto do mestre absolutamente correto, demonstra que o Brasil levou vinte e um anos, desde o ocaso da Monarquia, para atingir a República. Da mesma maneira, o movimento de 1964 que se chamara “revolução” levou vinte e um anos para chegar a sua aludida finalidade, a de restaurar o que se dizia ser a democracia, que só chegou na verdade a ser aparentemente verdadeiro com a eleição do Presidente. Os governos tanto da Arena como do MDB também foram autoritários, e não houve quem fizesse mais obstáculo à remoção do entulho autoritário do que ambos os partidos unidos por suas respectivas direções. Nem ainda a Constituição de 1988 terminou com esse entulho, dependendo até hoje de leis complementares ainda não editadas, remanescendo projetinhos mixurucas que correm pelo Congresso, alguns totalmente discutíveis.

No Brasil, como as coisas demoram a acontecer! Demorou para a Monarquia se transformar em República, desde 1868 até 1889, vinte e um anos. A atual Constituição foi uma idéia positiva que resultou em mesmice, reiterando um Brasil paternalista, sem possibilidade de transformar esse paternalismo em atos, em fatos. O Presidente Ernesto Geisel disse em 1975 que o Brasil teria uma democracia, mas o caminho iria ser lento e gradual. Ele tinha razão, mas não imaginava que fosse

possível tanto tempo, ele pensava em quatro anos, por aí. Graças aos partidos que dominaram o País, o MDB e a Arena e seus iguais sucessores, esse estágio se estendeu estupidamente. E a primeira coisa que fez a direção do partido de oposição à ditadura, como era o MDB, foi evitar as eleições diretas, que proclamava em seus comícios. A eleição direta para a Presidência foi sabotada frontalmente, por um óbvio acordo em que se aparentava o contrário.

O Brasil apresenta a curiosidade de tardar as suas reações, já o era na época do Império. Os vinte e um anos que levamos para atingir a República foram de quase estagnação. Outros países iam mais rapidamente para frente, como a Argentina em 1870, quando já começara o seu delírio de grandeza. O Brasil era um país desconexo economicamente e a Argentina, amplamente relacionada na Europa, tomava dinheiro para seu desenvolvimento, sua vida cultural, sua produção. De repente a Argentina demonstrou que podia ser pior que o Brasil. Pluff! Virou zero: em 1875 a Argentina estava outra vez se acabando e o Brasil ressurgia das cinzas, principalmente pela iniciativa privada, a despeito do Poder do Estado.

Era então preciso que as forças da estagnação caíssem, que o regime fosse mais liberal, mais avançado econômica e socialmente. Quando o País deixara de estar em decadência, de certa forma, era necessário substituir a estrutura das forças retrógradas do Estado. Era insuportável que aqueles detentores do Poder permanecessem à testa daquela situação. Então, caiu a Monarquia, não por uma questão somente política, somente econômica, somente financeira, somente de classes dominantes. Era um conjunto de fatores, era o cansaço de tudo, a insensibilidade da vida esclerosada do País, como também a inabilidade do Imperador em tratar a situação que se apresentava como nova, esse estágio de crise.

Há quem pense que o Brasil estava em absoluto caos econômico e financeiro, um País em atraso total. Não era assim. O Brasil estava indo para a frente, apesar do Governo.

Como sempre apesar do Governo. O País não se recusava a um princípio capitalista. A classe operária dos grandes centros era ativa e interessada. Wilson Martins conta, na “História da Inteligência Brasileira” de um profundo interesse da classe operária pelo País e pelo seu progresso pessoal. As Ligas Operárias tinham jornais com bastante conteúdo. Em 1868, nesse ano determinante, havia ligas operárias com cursos de inglês, francês, matemática, datilografia e outros cursos práticos – que demonstra vitalidade bastante curiosa dos trabalhadores. Quem pensa que o Brasil, de certa maneira estagnado na área política, estivesse com sua vida social também estagnada, engana-se muito. A República veio, teria de chegar. Em certo sentido foi frustrada, pois os resultados desta para a estrutura econômica, por exemplo, foram mínimos. Na área política, a República veio muito tarde, embora formada por idéias bastante progressistas dos libertários. Já seria necessária desde Tiradentes? Ora, o Brasil não é formado por protestantes como os Estados Unidos, nem o clima seria propício aos impulsos que ocorreram na vida norteamericana em toda a sua extensão. São duas civilizações...!

O Brasil foi feito Império e o povo gostou disso, em sua imensa maioria. O Imperador era adorado pelo povo, até hoje há alguns velhinhos que aprenderam com seus pais e avós a admirá-lo, talvez com muita justiça. O Imperador claudicou demais para a formação de seus sucessivos gabinetes, entre liberais e conservadores, com orientações diversas, mas mantendo as mesmas estruturas. O País em si já era muito frágil para suportar governos instáveis, embora pacíficos. Essa vacilação, que começara cedo com o próprio Imperador, agravando-se pela falta de definições, passou a criar freios à economia e ao progresso social, que era, por sua vez, exigência – necessidade que passou a se associar à ideia da substituição do regime por uma República eficiente.

Veio finalmente a República. Logo a seguir vieram as ditaduras militares, com pouco sangue derramado em proporção a outros povos, salvo as crueldades de Floriano. A Revolução Francesa também produziu a ditadura sanguinolenta e depois voltaram em 1815 ao poder os nobres,

que dominaram praticamente a França até 1870. A República verdadeira só ganhou a parada na França noventa anos depois da Revolução Francesa. O que faz pensar que, não fosse a tremenda violência desta, talvez tivesse vindo antes. No Brasil, essa República, como se quer que seja, está levando cem anos para chegar. Chegou? Estará mesmo chegando?



**XVII SEMANA
DE HISTÓRIA**
20, 21 E 22 DE SETEMBRO DE 2011
ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARANÁ

22 SETEMBRO DE 2011



66

Eduardo Rocha Virmond - Senhoras e senhores. É com prazer que declaro aberta esta sessão da Semana de História, a de hoje dedicada ao que se passou há cinquenta anos no Brasil – tragédia, entusiasmo e dificuldades políticas e estruturais, para logo antes e logo depois. A mesa está formada por Chloris Casagrande Justen, Desembargador José Sarrão, Euclides Scalco, Armando Martins Filho, Ricardo Costa de Oliveira, Ernani Carlos Straube e por fim nosso conferencista Léo de Almeida Neves. A plateia está enriquecida por pessoas motivadas para absorver as contribuições dos palestrantes sobre assuntos tão dramáticos da vida nacional, a que participamos com o coração dirigido às venturas e desventuras do Brasil. É importante ressaltar que tanto Léo de Almeida Neves quanto Euclides Scalco foram, mais que participantes, atores do que aconteceu no Brasil nessa época, portanto são testemunhos vivos dos acontecimentos – cujos relatos e contribuições vitais valorizarão extraordinariamente esta Semana de História.

A primeira palestra de hoje será a de Léo de Almeida Neves. Permitam-me fazer algumas divagações. O Léo foi meu colega na Faculdade de Direito, formou-se dois anos depois. Ambos participamos intensamente dos envolvimento políticos da época, que eram também assumidos pelos estudantes. Diante da pasmaceira de hoje, devo achar a explicação de que a nossa participação foi derivada das emoções que nos acompanharam na infância, durante a Segunda Guerra Mundial, seguida pela luta pela democracia no Brasil. O Léo sempre teve o vezo da política partidária e os meus companheiros mais chegados tínhamos

o vezo de estarmos sempre contra os governos, quaisquer que fossem. Também, além do Partido Trabalhista, a que pertencia o Léo desde aquele tempo, o antigo Partido Comunista do Brasil (o histórico, que não existe mais) exercia uma atividade política clandestina que nos envolvia, como a dirigida à Campanha do Petróleo, denominada “O Petróleo é Nosso”, de âmbito nacional, da qual eu fui diretor no Paraná. Foram Presidentes desta campanha o Professor Enéas Marques dos Santos, sucedido pelo Professor Parigot de Souza. Consegui que o General Cordeiro de Farias fosse o Presidente de Honra da campanha no Paraná. Mesmo assim o ambiente era cruel, a tanto que o Parigot me chamou um dia e disse que não poderia mais continuar, porque estava sujeito a restrições e críticas insuportáveis na Faculdade de Engenharia. Este fato mostra como o trato desses assuntos era difícil no Paraná. Resolvemos então apelar para que o Presidente fosse o Julio Rocha Xavier, deputado bastante destemido.

67

Quando foi aprovado o monopólio estatal do petróleo, fizemos um comício vitorioso no Passeio Público em Curitiba. Quando estávamos ainda no começo desse comício, avisaram-me que a polícia política havia cercado o local, pronta a interferir. Passaram uns vinte minutos e novamente vieram me avisar que oficiais das Forças Armadas tomaram conta do Passeio Público e expulsaram a polícia. Era um fato extraordinário. Entre os oficiais contava-se o Major Francisco Hardy, notável professor e que sensibilizou com essa qualidade gerações.

Tudo o que estou descrevendo tem a ver neste momento com nosso companheiro nestas atividades. Quem? O Léo de Almeida Neves!, que depois teve atuação destacada com deputado federal e dirigente político. O Léo, leal, grande caráter, além de político decente, patriota, capaz e correto, sempre esteve de nosso lado e nós do lado dele. As divergências, que as há, não são relevantes. Desculpem-me por esta longa introdução e agora transmito a palavra a Léo de Almeida Neves.

Léo de Almeida Neves - A Academia Paranaense de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico do Paraná estão de parabéns pela realização desta Semana de História, destinada a questões relevantes da vida brasileira. Foi muito bom o nosso Presidente Eduardo Rocha Virmond me apresentar, porque ele lembrou coisas fantásticas. É bom que se diga o seguinte: essa campanha do “Petróleo é Nosso” iniciou-se no Clube Militar, sob a liderança e iniciativa do General Horta Barbosa. Ela teve a virtude de sensibilizar a maioria dos militares de todo o Brasil. Mas o Virmond, não foi só na Campanha do Petróleo que se destacou. Como Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil ele teve atitudes fantásticas em favor da redemocratização do País. Ele ficou famoso no Brasil em discurso que pronunciou anatematizando a ditadura e defendendo o amplo retorno da democracia em nosso País. Eu tenho muito orgulho de ser membro da Academia Paranaense de Letras e de ser presidido por Eduardo Rocha Virmond.



CRISE POLÍTICA DE 1961 50 ANOS

Léo de Almeida Neves

22 SETEMBRO DE 2011





JÂNIO QUADROS



Senhoras e Senhores,

É uma honra para mim que a palestra que vou proferir tenha como comentadores um dos melhores homens públicos do Paraná, Dr. Euclides Scalco, ex-Ministro do presidente Fernando Henrique Cardoso, ex-Chefe da Casa Civil do governador José Richa e meu companheiro de ideais do antigo Partido Trabalhista Brasileiro, e também o consagrado cientista político e professor universitário, Dr. Ricardo Gomes de Oliveira, e ainda o conceituado historiador, Dr. Armando Martins Filho.

71

Considero-me qualificado a responder o que teria determinado a renúncia de Jânio Quadros à Presidência da República faz 50 anos, em 25 de agosto de 1961, porquanto mantive contatos políticos com ele e acompanhei de perto, em Brasília, todos os acontecimentos desenrolados naquele fatídico mês.

Em reunião da Comissão Executiva Nacional do PTB do qual eu era um dos quatro vice-presidentes, no Edifício São Borja, Rio de Janeiro, em 20 de agosto de 1961, debateu-se a crise política nacional e desloquei-me a Brasília, para acompanhar de perto os acontecimentos que acabaram levando Jânio à renúncia.

Jânio Quadros teve a mais meteórica carreira política do país, elegendo-se ao longo de 13 anos, sucessivamente suplente de vereador

(assumiu o mandato), prefeito de São Paulo (renunciou para concorrer a governador), governador, deputado federal pelo Paraná e Presidente da República aos 44 anos.

Jânio gostava de alardear doença e cansaço para inspirar compaixão e solidariedade. Na sua primeira campanha vitoriosa, a de Prefeito de São Paulo, Jânio comparecia aos comícios com seu sobretudo escuro, no qual se podia ver caspas do seu cabelo. Durante o meeting, ele comia um sanduíche de mortadela, acompanhado de banana. Muito “cansado”, traziam-lhe uma cadeira e, no auge da animação popular, uma enfermeira paramentada de vestimenta branca adentrava no palanque e aplicava uma injeção intramuscular em Jânio Quadros. Logo após, ele iniciava seu discurso e eletrizava as multidões.

Na sua campanha de governador de São Paulo, antes do seu discurso dependuravam no palanque do comício uma gaiola com um rato se debatendo. O rato simbolizava o adversário Adhemar de Barros.

Ele elegeu-se presidente com apoio de forças conservadoras, nuclearizadas pela União Democrática Nacional e pelo Partido Democrata Cristão. Assumiu a presidência em ambiente de inflação alta, devido ao governo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek e, principalmente, por causa dos gastos com a construção de Brasília.

Jânio restabeleceu a verdade cambial e acabou com o subsídio e câmbio privilegiado para diversos produtos, inclusive para a importação de papel de imprensa. Em sua primeira aparição na televisão para explicar suas medidas levou grosso exemplar de Domingo, com vários cadernos, do jornal Estado de São Paulo, e exibiu ao povo como exemplo do malbaratamento de divisas. Convenceu a opinião pública, mas arrumou ferina oposição desse influente órgão de imprensa.

Jânio, Presidente, mobilizou e sacudiu o país. Alheio a questões hierárquicas, cobrava diretamente medidas a funcionários subalternos e chefes de serviço de órgãos governamentais e lhes aplicava punições ou os demitia, por desídia, incompetência ou desonestidade, praticando por vezes flagrantes injustiças. Fez reuniões regionais, de caráter administrativo, em Porto Alegre, Florianópolis e Recife, com Ministros e Governadores de Estado, onde esbanjou inteligência e conhecimento dos problemas do país e de cada região, determinando soluções concretas e objetivas.

Ao lado de sua eficiência, praticava providências folclóricas, mas de apelo popular: proibiu rinhas de galo e o uso de biquínis nos concursos de beleza. Dava ordens a seus auxiliares, através de bilhetes, e ai de quem não obedecesse a suas determinações. Tratava seus Ministros, mesmo os mais íntimos, de Senhor e de Vossa Excelência e exercia o poder com autoridade total.

Para contrabalançar suas rigorosas providências de austeridade no fronte interno, Jânio Quadros lançou-se em uma política internacional do agrado das esquerdas. Visitou Cuba antes da posse e sinalizou rápida aproximação comercial e diplomática com os países comunistas, incluindo União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e República Popular da China. Os países africanos passaram a ser prioridade no relacionamento diplomático.

Com sua política externa independente, aliada a Nasser do Egito, Marechal Tito da Iugoslávia e Nerhu da Índia, buscava ficar equidistante de Moscou e de Washington, embora interessado no comércio com os países comunistas.

Jânio enfrentava grave problema de apoio parlamentar minoritário, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, sendo majoritário

em ambas as Casas o Partido Social Democrático, que detinha suas presidências, respectivamente, com Ranieri Mazzilli e Auro Moura Andrade.

Ele almejava obter poderes especiais do Congresso, uma Delegação de Poderes para legislar em matéria econômica, como hoje se faz com as Medidas Provisórias, previstas na Constituição Federal. Para isso buscou aproximar-se do PTB, que detinha a terceira bancada, e com o qual trocou escaramuças no início do mandato, mandando realizar inquéritos nos Institutos de Assistência e Previdência Social.

Depois de ter trocado farpas com o vice-presidente João Goulart, Jânio aproximou-se dele, tanto assim que o designou para presidir Missão Especial, em agosto de 1961, do Governo brasileiro à República Popular da China, integrada também por parlamentares de diversos partidos, que iria encontrar-se com Mao Tse Tung e outros líderes chineses, para aplainar o caminho do restabelecimento de relações comerciais e diplomáticas entre os dois países.

Afora a missão de Goulart na China, Jânio fez outro aceno espetacular ao PTB, convidando, em agosto de 1961, sua maior liderança intelectual e um dos Vice-Presidentes do Partido, professor universitário, jurista consagrado, detentor de invulgar cultura e inteligência, o deputado federal (MG) Francisco Clementino de San Tiago Dantas, para chefiar a delegação brasileira na Organização das Nações Unidas (ONU), onde pronunciaria o discurso inaugural da próxima sessão, expondo a política exterior do Brasil, que Jânio Quadros considerava o ponto alto de seu governo. (San Tiago Dantas aos 22 anos fez parte da “Câmara dos 40” o órgão máximo da Aliança Integralista, chefiada por Plínio Salgado, que tentou derrubar Getúlio Vargas, em 1938, com o frustrado ataque militar, chefiado pelo Tenente Severo Fournier, ao Palácio da Guanabara, residência presidencial).

Era tão majestática a incumbência que o deputado federal San Tiago Dantas renunciou ao mandato, pronunciando um dos melhores discursos da legislatura para justificar seu gesto e a aceitação do “irrecusável convite presidencial para ir à ONU e influir nos destinos da humanidade”, retratando a política exterior independente do governo Jânio Quadros.

Para obter delegação de poderes do Congresso Nacional, Jânio não teria dificuldades com as bancadas da UDN, PDC e partidos menores que o apoiavam, mas precisava cooptar o governador da então Guanabara, Carlos Lacerda, político impetuoso, de oratória flamejante, que havia levado o país à grave crise política de agosto de 1954, que resultou no suicídio de Getúlio Vargas.

Jânio credenciou seu Ministro da Justiça Pedroso Horta para convencer Carlos Lacerda, mas este se mostrou reticente. Lacerda procurou Jânio em Brasília e levou sua mala para o Palácio do Alvorada, residência presidencial. Jânio esnobou o governador carioca e em um de seus rompantes recusou-lhe a hospedagem. Enfurecido, Carlos Lacerda concedeu dia 22 de agosto entrevista à televisão Tupi, dos Diários Associados, aos quais Jânio recusara publicidade oficial paga, e denunciou no seu estilo panfletário e raivoso que Jânio Quadros estava tramando um golpe de Estado para fechar o Congresso e que o seu Ministro da Justiça havia procurado a ele Carlos Lacerda, em nome do Presidente Jânio Quadros, para propor o estado de exceção, que ele recusara e agora denunciava perante a nação.

A entrevista de Carlos Lacerda causou estupor no Congresso Nacional, que face à gravidade das denúncias decidiu, na sessão da noite de 24 de agosto de 1961, criar Comissão Especial para avaliar os acontecimentos e a procedência das denúncias, anunciando-se que seriam

convocados para depor o Ministro da Justiça, Pedroso Horta, e talvez o próprio presidente da República.

Jânio Quadros sentiu-se totalmente acuado. Conhecia a capacidade de articulação das raposas do Partido Social Democrático (PSD), que não lhe perdoavam os ataques ao governo Juscelino e os inquéritos que mandara abrir para apurar irregularidades no mandato anterior. O PTB, embora estivesse sofrendo processo de aliciamento, não lhe era confiável, mesmo porque falecera seu amigo e conselheiro Abilon de Souza Nunes, vice-presidente do partido.

Os ministros militares estavam arredios, porque eram anticomunistas ferrenhos e desconfiavam dos acenos de Jânio para a esquerda e de seu fascínio pelo regime de Fidel Castro, aonde enviara Delegação Governamental para estreitar laços comerciais. Ademais, os chefes militares tinham engolido com suspeição os compromissos pacifistas assumidos por Jânio Quadros em encontro com o Presidente Arturo Frondisi, da Argentina, em Uruguai, quando fizeram juras de amor entre os dois países, e decidiram reduzir os efetivos militares e limitar gastos com equipamentos bélicos. (Pouco tempo depois, Frondisi foi deposto pelos militares). A condecoração de Che Guevara com a Ordem do Cruzeiro do Sul, a mais alta comenda brasileira, causou estupefação.

Jânio Quadros percebeu que poderia perder o cargo em manobra do Congresso Nacional que o acusaria de golpista, com o apoio da voz tonitruante de Carlos Lacerda. A indiferença e apatia dos Ministros Militares não lhe serviriam de amparo, a imprensa não era distinguida com verbas publicitárias, os sindicatos de trabalhadores estavam insatisfeitos com medidas impopulares do governo e, ademais, ele tinha aberto muitas frentes de luta, multiplicando inimigos, e não contava com nenhuma força política entusiástica a seu favor.

Encurralado, Jânio Quadros decidiu pelo gesto dramático e teatral da renúncia, que não era para valer e, sim, para gerar grande impacto e incontrolável emoção, que lhe devolveria o poder com a exigência que ele condicionaria de voltar ao Palácio do Planalto com plenos poderes e com delegação legislativa para editar decretos-lei nos assuntos de caráter econômico. Ele se inspirava nas “renúncias” bem sucedidas de Nasser e dele Jânio à candidatura presidencial, em que os renunciantes voltaram fortalecidos pelo clamor popular.

A cena foi bem montada. Ele compareceu, com toda pompa, ao desfile militar do Dia do Soldado (25 de agosto de 1961). De volta ao Palácio do Planalto, comunicou aos ministros militares que estava renunciando à Presidência da República e determinou que eles mantivessem a ordem pública. Assinou a curta carta de renúncia de cinco linhas, sem firma reconhecida, e o ministro Pedroso Horta ficou de entregar à tarde ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Auro Moura Andrade. A carta de renúncia de próprio punho dizia o seguinte:

“Presidente da República
Ao Congresso Nacional.

Nesta data, e por este instrumento,
deixando com o Ministro da Justiça,
as razões de meu ato, renuncio ao
mandato de Presidente da República.

Brasília, 25-8-61 / - (assinatura)”

A intenção do renunciante era que o Ministro da Justiça Pedroso Horta, pudesse falar expondo as razões do ato no plenário do Congresso Nacional e que nada fosse decidido porque era uma sexta-feira, e havia poucos parlamentares em Brasília.

Ele deixou também uma proclamação ao povo brasileiro, que dizia o seguinte:

**“Carta Renúncia do Presidente da República Jânio Quadros,
em 25 de agosto de 1961, sexta-feira**

*Fui vencido pela reação e assim deixo o governo. Nestes sete meses cum-
pri o meu dever. Tenho-o cumprido dia e noite, trabalhando infatigavel-
mente, sem prevenções, nem rancores. Mas baldaram-se os meus esfor-
ços para conduzir esta nação pelo caminho de sua verdadeira libertação
política e econômica, a única que possibilitaria o progresso efetivo e a
justiça social, a que tem direito o seu generoso povo.*

*Desejei um Brasil para os brasileiros, afrontando nesse sonho a corrupção,
a mentira e a covardia que subordinam os interesses gerais aos apetites e
às ambições de grupos ou de indivíduos, inclusive do exterior. Sinto-me,
porém, esmagado. Forças terríveis levantam-se contra mim e me intri-
gam ou infamam, até com a desculpa de colaboração.*

*Se permanecesse, não manteria a confiança e a tranquilidade, ora quebra-
das, indispensáveis ao exercício da minha autoridade. Creio mesmo que
não manteria a própria paz pública.*

*Encerro, assim, com o pensamento voltado para a nossa gente, para os
estudantes, para os operários, para a grande família do Brasil, esta pá-
gina da minha vida e da vida nacional. A mim não falta a coragem da
renúncia.*

*Saio com um agradecimento e um apelo. O agradecimento é aos compa-
nheiros que comigo lutaram e me sustentaram dentro e fora do governo
e, de forma especial, às Forças Armadas, cuja conduta exemplar, em to-*

*dos os instantes, proclamo nesta oportunidade. O apelo é no sentido da
ordem, do conagração, do respeito e da estima de cada um dos meus
patrícios, para todos e de todos para cada um.*

*Somente assim seremos dignos deste país e do mundo. Somente assim
seremos dignos de nossa herança e da nossa predestinação cristã. Retorno
agora ao meu trabalho de advogado e professor. Trabalharemos todos. Há
muitas formas de servir nossa pátria.*

*Brasília, 25 de agosto de 1961.
Jânio Quadros”*

Este documento continha algumas denúncias de forte conteúdo:
“Fui vencido pela reação e assim deixo o governo”; “Forças terríveis le-
vantam-se contra mim e me intrigam ou infamam, até com a desculpa
de colaboração”.

Mas, o documento se apequena quando faz um “agradecimento
de forma especial às Forças Armadas, cuja conduta exemplar, em todos
os instantes, proclamo nesta oportunidade”.

Esse afago às Forças Armadas é para que estas não se opusessem
ao seu retorno à Presidência da República, que era o seu objetivo.

Ele imaginava que as discussões sobre sua renúncia se alongas-
sem até à semana seguinte, dando tempo para uma grande mobilização
popular pela sua volta. Confiava que Leonel Brizola (RS), Carvalho Pinto
(SP), Magalhães Pinto (MG) e outros governadores apoiassem sua volta
triumfante. Supunha que não lhe faltaria o apoio da esquerda em face de
sua política externa.

O plano da renúncia frustrou-se porque na hora do almoço, o Ministro da Guerra, Odylo Denys, vizinho de apartamento no mesmo andar do deputado mineiro José Maria Alkmin, contou a este que Jânio apresentaria renúncia. Os mentores políticos do Partido Social Democrático (Auro Moura Andrade, presidente do Senado e do Congresso Nacional, Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados, Alkmin e outros) combinaram tudo. Quando Pedroso Horta às 15 horas entregou ao Presidente do Congresso a carta-renúncia de Jânio, o Senador Auro dirigiu-se imediatamente ao recinto da Câmara dos Deputados, declarando instalada a sessão do Congresso. Leu a curta carta de Jânio e disse “que por ser ato unilateral de vontade não comportava discussão”. Declarou vaga a presidência da República e comunicou que Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados, segundo na ordem de sucessão constitucional, assumiria a presidência às 17 horas no Palácio do Planalto, visto que o vice-presidente da República João Goulart encontrava-se em viagem ao exterior.

O líder do governo, deputado Pedro Aleixo, estupefato porque soube da renúncia poucas horas antes pelo Procurador Geral da República e ainda estava incrédulo, pediu a palavra, para “questão de ordem”. O Presidente da Mesa respondeu: “A sessão está encerrada”.

Jânio Quadros esperou em vão na Base Militar de Cumbica em São Paulo o chamado que nunca veio. Na segunda-feira, 28 de agosto, alguns de seus adeptos ainda tentaram alguma coisa. Na Assembléia Legislativa do Paraná, o deputado Anibal Khury leu manifesto do Movimento Popular Pró-Jânio Quadros no Paraná pela volta de Jânio à Presidência da República. Foram vozes isoladas que se perderam no vazio e o mal calculado “golpe da renúncia” fracassou.

Jânio não renunciaria se Souza Naves estivesse vivo

Nesse instante crucial da história brasileira, faltou a presença em nossa vida pública do Senador paranaense Abilon de Souza Naves. Ninguém duvida que ele teria sido eleito governador do Paraná em outubro de 1960 e com seus conselhos não teria deixado a situação se deteriorar. Jânio era dotado de personalidade histriônica, imprevisível nas suas atitudes e não ouvia ponderações de ninguém. Souza Naves, com seu jeito mineiro, calmo, ponderado, desprendido de ambições pessoais, patriota, era talvez a única pessoa a quem Jânio ouvia e respeitava.

Presidente nacional em exercício do PTB e presidente do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (Ipase) durante o governo de Getúlio Vargas, Souza Naves ajudou discretamente Jânio eleger-se, em 1953, prefeito de São Paulo. Certa ocasião, Jânio ficou realmente doente, entrou em depressão e queria renunciar ao cargo de Governador de São Paulo e à vida pública. Chamado por Eloá (esposa de Jânio), Souza Naves permaneceu dois dias ao lado de Jânio, acompanhou seu restabelecimento de saúde e dissuadiu-o da renúncia.

Em 1958, haveria eleição para governador de São Paulo e Jânio queria fazer sucessor seu competente Secretário da Fazenda, Carvalho Pinto, e não iria afastar-se do governo para disputar o Senado, com medo de seu inimigo político Adhemar de Barros eleger-se governador. A sucessão presidencial realizar-se-ia em 1960 e Jânio ficaria no ostracismo por dois anos, o que lhe seria fatal porque não exercia liderança em nenhum dos partidos políticos, que, aliás, ele desprezava, só os utilizando para fins de registro de candidatura.

Souza Naves procurou Jânio Quadros e apontou-lhe o caminho: concorrer a deputado federal pelo PTB do Paraná, sem afastar-se do cargo

de Governador de São Paulo. Souza Naves já tinha se orientado juridicamente com as melhores advogados e o estratagema era possível, mas dependia da decisão da Justiça Eleitoral. Coube a mim tomar as providências burocráticas, visto que eu era o Secretário Geral do PTB do Paraná.

Levei-lhe a ficha de filiação ao PTB, que Jânio assinou. Na Convenção do PTB do Paraná para lançamento de candidatos para o pleito de 3 de outubro de 1958, Jânio Quadros foi incluído e aprovado na chapa para Deputado Federal. Novamente, vim a São Paulo e ele assinou a autorização para o registro da candidatura.

O tribunal Regional Eleitoral do Paraná registrou a candidatura de Jânio Quadros. A pedido de Souza Naves, o pequeno Partido Rural Trabalhista (PRT) impugnou a candidatura. A questão subiu ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que sacramentou a possibilidade legal de Jânio Quadros concorrer a deputado federal pelo PTB do Paraná, sem necessidade de afastar-se do cargo de governador de São Paulo.

Só após a decisão da Justiça Eleitoral transitar em julgado, Jânio Quadros tornou pública a atitude de realmente disputar a eleição. (Leonel Brizola, então governador gaúcho, aproveitou a brecha jurídica e se elegeu em 1962 deputado federal mais votado do Brasil pelo Rio de Janeiro, conservando-se governador no Palácio Piratini. Isso valeu a Brizola eleger-se em 1982 e em 1990 para a Chefia do Executivo carioca).

Jânio incumbiu o politizado Tenente Alberto, da Polícia Militar de São Paulo, para coordenar sua campanha eleitoral. Dei-lhe apoio logístico, facilitando-lhe acesso à lista de prefeitos, vereadores, diretórios municipais do PTB e outras informações úteis. Todo o material de propaganda foi confeccionado em São Paulo e Jânio Quadros limitou-se a participar apenas de dois comícios, em Londrina e em Curitiba; aqui o

General Iberê de Mattos disputava a Prefeitura, e se elegeu na sucessão de Ney Braga. Souza Naves venceu para o Senado e Jânio obteve a maior votação do Estado para deputado federal. A eleição de Governador do Paraná somente se realizaria dois anos depois em 1960. Vale explicar que a disparidade de datas do pleito de Governador nos Estados decorria das Constituições estaduais estabelecerem mandatos dispares de 4 e 5 anos.

Jânio Quadros elegeu-se o deputado federal mais votado do Paraná pelo PTB e sua permanência na Chefia do Executivo paulista foi peça fundamental para a eleição, em 1958, de seu candidato a governador de São Paulo, o Dr. Carvalho Pinto, que em 1963 comandou o Ministério da Fazenda de João Goulart, depois da recuperação de seus poderes presidenciais através do plebiscito, sucedendo a San Tiago Dantas.

Tenho para comigo que Jânio Quadros teria concluído seu mandato de Presidente da República se Souza Naves estivesse vivo. Sua morte por infarto fulminante em 12 de dezembro de 1959 mudou os destinos do Paraná e do Brasil. Ney Braga elegeu-se governador do Paraná em 1960 e Jânio renunciou, provocando crise político-militar de imprevisíveis conseqüências

Veto dos Ministros Militares à Posse de João Goulart

Como já disse, o Vice João Goulart encontrava-se em Missão Oficial do governo brasileiro na República Popular da China quando Jânio Quadros renunciou à Presidência da República dia 25 de agosto de 1961.

Os ministros militares Odylo Denys, da Guerra, Grum Moss da Aeronáutica e Silvio Heck, da Marinha, vetaram a posse de João Goulart

na Presidência da República “por ser comunista” e anunciaram que o prenderiam se voltasse ao país. Em outras palavras, cassaram seus direitos políticos e o condenaram ao exílio.

Incompatibilidades entre Jango e os Militares

O principal fato gerador das incompatibilidades entre grande parte das Forças Armadas e João Goulart foi a Guerra Fria que colocou em posições antagônicas os Estados Unidos, presidido por Harry Truman após a morte de Franklin Delano Roosevelt, e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, depois da 2ª Guerra Mundial.

Na Guerra da Coreia do Sul, apoiada pelos Estados Unidos, contra a Coreia do Norte, aliada da China comunista e da União Soviética, os Estados Unidos pediram que o Brasil mandasse tropas para ajudar o esforço bélico norte-americano, mas Vargas tergiversou. É bem verdade que assinou o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos que vigorou até o governo Ernesto Geisel, quando este o denunciou e o desfez.

O livro dos jornalistas norte-americanos Gerard Colby com Charlotte Dennett *SEJA FEITA A VOSSA VONTADE*, com o subtítulo *A Conquista da Amazônia: Nelson Rockefeller e o Evangelismo na Idade do Petróleo*, Editora Record, 1998, tradução de Jamari França, diz que “A criação da Petrobras, Lei 2004 de 3 de outubro de 1953, representou afronta aos donos das gigantes internacionais de petróleo”.

Essa obra baseou-se em documentos oficiais, liberados pelo governo estadunidense depois de 50 anos dos acontecimentos, e mostra que “a política nacionalista de Getulio Vargas quanto à exploração do petróleo teve decisiva influência em sua deposição pelas Forças Armadas, em 29 de outubro de 1945, e na crise política de agosto de 1954”.

O livro (pag. 222) salienta as diretrizes traçadas pelos EUA ao término da 2ª Guerra: “Nacionalizações proibidas, mesmo a reserva de uma indústria para a iniciativa privada nacional era inaceitável. A administração Harry Truman estava efetivamente decretando que todas as economias, recursos, indústrias, comércio e mercados do mundo deviam estar abertos à penetração das corporações americanas”.

Getulio Vargas anunciou em Curitiba, dia 19 de dezembro de 1953, 1º Centenário da Emancipação Política do Paraná, que criaria a Eletrobras. Dia seguinte desabaram nas bolsas de valores de Nova Iorque os preços das ações das multinacionais (Light and Power, Bond and Share e Empresas Elétricas Brasileiras), que praticamente monopolizavam a produção e distribuição de energia no Brasil, e não realizavam novos investimentos, limitando-se a auferir lucros e remetê-los para o exterior. No eixo Rio/São Paulo, a Light era a principal anunciante de jornais e rádios, juntamente com as empresas petrolíferas. O “Repórter Esso”, melhor e mais ouvido noticioso radiofônico, em edição extraordinária, teve o privilégio de divulgar a morte de Vargas e a íntegra de sua Carta Testamento em 24 de agosto de 1954.

João Goulart assumiu a presidência do Partido Trabalhista Brasileiro em 1952, e o partido defendia teses nacionalistas e de igualdade social e uma política externa independente, de aproximação com países socialistas.

Em 1953, Jango tornou-se Ministro do Trabalho, fortaleceu os sindicatos de trabalhadores e realizou estudos para elevar em dobro o salário mínimo de Cr\$ 1.200,00 para Cr\$ 2.400,00.

Os militares lançaram o Manifesto dos Coronéis com 52 assinaturas criticando a atuação de João Goulart, e Getulio Vargas demitiu-o do Ministério do Trabalho, embora dobrasse o salário mínimo como ele propusera.

Na reunião ministerial realizada à noite de 23 de agosto de 1954, no Palácio do Catete, Vargas entregou a João Goulart sua Carta Testamento recomendando que ele só abrisse o envelope no dia seguinte em Porto Alegre, para onde viajaria. Com esse gesto, Getúlio ratificou a escolha de João Goulart como seu sucessor político.

Para o pleito presidencial de outubro de 1960, o PTB do Paraná tinha lançado a candidatura de Jango a Presidente. Dia 1º de janeiro de 1960, fui portador de uma mensagem que o deputado federal San Tiago Dantas, outro vice-presidente nacional do antigo PTB, me confiara na véspera, no Rio de Janeiro, para entregar ao então vice-presidente João Goulart, que fora passar as festas de Natal e fim de ano na Granja São Vicente, em São Borja/RS. Nesse documento San Tiago relatava a Jango que os militares de alta patente não admitiriam sua candidatura à presidente da República pelo PTB, no pleito que se realizaria em outubro de 1960, e dava detalhes de sua conversa com o general Justino Alves Bastos, que presidia o Clube Militar.

Nesse primeiro dia do ano, Jango, sua esposa Maria Teresa e os filhos pequenos João Vicente e Denise tinham-se instalado na propriedade isolada, chamada “Pesqueiro”, à beira do rio Uruguai.

O pequeno avião que me conduzia aterrizou na Granja São Vicente. Convenci o administrador de Jango que precisava ir ao “Pesqueiro”, porque era portador de mensagem relevante. Lá, Jango me recebeu com a proverbial cordialidade e ele mesmo assou o churrasco de ovelha, enquanto conversávamos sobre o teor da mensagem de San Tiago Dantas alusivo ao veto dos militares a sua eventual candidatura a presidente da República.

Eram, portanto, evidentes as malquerenças de amplos setores das Forças Armadas em relação a João Goulart.

É preciso mencionar que Cuba havia se tornado país comunista sob a liderança de Fidel Castro, e os Estados Unidos não admitiriam que outra nação da América Latina se tornasse comunista ou simpatizante do regime soviético.

Havia muitas afinidades e coincidências entre os militares que depuseram Getúlio Vargas em 29 de outubro de 1945, que assinaram o manifesto dos Coronéis em 1953, que ficaram contra Vargas na crise de 1954, que não aceitavam a candidatura de João Goulart a Presidente da República em 1960, que vetavam sua posse na Presidência da República em agosto de 1961, após a renúncia de Jânio Quadros.

É preciso afirmar, também, que era muito forte o sentimento nacionalista nas Forças Armadas com destaque para o Marechal Henrique Baptista Duffles Teixeira Lott, os Generais Estilac Leal, Pery Bevilacqua, Albuquerque Lima, Horta Barbosa, Ernesto Geisel, General Leônidas Cardoso, Coronel Alcides Amaral Barcellos e muitos outros.

50 Anos depois dos acontecimentos creio que atualmente ninguém discorda que Getúlio Vargas e João Goulart nunca foram comunistas, mas sim nacionalistas e defensores do desenvolvimento econômico e da construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A Guerra Fria EUA x URSS terminou com a queda do Muro de Berlim em 1989 e com o fim da União Soviética em maio de 1991. Graças a isso, consolidou-se a democracia em todos os países da América do Sul e da América Central, como também na maioria dos países africanos e asiáticos.

Manifesto do Marechal Teixeira Lott pela Posse de João Goulart

Voltemos à análise do veto dos ministros militares à posse de João Goulart em 1961. No dia 26 de agosto, o seguinte à renúncia de Jânio Quadros, o Marechal Henrique Baptista Duffles Teixeira Lott, ex-ministro da Guerra do governo Juscelino Kubitschek, e ex-candidato a presidente da República pelo PSD e PTB, derrotado por Jânio Quadros em outubro de 1960, divulgou o seguinte manifesto a favor da posse de João Goulart.

“Aos meus camaradas das Forças Armadas e ao povo brasileiro.

Tomei conhecimento, nesta data, da decisão do Senhor Ministro da Guerra, Marechal Odylo Denys, manifestada ao representante do governo do Rio Grande do Sul, deputado Rui Ramos, no Palácio do Planalto, em Brasília, de não permitir que o atual Presidente da República, Sr. João Goulart, entre no exercício de suas funções, e ainda, de detê-lo no momento em que pise o território nacional.

Mediante ligação telefônica, tentei demover, aquele eminente colega da prática de semelhante violência, sem obter resultado. Embora afastado das atividades militares, mantenho um compromisso de honra com a minha classe, com a minha pátria e as suas instituições democráticas e constitucionais. E, pior isso, sinto-me no indeclinável dever de manifestar o meu repúdio à solução anormal e arbitrária que se pretende impor à Nação.

Dentro dessa orientação, conclamo todas as forças vivas do país, as forças da produção e do pensamento, dos estudantes e intelectuais, dos operá-

rios e o povo em geral, para tomar posição decisiva e enérgica no respeito à Constituição e preservação integral do regime democrático brasileiro, certo ainda de que os meus camaradas das Forças Armadas saberão portar-se à altura das tradições legalistas que marcam sua história no destino da Pátria.”

Vale observar que o general Odylo Denys tinha sido o principal colaborador do “Movimento de Retorno aos Quadros Constitucionais Videntes”, liderado pelo marechal Teixeira Lott em 11 de novembro de 1955 para garantir a posse de Juscelino Kubitschek na presidência da República e João Goulart na Vice, quando Café Filho e Carlos Luz foram destituídos de seus cargos, assumindo a Presidência da República o senador Nereu Ramos, presidente do senado, que deu posse a Juscelino e Jango em janeiro de 1956.

Campanha da Legalidade

Na madrugada de 27 de agosto de 1961, domingo, o governador Leonel Brizola do Rio Grande do Sul lançou a Campanha da Legalidade pela rádio Guaíba, que ele requisitou e instalou nos porões de Palácio Piratini, defendendo o respeito à Constituição e a posse do Vice-Presidente João Goulart.

Ele concluiu assim sua exortação ao povo:

“O ambiente no Estado é de ordem. O Governo do Estado, atento a esta grave emergência, vem tomando todas as medidas de sua responsabilidade, mantendo-se, inclusive, em permanente contato e entendimento

com as autoridades militares federais. O povo gaúcho tem imorredouras tradições de amor à pátria comum e de defesa dos direitos humanos. E seu Governo, instituído pelo voto popular – confiemos os riograndenses e os nossos irmãos de todo o Brasil – não desmentirá estas tradições e saberá cumprir o seu dever.”

No dia 28 de agosto, segunda-feira, o general Orlando Geisel, Chefe de Gabinete do Ministro Odylo Denys, em nome dele mandou a seguinte determinação ao General José Machado Lopes, comandante do III Exército com sede em Porto Alegre:

“O III Exército deve compelir imediatamente o Sr. Leonel Brizola a pôr termo à ação subversiva que vem desenvolvendo e que se traduz pelo deslocamento e concentração de tropas e outras medidas que competem exclusivamente às Forças Armadas.

- 1) O Governador colocou-se, assim, fora da legalidade. O Comandante do III Exército atue com a máxima energia e presteza.*
- 2) Faça convergir sobre Porto Alegre toda tropa do Rio Grande do Sul que julgar conveniente, inclusive a 5ª. DI, se necessário.*
- 3) Empregue a Aeronáutica, realizando inclusive o bombardeio, se necessário.*
- 4) Está a caminho do Rio Grande do Sul uma força-tarefa da Marinha.*
- 5) Qual o reforço de tropa de que necessita?*
- 6) Aqui há um boato de que o General Muricy viria ao Rio. O Ministro da Guerra não quer acreditar nessa notícia e julga que o momento não é mais para parlamentar, mas requer ação firme e imediata.*
- 7) O Ministro da Guerra confia em que a tropa do III Exército cumprirá seu dever.”*

O Governador Leonel Brizola na manhã desse mesmo 28 de agosto, às 11 horas, assim falou pela Rádio Guaíba:

“Aqui resistiremos até o fim. A morte é melhor do que a vida sem honra, sem dignidade e sem glória. Aqui ficaremos até o fim. Podem atirar. Que decolem os jatos! Que atirem os armamentos que tiverem comprado à custa da fome e do sacrifício do povo! Joguem estas armas contra este povo. Já fomos dominados pelos trustes e monopólios norte-americanos. Estaremos aqui para morrer, se necessário. Um dia, nossos filhos e irmãos farão a independência do nosso povo!”

Os documentos aqui citados estão no livro *Um Olhar Sobre a Legalidade, 1961, 25 de agosto – 7 de setembro, 13 dias que abalaram o Brasil*, de autoria de Ney Eduardo Possapp d’Ávila, agosto de 2011.

Ao meio dia desse decisivo 28 de agosto, o general Machado Lopes, Comandante do III Exército, com sede em Porto Alegre e jurisdição nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, vai ao Palácio Piratini e apoia a Campanha da Legalidade e a posse de João Goulart, em encontro com Leonel Brizola, que lhe passa o comando da Brigada Militar do Estado.

A Aeronáutica sediada em Canoas sob o comando do Tenente-Coronel Alfeu Alcântara Monteiro não cumpre a ordem de fustigar o Palácio Piratini, aliás, os sargentos tinham esvaziado os pneus dos aviões e desativado os dispositivos de lançamento de bombas.

Todos os partidos políticos e parlamentares gaúchos, as entidades representativas da sociedade civil, dos estudantes e de trabalhadores se solidarizaram com a obediência aos preceitos constitucionais e à posse do Vice-Presidente.

A população acorre ao Palácio Piratini; onde a multidão em alguns momentos chega a 100.000 pessoas.

Nos demais Estados propagou-se a adesão ao respeito à Constituição. O governador Mauro Borges de Goiás, Coronel do Exército, aliou-se à Campanha da Legalidade, mobilizou sua Polícia Militar e abriu ao povo o voluntariado.

A Campanha da Legalidade teve forte apoio no Paraná. O Prefeito trabalhista de Curitiba, General Iberê de Mattos, assumiu posição destemida abrindo o voluntariado para quem quisesse participar de eventual luta armada e milhares de paranaenses se alistaram. O General Iberê atribuiu plenos poderes ao seu Secretário Político jornalista Jorge Mathias Junior para dedicar-se exclusivamente a essa missão.

O líder da bancada estadual do PTB, Amaury de Oliveira e Silva, discursou lembrando que a renúncia de Jânio era um fato consumado e que o próprio ex-presidente declarou ser imperativo o respeito a Constituição e a posse do Vice-Presidente João Goulart. Referiu-se aos pronunciamentos e manifestos em favor da posse de Jango pelo governador da Bahia Juracy Magalhães, ex-presidente nacional da União Democrática Nacional (UDN), do ex-presidente Juscelino Kubitschek, do governador de Pernambuco, Cid Sampaio, do Marechal Teixeira Lott, e exaltou a Campanha da Legalidade, liderada no Rio Grande do Sul pelo governador Leonel Brizola. Propôs e foi aprovado o seguinte requerimento:

“Requeiro, na forma regimental, seja enviada aos Exmos. Srs. Presidente da República, do Senado Federal da Câmara dos Deputados, aos Ministros Militares, a Mensagem seguinte:

“Assembleia Legislativa do Paraná, reunida em sessão permanente desde

25 do corrente, decidiu levar conhecimento Vossências sua formal condenação qualquer solução buscada fora preceitos constitucionais disciplinam matéria pertinente substituição e sucessão chefia Poder Executivo Federal pt Reitera por isso este Poder Legislativo sua inabalável disposição de lutar pela investidura do Doutor João Goulart na Presidência da República nos precisos termos do artigo 79 da Carta Magna pt Os representantes do povo paranaense colhem para este pronunciamento a solidariedade e os aplausos dos estudantes, dos trabalhadores, de todas as forças criadoras do progresso desta unidade da Federação pt Tudo pela Democracia, pelo respeito à Lei e pela obediência à Constituição pt Povo do Paraná quer ver respeitada sua vontade livremente manifestada nas urnas. Cordiais Saudações.”

Todas as lideranças de bancada manifestaram-se pela posse de João Goulart, não havendo uma só discrepância explícita. A mesa aprovou instalação no recinto de emissora de rádio para retransmitir a Cadeia da Legalidade, gerada no Palácio Piratini, sede do governo estadual em Porto Alegre, pela rádio Guaíba, requisitada por Brizola.

Nessa mesma sessão de 28 de agosto de 1961, pronunciei longo discurso, requerendo que a manifestação da Assembleia Legislativa do Paraná fosse levada a Brasília por uma comissão de deputados, tendo a presidência da Mesa designado para essa tarefa os líderes de todas as bancadas. Por proposta do líder do PTB, fui incluído nessa Comissão. Li da tribuna o manifesto dos estudantes e dos trabalhadores:

“Os estudantes estiveram reunidos, ontem à noite, na sede da UPE, debatendo a presente crise nacional e fizeram um taxativo pronunciamento em favor da legalidade e pela posse do Presidente João Goulart. À assembleia extraordinária dos estudantes estiveram presentes líderes

de sindicatos de trabalhadores e os deputados Amaury Silva e Léo de Almeida Neves. Ao fim do agitado encontro, os estudantes e trabalhadores votaram uma moção considerando a sede da UPE a ‘Casa da Legalidade’ e lançaram o seguinte

MANIFESTO

“Os estudantes e trabalhadores novamente vêm perante o povo paranaense com a finalidade de fixar as suas posições assumidas em seus Congressos e assembléias gerais, a respeito da grave crise política que atravessa nosso País.

Assim, RESOLVEM:

Apoiar integralmente os princípios constitucionais vigentes, como a única forma de preservação da ordem e do Regime Democrático. Em consequência, defender intransigentemente a posse incondicional do Sr. João Goulart na Presidência da República.

.....

Para que se possam efetivar as medidas tendentes à manutenção da ordem legal, dos princípios democráticos e constitucionais, CONCLAMAMOS, em nome da Aliança Operário-Estudantil, o povo paranaense para que, com calma e serenidade, mas com firmeza e vigilância, tome posição em defesa do regime, e, denominamos a sede da “UPE” “CASA DA LEGALIDADE”, convidando todo o povo a participar de nossas deliberações e tomadas de posições.

Curitiba, 27 de agosto de 1961.

RONALDO PEREIRA – Presidente da UPE

PARIMÉ BRASIL – Presidente da UPES

ACCIOLY NETO – Presidente da UCES

Federação dos Trabalhadores na Indústria do Paraná

Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários no Estado do Paraná

Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil

Sindicato dos Oficiais Marcineiros

Sindicato dos Bancários

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Textéis.”

MANIFESTO DOS JORNALISTAS

Os jornalistas dos principais jornais de Curitiba lançaram veemente manifesto:

“Os jornalistas abaixo-assinados, cômicos de sua responsabilidade e certos de que não têm o direito de ficar alheios, e sabendo que o seu pronunciamento poderá contribuir para o esclarecimento do povo, manifestam:

5º - A posse de Jango é imperativo constitucional, a partir do momento em que se consumou a renúncia de Jânio. Nenhum argumento pode prevalecer contra ela. Queiram ou não queiram os golpistas, Jango é neste momento o Presidente da República e está sendo esbulhado em seu mandato, livremente conferido pelo povo.

9º - A posse de Jango tem de ser incondicional, em respeito a Constituição. Jango deverá ter poderes para exercer livremente o que o povo lhe conferiu.

CURITIBA, 28 de agosto de 1961.

José Augusto Ribeiro – red. Político do Estado do Paraná

Clóvis Stlader de Souza – red. Político do Diário do Paraná

Ilsou de Almeida – red. Político de Tribuna do Paraná

Jairo Regis – red. Político do Correio do Paraná

Adherbal Fortes de Sá Jr. – red. Político de Última Hora”

Seguem outras assinaturas.”

Professor de Direito Constitucional Suspende Aulas

O Professor de Direito Constitucional, José Munhoz de Mello, ex-deputado federal constituinte e ex-presidente do Tribunal de Justiça do Estado, em carta ao Diretor da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná afirma que não mais daria aulas, enquanto o Vice-Presidente da República não fosse empossado:

“Curitiba, 29 de Agosto de 1.961.

Senhor Diretor:

Levo ao conhecimento de Vossa Excelência, de acordo com a deliberação por mim consignada no livro ponto dessa Faculdade, que não lecionarei da cadeira de Direito Constitucional neste País, se a Constituição Federal for violentada, no que a mesma estabelece, imperativamente, quanto à sucessão do Presidente da República, em caso de vacância desse cargo, pelo Vice-Presidente (art. 79).

Entendo que o desrespeito à essa norma, por imposição das Forças Armadas, torna absolutamente inútil o estudo, nos cursos jurídicos, dos princípios de direito público positivo.

Apresento a Vossa Excelência os meus protestos de consideração e apreço.

(a) JOSÉ MUNHOZ DE MELLO”

Entrega da mensagem da Assembléia em Brasília

Com o agravamento da situação político-militar, acabei sendo o único a viajar a Brasília portando o documento da Assembléia pró-posse de João Goulart. Desloquei-me de táxiaéreo, porque as linhas aéreas co-

merciais estavam interrompidas. Não havia aviões estacionados no aeroporto civil de Brasília e só se enxergavam aeronaves da FAB na área militar. Tivemos autorização da torre para aterrizar e fizemos o pouso solitário. Desci e caminhei sem problemas para a estação de passageiros, vazia, mas com os funcionários civis a postos. Apanhei um táxi e cumpri minha missão, entregando o manifesto dos deputados estaduais do Paraná ao Presidente do Senado e da Câmara dos Deputados. Pedi à chefia de gabinete do líder do PTB na Câmara Federal que encaminhasse o documento aos Ministros militares e ao Presidente interino.

Assisti a sessão da tarde da Câmara Federal, ouvindo vários discursos, talvez os mais belos e eloquentes da história parlamentar republicana. Lembro-me, especialmente do inflamado pronunciamento de Almino Afonso, líder da bancada do PTB; de Rui Ramos, deputado trabalhista gaúcho; de Adauto Lucio Cardoso, da UDN do então Estado da Guanabara; do líder integralista (Partido de Representação Popular) Plínio Salgado, todos a favor da posse constitucional de João Goulart, na Chefia da Nação. Ninguém ousou defender a tese dos Ministros militares.

No fim da tarde, voltei ao aeroporto de Brasília e quando adentrei soldados da Aeronáutica, com armas de mão, corriam pelos corredores na tentativa de aprisionar alguém. Mostrei-me alheio ao que se passava, entrei e saí por uma porta da antiga pequena estação de passageiros e caminhei calmamente até o pequeno avião, única presença de aeronave no local. O comandante (sem co-piloto pois era monomotor), pôs as hélices em movimento e levantamos vôo, sem autorização da torre, que emudeceu na base de que “quem cala consente”.

Descemos no cair da tarde em Congonhas, São Paulo, sem nenhum problema. Peguei um carro e como a rodovia São Paulo-Curitiba estava interdita pelos militares desloquei-me ao Paraná entrando por

Sengés, Jaguariaíva, Castro e Ponta Grossa, onde cheguei de madrugada e encontrei a Câmara Municipal em vigília cívica, com a presença de estudantes, trabalhadores profissionais liberais e políticos. Através de microfone de rádio instalado no local, e que estava sob o comando do Vereador trabalhista Edmar Luiz Costa, falei ao povo paranaense, relatei o êxito da incumbência que me levava a Brasília e o amplo apoio congressual à posse de Jango.

Aprovação do Parlamentarismo

O país estava na iminência de uma guerra civil de imprevisíveis conseqüências, e o Congresso Nacional aprovou em 2 de setembro de 1961 a emenda Constitucional nº 4 implantando o Parlamentarismo, com texto adaptado da emenda do Deputado gaúcho Raul Pila, que retirava poderes do Presidente da República, mantendo porém prerrogativas de indicar o nome do primeiro ministro, comandar as Forças Armadas e fazer nomeações juntamente com o 1º Ministro. Contudo, não lhe deu poderes de dissolver o Congresso e convocar novas eleições.

João Goulart tinha chegado dia 30 de agosto a Montevideú, depois de longa e demorada viagem de Singapura e escalas em Paris, Nova York, Lima e Buenos Aires, e Tancredo Neves foi encontrá-lo na capital uruguaia e submeteu à sua apreciação o texto da emenda parlamentarista em exame no Congresso, que ele aceitou.

Jango voltou ao Brasil dia 2 de setembro por Porto Alegre, mas não falou ao povo concentrado em frente ao Palácio Piratini, que repudiava a solução parlamentarista e queria que ele assumisse a chefia do governo com plenos poderes.

Os ministros militares também concordaram com essa solução apaziguadora do parlamentarismo.

“Operação Mosquito”

Em 4 de setembro de 1961, requeri a ida de Comissão da Assembléia à Brasília para assistir a posse de João Goulart (o presidente da Mesa designou os líderes dos Partidos e eu como autor do requerimento).

Quando fui a Brasília, três dias antes da posse de João Goulart (já restabelecidas as rotas aéreas comerciais), ocorreu cena ridícula na chegada do avião da Varig, procedente de Porto Alegre com escala em Curitiba. Imediatamente à abertura da porta, irromperam para dentro do avião oficiais da FAB com armas na mão, perguntando se João Goulart estava a bordo e fazendo completa revista, inclusive nos banheiros. Provavelmente, tratavam-se de adeptos da chamada “Operação Mosquito”, que alguns oficiais desvairados da Aeronáutica pretenderam desencadear, com o propósito de abater o avião que conduziria João Goulart a Brasília ou de prendê-lo na sua chegada.

O General Ernesto Geisel, então Chefe do Gabinete Militar do Presidente interino Ranieri Mazzilli, coordenou com integral êxito as medidas na área militar, para neutralizar e impedir qualquer atitude radical de setores ainda inconformados com a posse de João Goulart.

Discurso de Posse

João Goulart chegou a Brasília dia 5 de setembro e tomou posse na Presidência da República no dia da Independência, 7 de setembro de 1961.

No seu discurso de posse proclamou:

“Tudo fiz para não marcar com o sangue generoso do povo brasileiro o caminho que me trouxe a Brasília”.

Sabem os partidos políticos, sabem os parlamentares, sabem todos que por temperamento inclino-me mais a unir que dividir; prefiro pacificar a acirrar ódios; prefiro harmonizar a estimular ressentimentos”.

100

Solução Consensual de Alto Nível

E assim terminou com solução consensual de alto nível, sem guerra civil e sem disparar um tiro, a crise político-militar de 1961 entre a renúncia de Jânio Quadros à Presidência da República em 25 de agosto e a posse do Vice João Goulart em 7 de setembro de 1961.

Preparado para Exercer o Poder

Ao contrário do que diziam seus adversários, João Goulart estava muito bem capacitado a comandar o destino do Brasil e tornar reali-

dade seus ideais de desenvolvimento econômico sob a ótica nacionalista e do alcance da justiça social em favor dos trabalhadores.

Bacharel em Direito, João Goulart se elegeu em 1947 deputado estadual pelo PTB do Rio Grande do Sul. Em 1950, é eleito deputado federal e no ano seguinte ocupa a Secretaria da Justiça no governo do Rio Grande do Sul. Em 1952, aos 34 anos, assume a presidência nacional do PTB e dinamiza o Partido. Nos seus vinte anos (1945 a 1965) de existência o Partido Trabalhista Brasileiro foi o partido que mais cresceu no Brasil em representação parlamentar, número de filiados e Diretórios Municipais. No pleito de 1962, passou de 66 deputados federais para 162. Tinha como base de sustentação o ideário nacionalista de Vargas e as realizações de seu governo no campo social e econômico. Ademais, o trabalhismo corporificava uma doutrina fundamentada nas idéias e na pregação do intelectual gaúcho Alberto Pasqualini.

Em 1953, Jango é nomeado Ministro do Trabalho e valoriza o cargo, fazendo contato direto com os dirigentes sindicais de todo país, que se submetem com entusiasmo à sua liderança. Propõe a duplicação do valor do salário mínimo e é alvo do Manifesto dos Coronéis, que exigem de Vargas a sua cabeça, acusando-o de agitador. Para evitar crise militar, Getúlio atende ao pedido de Jango para afastar-se e deixa no cargo seu chefe de gabinete Hugo de Faria, mas decreta aumento de 100% no salário mínimo por ele proposto.

Getúlio se suicida em 24 de agosto de 1954 e entrega na reunião da véspera no Palácio do Catete sua Carta Testamento a João Goulart, e com esse gesto confirma-o na condição de herdeiro político.

Ele acumulou largo conhecimento da política nacional, com visão de conjunto do Senado, Câmara Federal e governos estaduais. Jango

101

102 tinha amadurecido um Programa de Administração, baseado nas Reformas de Base, que o trabalhismo se propunha a executar quando chegasse ao Palácio do Planalto.

Como vice-presidente de Jânio Quadros, João Goulart presidia as sessões do Senado Federal do Congresso Nacional, o que lhe dava grande visibilidade política.

Como pauta destacada do seu “doutorado político”, João Goulart desfrutou o privilégio de conviver com o maior estadista do Brasil, o Presidente Getúlio Dornelles Vargas, quando este se auto-exilou após 1945 na sua fazenda em São Borja, próxima à dele, propiciando longas conversas sobre temas políticos, sociais e econômicos.

Tanto Getúlio Vargas como João Goulart sofreram as consequências do recrudescimento da hegemonia econômica e militar norte-americana no pós 2ª Guerra Mundial e da “guerra fria” que antagonizou Estados Unidos e União Soviética, com o temor do conservadorismo daqui e de lá que um país continental como o Brasil pudesse transformar-se em outra Cuba comunista.

Vargas e João Goulart eram irredutivelmente defensores do nacionalismo econômico e, ao mesmo tempo, da formação de uma sociedade solidária onde as riquezas fossem distribuídas de forma mais justa e equitativa.

Embora o silêncio da imprensa e dos livros didáticos de História, no governo João Goulart houve grandes realizações que descreverei a seguir.

O governo João Goulart, ainda com Tancredo Neves 1º Ministro, reatou relações diplomáticas com a União Soviética, e empenhou-se em

estabelecer vínculos comerciais com a República Popular da China, tanto assim que no momento do golpe de 1964 encontravam-se no Brasil alguns chineses para verificar oportunidades de negócios e de comércio com produtos dos dois países. Por sinal, que esses chineses foram presos e maltratados, criando incidente diplomático.

Jango criou a Comissão de Nacionalização das Empresas Concessionárias de Serviço Público (CONESP), criou o Conselho Nacional de Comunicação (CONTEL) e a Comissão Nacional de Energia Nuclear, instituindo o monopólio estatal nessa área estratégica.

A Universidade de Brasília nasceu sob inspiração de Juscelino Kubitschek, porém coube a João Goulart instituir em 15 de janeiro de 1962 a Fundação Universidade de Brasília e inaugurar a própria Universidade, que teve nos professores Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro seus principais impulsionadores, com realce a este último nomeado por Jango para Ministro da Educação e Chefe da Casa Civil.

Ele cancelou as concessões de exploração de minério de ferro em Minas Gerais do grupo norte-americano Hanna Corporation.

Aprovou a zona de Livre Comércio da Associação Latino-americana de Livre Comércio.

Aprovou o Estatuto do Trabalhador Rural e criou a Superintendência da Reforma Agrária em 1962. Sancionou a Lei do 13º salário para os trabalhadores e o funcionalismo público.

Na área da educação, sancionou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação que determinava que 12,45% do orçamento federal fossem investidos em educação.

Baixou decreto que permitia a desapropriação de terras nos 20 km de cada lado das rodovias e ferrovias federais, bem como de açudes e rios de navegação.

Jango regulamentou a lei que previa o abuso de poder econômico e instalou o CADE, Conselho Administrativo de Defesa Econômica, e enquadrou a indústria farmacêutica 90% estrangeira, eliminando o superfaturamento na importação de matérias primas e outros insumos industriais.

Autorizou o seu Ministro da Fazenda Carvalho Pinto a lançar em fins de 1963 as Letras do Tesouro emitidas pelo Banco do Brasil, agente financeiro da União, para cobrir déficit público sem emissão de moeda, conseguindo enxugar o meio circulante. Esse procedimento pioneiro foi seguido pelos governos que se sucederam e até hoje é utilizado.

Afora estabelecer relações comerciais com a China comunista, Jango procurou estreitar laços econômicos com o bloco socialista e países da África e da América Latina, objetivando diversificar mercados, muito concentrados nos Estados Unidos e Europa.

Jango instituiu o Plano Nacional de Saúde e o Plano Nacional de Educação para racionalizar e dinamizar a atuação do Poder Público nessas duas áreas de fundamental relevância.

O governo agilizou a venda de imóveis construídos pelos antigos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs) aos segurados, com financiamentos de longo prazo e juros baixos; e iniciou a construção de hospitais regionais pelo IAPs, àquela época bem capitalizados.

Para os trabalhadores no campo, João Goulart incentivou a formação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, reconheceu a Confedera-

ção Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e regulamentou o Estatuto do Trabalhador Rural.

Ele regulamentou o Código Brasileiro de Telecomunicações, nacionalizando os serviços de telefonia, telegrafia, rádio-difusão e rádio amador, e criou o Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL), alargando a rede de telex. Essas iniciativas foram a base para a criação da Embratel (Empresa Brasileira de Telecomunicações) prevista no Código Brasileiro de Telecomunicações.

Jango sancionou a Lei de criação da Eletrobras, proposta por Getúlio Vargas, instalou a empresa e reformulou a legislação sobre o Fundo de Eletrificação. Seu governo iniciou os estudos para o aproveitamento de 7 Quedas no Rio Paraná, e a construção do que seria a maior hidrelétrica mundial, a de Itaipu, e o Itamaraty fez os primeiros contatos com o governo do Paraguai.

Jango acionou a Companhia Vale do Rio Doce no sentido de apressar a construção do Porto de Tubarão, Espírito Santo, para escoamento de minério de ferro e, ao longo de seu governo, inaugurou as usinas siderúrgicas estatais Usiminas, Cosipa e Ferro e Aço de Vitória, hoje privatizadas.

Ele determinou o monopólio da Petrobras na distribuição à granel de derivados de petróleo aos órgãos do governo, autarquias e empresas estatais, que eram servidos por multinacionais.

João Goulart praticou medida de proteção à indústria nacional, contrariando interesses norte-americanos, ao revogar a Instrução 113 da Superintendência da Moeda e de Crédito, vinculada ao Banco do Brasil, que permitia a importação de máquinas e equipamentos sem cobertura

cambial, desde que financiados a longo prazo por bancos internacionais. Essa Instrução 113 provinha do governo Café Filho, que substituiu Vargas na Presidência da República.

O Governo trabalhista baixou a Instrução 242 da SUMOC, proibindo importação de máquinas e equipamentos sempre que houvesse similar nacional, isto é, que a indústria de bens de capital sediada no Brasil pudesse fornecê-los. Além de proteger a indústria nacional, a medida estimulava a atração de empresas estrangeiras para produzir essas máquinas em nosso território.

Apesar das pressões conservadoras internas e externas, o plebiscito de 06 de janeiro de 1963 deu consagrada vitória à volta do presidencialismo e às reformas de base embutidas na campanha, com 9.457.448 de votos a favor e 2.073.582 contra.

João Goulart nomeou, então, Ministério de alto nível técnico, de centro esquerda, com as melhores cabeças pensantes do país, juristas e professores do gabarito de Hermes Lima, San Tiago Dantas, João Mangabeira, Eliezer Batista, Antonio Balbino, Darci Ribeiro, Almino Afonso e Celso Furtado, titular do Ministério do Planejamento até então inexistente, criado por Jango, que elaborou consistente Plano Trienal, elenco de medidas para combater a inflação e assegurar o crescimento auto-sustentável do país. Aboliu o subsídio ao trigo, ao petróleo e ao papel de imprensa, rumo à uniformização das taxas de câmbio, e adotava providências para estabilização da moeda, que facilitasse o reescalonamento da dívida externa e a obtenção de novos empréstimos.

Para resolver problemas agrícolas, o presidente João Goulart nomeou para o Ministério da Agricultura expressões da inteligência e do empresariado nacional: Renato Costa Lima, que já exercera a presidên-

cia do Instituto Brasileiro do Café (IBC) na gestão Juscelino Kubitschek e José Ermírio de Moraes.

Na Convenção Nacional do PTB de 20 de março de 1964, José Ermírio de Moraes foi eleito presidente do Diretório Nacional, João Goulart continuou presidente da Comissão Executiva Nacional e eu me elegi Secretário Geral, deixando uma das quatro vice-Presidências que exercia desde a morte do Senador Abilon de Souza Naves em 12 de dezembro de 1959.)

O esforço governamental concentrou-se na produção de gêneros de 1ª necessidade de consumo popular, dando execução plena à Lei de Preços Mínimos para aquisição dos excedentes, através da Comissão de Financiamento à Produção que atuava em conexão com a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, criada em 1937 no primeiro governo de Getúlio Vargas.

As indústrias transformadoras de bens primários eram financiadas sem trâmites burocráticos, desde que comprovassem o pagamento aos produtores rurais dos preços mínimos vigentes. As empresas de capital genuinamente nacional tinham tratamento preferencial, face à escassez de recursos, mas as transnacionais também se beneficiavam do programa.

Por orientação direta do presidente João Goulart, o Banco do Brasil adotou normas de crédito vinculando a obrigatoriedade da produção de alimentos, isto é, todos os mutuários contemplados com financiamento de custeio de lavouras de café e algodão, prevista a extensão à cana de açúcar, estavam compelidos ao plantio de culturas de subsistência em 30% da área, seja plantio intercalar ou em áreas separadas. Se a extensão fosse grande e copiosa a colheita futura, o produtor tinha que construir armazém ou silo dentro da propriedade ou na rodovia próxima

para formar estoque regulador, considerada a insuficiência da rede armazenadora na época.

No governo João Goulart foram regulamentados os financiamentos de longo prazo e a juros baixos para a eletrificação rural, com a obrigatoriedade da energia ser estendida a todas as casas de trabalhadores que residissem nas fazendas.

Os juros cobrados por empréstimos a pequenos proprietários, arrendatários e percenteiros, para custeio de lavouras de arroz, feijão, milho e outras eram subsidiadas para assegurar sua continuidade na terra.

Incrementaram-se os financiamentos à pecuária, com ênfase na formação de pastagens, subdivisão de campos, melhoria do padrão zootécnico de rebanho e custeio para manutenção da atividade dos pequenos pecuaristas.

As Unidades Móveis de Crédito Rural (Movecs), mini-agências subordinadas às agências do Banco do Brasil que se deslocavam ao interior do município, introduzidas no governo Jânio Quadros, foram disseminadas pelo país com a missão de democratizar o crédito, pulverizando-o pelo maior número de agricultores. No Paraná foram instaladas 12 Movecs, vinculadas às agências do Banco do Brasil.

O governo teve também vigorosa atuação na construção pelo Instituto Brasileiro do Café de rede armazenadora do então principal produto de exportação do país, para abrigar os excedentes de produção adquiridos aos cafeicultores, cujo estoque alcançou mais de 70 milhões de sacas de café.

Armazéns gerais de empresas privadas recebiam generosas tarifas pelo armazenamento, com grande dispêndio de dinheiro público,

fazendo-se grande economia com a rede própria construída, utilizada hoje para abrigar produtos agrícolas, devido o deslocamento das lavouras cafeeiras para regiões diferentes.

Aliás, foi na gestão João Goulart que se executou o Plano de Erradicação de Cafeeiros Improdutivos, sob o comando do Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA), que consistia em indenizar com dinheiro o cafeicultor que eliminasse as árvores menos produtivas, e ele ainda recebia financiamento do Banco do Brasil para plantio de lavouras substitutivas.

No governo João Goulart funcionava, embora com poucos recursos, a Carteira de Colonização do Banco do Brasil, que prestava assistência creditícia a projetos de colonização e expansão da fronteira agrícola para desbravar terras inaproveitadas, dividindo-as em pequenos e médios lotes. Outra função da Carteira de Colonização era financiar a prazo de 15 anos, juros baixos e prazo de carência para o pagamento da primeira prestação, a compra de pequenas áreas por agricultores sem terra.

Através da designação do Grupo Executivo de Terras do Sudoeste do Paraná (Getsop) em associação com o governo Ney Braga, confiado à direção do Engenheiro Deny Schwartz, Jango proporcionou solução definitiva aos grandes conflitos agrários da região sudoeste do Paraná, em que os colonos adquirentes legítimos das terras que lavravam, estavam sendo espoliados por empresas pseudo-colonizadores, na verdade grileiros usurpadores.

Enquanto o governo Goulart definia claramente suas posições nacionalistas na economia, começaram a aflorar os conflitos na área social decorrentes da inflação e dos pleitos salariais para restabelecer o poder de compra, e a questão da reforma agrária alarmava os latifundiários.

O general Amaury Kruehl, Chefe da Casa Militar da Presidência, teria sugerido a Jango fechar o Congresso, e ele respondeu em entrevista ao Diário de Notícias, RJ, em 08.07.1962: “Não participo de qualquer formula extra-legal para a solução da crise brasileira. Prefiro renunciar a desmentir minhas convicções democráticas”.

A crise dos mísseis soviéticos colocados em Cuba, em outubro de 1962, quase degenerou em conflito nuclear Estados Unidos versus bloco soviético, mas os comunistas retrocederam, retiraram os foguetes, fecharam sua base militar e os Estados Unidos desistiram de invadir Cuba.

A América do Norte queria autorização da OEA para invadir a ilha do Caribe, e João Goulart tergiversou invocando a auto-determinação e tentou mediar o confronto, mandando a Cuba seu Chefe de Gabinete Militar, o general paranaense Albino Silva.

O governo e a imprensa dos Estados Unidos a partir daí radicalizaram a posição anti-Goulart e aqui no Brasil a separação direita versus esquerda gerou fosso intransponível. O presidente John Kennedy, em entrevista à imprensa, criticou a inflação de 5% ao mês no Brasil e aludiu à miséria do Nordeste. Mandou seu irmão Robert Kennedy ao Brasil para exigir rápida solução ao pagamento das empresas norte-americanas nacionalizadas.

Na Mensagem anual enviada ao Congresso em março de 1964, João Goulart insistiu na necessidade de reforma agrária, com a mudança do art. 141 da Constituição federal, que previa pagamento prévio e em dinheiro, da Reforma Política, com direito de voto a soldados e analfabetos, reforma universitária para plena liberdade de ensino e abolindo a vitalidade de cátedra, reforma de Constituição para delegação de poderes ao Executivo e plebiscito para o povo decidir sobre as reformas de base.

Prática Total de Democracia

No governo João Goulart praticou-se intensamente a democracia. Os sindicatos de trabalhadores defendiam suas reivindicações, inclusive exercendo o direito de greve. Os estudantes realizavam passeatas e ruidosas manifestações. As entidades patronais expunham livremente seus pleitos.

A igreja católica e as demais religiões pregavam e emitiam opiniões políticas.

Jornais, rádios e televisões noticiavam à vontade críticas e sugestões ao governo e mantinham colunas e programas de entrevistas e debates, que hoje desapareceram de nossos órgãos de divulgação.

Criavam-se sem obstáculos entidades como o IPES e o IBAD, financiadas com dinheiro estrangeiro para apoiar candidatos opositores ao legislativo.

Jango era democrata autêntico e recebia críticas com naturalidade, mesmo as mais ofensivas.

Porém, isso não interessava à Nação hegemônica (EUA), que preferia imprensa de pensamento único, principalmente no concernente à Guerra Fria em que se digladiavam União Soviética e Estados Unidos da América do Norte.

O grande comício pró-Jango em 13 de março de 1964 na Central do Brasil em frente ao Ministério da Guerra, depois a concentração dos marinheiros no Sindicato dos Metalúrgicos liderado pelo Cabo Anselmo,

comprovado posteriormente como agente da CIA, a presença de João Goulart na reunião dos Sargentos no Rio de Janeiro dia 30 de março serviram de alento para o golpe militar de 31 de março e 1º de abril.

Afonso Arinos de Melo Franco era o Ministro das Relações Exteriores de governo revolucionário instituído pelo Governador mineiro Magalhães Pinto. Ele informou a SanTiago Dantas que os Estados Unidos reconheceriam esse governo e tinham enviado vários navios de guerra para a costa brasileira. San Tiago Dantas transmitiu essas informações a João Goulart que não quis resistir ao golpe. Ele não autorizou o Brigadeiro Teixeira a bombardear as tropas do general Mourão Filho, que se deslocavam de Minas Gerais para o Rio. Ele não permitiu que os fuzileiros navais, comandados pelo Almirante Aragão, que cercavam o Palácio Guanabara do governador Carlos Lacerda, atacassem. Documentos liberados 50 anos depois pelo governo norte-americano comprovaram a existência da operação Brother Sun e da intervenção militar aqui na hipótese de luta armada.

A história reconhecerá que por duas vezes, na posse e na deposição, João Goulart teve a grandeza de estadista de não permitir o derramamento de sangue dos compatriotas.

João Goulart tornou-se o único presidente da República a morrer no exílio, na Argentina, em 06 de dezembro de 1976; ele foi sepultado próximo ao túmulo de Getúlio Vargas, e ouvimos os emocionados discursos de Pedro Simon e Tancredo de Almeida Neves.

À proporção que o tempo passa e se consolida a democracia no Brasil, aos poucos será quebrado o silêncio dos livros de história sobre as realizações do presidente João Goulart, e serão ressaltadas suas qualidades, não só nas ações políticas e no exercício do governo, mas principalmente sua compostura de estadista que por duas vezes evitou o derrama-

mento de sangue dos brasileiros, ao aceitar o parlamentarismo em 1961 e ao não resistir ao golpe de 64.

Ele preferiu o sacrifício pessoal do exílio ao envolvimento do país em guerra civil.

Agradeço a atenção de todos, ressaltando que me ative estritamente ao tema que me foi atribuído de falar sobre os 50 Anos da Crise Política de 1961, que felizmente terminou sem luta fratricida que poderia abalar o futuro da Pátria brasileira, e aos seus desdobramentos até o golpe de 1964.

Muito obrigado.



Léo de Almeida Neves

Membro da Academia Paranaense de Letras, ex-diretor da CREA do Banco do Brasil no governo João Goulart, ex-deputado federal, autor dos livros : Destino do Brasil: Potência Mundial, A Era Vargas Continua, Editora Graal, RJ, 1995, 270 páginas; Vivência de Fatos Históricos, Editora Paz e Terra, SP, 2003, 534 páginas; SEGREDOS DA DITADURA DE 64, Editora Paz e Terra, SP, 2010, 356 páginas; e PRIVATIZAÇÕES DE FHC. A ERA VARGAS CONTINUA (vendas@pazeterra.com.br (SP), argumento@livrariasargumento.com.br (RJ), www.livrariascuritiba.com.br, chain@onda.com.br (Curitiba), www.livrariacultura.com.br (SP).



CRISE POLÍTICA DE 1961



Euclides Scalco

22 SETEMBRO DE 2011

XVII SEMANA
DE HISTÓRIA
20, 21 E 22 DE SETEMBRO DE 2011
ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARANÁ



JOÃO GOULART e JÂNIO QUADROS

Essa crise foi criada pela renúncia de Jânio Quadros. Entretanto é necessário analisar o problema político desde o Governo Vargas, pois os fatos que se sucederam têm vinculação com aquele período, que culminou com suicídio em 24 de agosto de 1954. Por que parto desse pressuposto? Pelo fato de ter sido nomeado Ministro do Trabalho João Goulart, então presidente do PTB e que não tinha a simpatia da área militar vinculada à UDN, liderada por Carlos Lacerda, que o considerava comprometido com as ideias comunistas. Os fatos que aconteceram após a morte de Getúlio Vargas foram agravando de certo modo a situação, pois João Goulart chegou à Vice-Presidência da República em chapa com Juscelino Kubitschek e posteriormente venceu, em chapa independente do PTB, a Milton Campos companheiro de dobrada com Jânio Quadros. Mas para se chegar ao ano de 1961, ano da crise política que estamos a analisar sucederam-se inúmeros episódios, que forma entre-atos preparatórios. Em 1955, em outubro, houve a eleição que elegeu Juscelino e Jango. Antes, com a morte de Getúlio Vargas, assumira a Presidência Café Filho, que teve um mandato conturbado, pois nesse período houve a eleição e vitória de JK/JG. Entretanto a UDN e a grande maioria da Aeronáutica e Marinha contestavam a vitória, pois a dupla JK/JG haviam conquistado 37% dos votos válidos, e por esta razão advogavam novo pleito. Nesse ínterim morre o general Canrobert Pereira da Costa, do Estado Maior das Forças armadas. No seu enterro dia 1º de novembro de 55 o coronel Bizzaria Mamede, dizendo-se representante do Clube Militar, faz violento discurso contestando a entrega da Presidência da República a alguém que representa uma vitória da minoria. O Ministro da Guerra o General Henrique Duffles Teixeira Lott que a tudo tinha assistido considerou essa

atitude quebra da hierarquia. Solicitou ao Presidente Café Filho a punição do coronel Mamede. Café Filho, pressionado por todos os lados, foi vitimado com um enfarte. Internado dia 8 de novembro assume a Presidência o Deputado Carlos Luz, então Presidente da Câmara dos Deputados. O Ministro da Guerra General Lott submete a questão disciplinar ao novo Presidente que decide não punir o coronel. O Ministro sentindo-se desautorizado pede demissão. A posse de seu sucessor general Fiuza de Castro, foi marcada para o dia 11 de novembro, até lá o General Lott continua a exercer o cargo. No dia 10, Carlos Lacerda publica artigo na Tribuna da Imprensa de forma virulenta, defendendo que JK/JG não poderiam tomar posse.

Denyz Olimpico Falconieri da Cunha e Artur da Costa e Silva resistem e organizam força para dar posse aos eleitos. Carlos Luz tomando conhecimento do movimento de forças ligou ao Ministro da Guerra pedindo explicações. O Ministro mandou dizer que estava ocupado e que não poderia atendê-lo. Carlos Luz percebeu a gravidade da situação, e com alguns Ministros de seu Governo e próceres da oposição se refugiaram no Arsenal da Marinha e embarcaram no Cruzador Almirante Tamandaré para tomar rumo a Santos, a fim de buscar apoio do Governador de São Paulo, Jânio Quadros. Na movimentação do Movimento Legalista, o General Falconieri foi a São Paulo e conseguiu o apoio das Forças do Exército para garantir a posse dos eleitos. O Brigadeiro Eduardo Gomes percebeu que a luta seria inglória, enviou mensagem ao Cruzador Almirante Tamandaré para que retornassem à base, pois o navio seria bombardeado na Baía da Guanabara. Diante desses fatos o Presidente Carlos Luz renunciou a Presidência e assumiu Nereu Ramos que em Janeiro deu posse a Juscelino Kubitschek e João Goulart. Juscelino assumiu com o programa de 50 anos em 5 anos. Foi um Governo de conflitos, entretanto com habilidade e grandes realizações, sendo a maior a Construção de Brasília, conseguiu completar o mandato e realizar um governo que ficou marcado na Nação. Em 1960 ocorre a eleição de Jânio

Quadros. Como a Constituição previa que o voto do Presidente e vice não eram vinculados, o PTB lançou João Goulart para vice, resultando a vitória de Jânio e João Goulart. Jânio tem um governo polêmico. Como havia feito na condição de Prefeito e Governador de São Paulo, passou a governar na base dos bilhetinhos que ficaram famosos. Mas, à medida que o Governo avançava e com posições contraditórias às forças que o haviam eleito, foi perdendo sustentação no Congresso e principalmente passou a ter Lacerda como crítico contumaz e cada vez mais agressivo. Pelas atitudes do Governo que assumiu, desagradou a área militar, pois se aproximou de Cuba de Fidel Castro, reatou relações diplomáticas com a Rússia e China, O fato que marcou sua gestão de maneira mais grave, foi a Condecoração de Che Guerra, com a mais alta insígnia do País, a Ordem do Cruzeiro do Sul, isto correu no dia 19 de agosto, no dia 22. Carlos Lacerda faz um violento discurso acusando Jânio Quadros de estar preparando um golpe de Estado, para implantar uma ditadura. No dia 24, Jânio inspeciona as Forças Armadas no dia do Soldado, no dia 25 encaminha por Pedroso Horta, seu Ministro da Justiça, sua renúncia. De imediato o Congresso se reúne e aceita a renúncia. Assume a Presidência Ranieri Mazzilli, Presidente da Câmara. Começa então uma crise institucional, pois os Militares não aceitam a posse de João Goulart, que estava em viagem na China. Foram vários dias de negociações, enquanto isso João Goulart aguardava os acontecimentos para iniciar seu retorno ao País. Após intensas conversas entre as lideranças civis e militares, chegou-se uma solução aceitável para todos, com fim ao impasse, sem macular o processo democrático. João Goulart assumiria no Regime Parlamentarista. Nessas confabulações teve papel importante o Deputado Tancredo Neves, pois esse tinha o respeito e a confiança das forças que estavam em litígio. Acordada a questão, João Goulart retornou pelo Rio Grande do Sul. Assumiu na condição acordada e com Tancredo Neves Primeiro Ministro. O Governo João Goulart não teve tranquilidade, pois a UDN e os Militares aceitaram a regra, mas para evitar quebra da Cons-

tituição. João Goulart teve um governo difícil. Até que aprovou no Congresso um plebiscito para decidir sobre a forma de Governo -Parlamentarista ou Presidencialista. O retorno ao Presidencialismo foi aprovado com em torno de 9 milhões de votas contra 2 milhões.

Novo Governo, novas complicações. A resistência das áreas Militares e da oposição comandada pela UDN de uma lado, e os movimentos que clamavam por reformas, se aguçavam a cada dia. As forças populares pela pressão do movimento sindical exigiam as reformas de base. Julião no Nordeste com o movimento da Reforma agrária, nos centros urbanos reivindicações sindicais para fortalecimento dos trabalhadores, que a cada dia se apresentavam com novos pleitos. Com Juscelino começara a implantação da indústria automobilística e com isto aumentava a classe trabalhadora e com mais presença. Ao fim das lutas que se apresentavam, dois fatos marcaram o fim de João Goulart e a implantação do Regime Militar, com um processo ditatorial que perdurou por 20 anos. Os fatos que levaram ao golpe foram o Comício pelas Reformas de Base na Central do Brasil e Reunião no Automóvel Clube do Brasil com cabos e sargentos (este último quebra da hierarquia militar) e o primeiro um ato político que aguçou a oposição e os Militares.

Com um Governo de exceção, Constituição delegada, e atos institucionais, que passaram a marcar as novas regras para a Nação, vivemos 20 anos sem democracia.



25 SETEMBRO DE 2011



Atrás, em pé: Paulo Vitola, Cadeira nº 25; René Dotti, Cadeira nº 3; Oriovisto Guimarães, Cadeira nº 6; Belmiro Castor, Cadeira nº 28; Antônio Celso Mendes, Cadeira nº 34; Albino Freire, Cadeira nº 21; Ney José de Freitas, Cadeira nº 7; Roberto Muggiati, Cadeira nº 33; Luiz Geraldo Mazza, Cadeira nº 20; Rui Cavallin Pinto, Cadeira nº 13; Ernani Straube, Cadeira nº 12; Clemente Juliatto, Cadeira nº 17; Léo de Almeida Neves, Cadeira nº 26; Dante Mendonça, Cadeira nº 1 e Ricardo Pasquini, Cadeira nº 35.

No meio: Jeorling Cleve, Cadeira nº 23; Ário Dergint, Cadeira nº 9; Valério Hoerner Jr, Cadeira nº 40; Carlos Antunes, Cadeira nº 38; João Manoel Simões, Cadeira nº 11; Rafael Greca, Cadeira nº 8; Carlos Alberto Sanches, Cadeira nº 19; Adherbal Fortes, Cadeira nº 30 e Ernani Buchmann, Cadeira nº 2.

Na frente: Laurentino Gomes, Cadeira nº 18; Cecília Helm, Cadeira nº 39; José Wanderlei Resende, Cadeira nº 32; Apollo Taborda França, Cadeira nº 36; Eduardo Rocha Virmond, Cadeira nº 4; Chloris Casagrande Justen, Cadeira nº 24; Lauro Grein Fº, Cadeira nº 31; Adélia Maria Woellner, Cadeira nº 15; Clotilde Germiniani, Cadeira nº 37 e Flora Munhoz da Rocha, Cadeira nº 10 (em pé).

A Academia Paranaense de Letras tem evoluído, nestes seus 75 anos, de forma natural, com simplicidade, com a conquista de acadêmicos que participam com empenho da cultura do Paraná. Nos últimos anos conseguimos abrir com mais intensidade este leque de contribuições, mediante a escolha de nomes que, de uma maneira ou de outra, têm mostrado o interesse em um desenvolvimento mais aberto, mais integrante da vida brasileira, em todos os sentidos. Esta conquista será aperfeiçoada com uma programação intensa, que, embora com dificuldade, poderemos ir avanti, para o reconhecimento de sua existência e a riqueza de sua contribuição. A Semana de História, que acabamos de realizar, com a participação do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, foi cercada de grande vitalidade e constituiu um estímulo para outras programações que serão possíveis, dentro de nossos escassos recursos, mas com a colaboração de outras entidades. Estas entidades, a quem prestamos nosso reconhecimento, nossa admiração e os melhores agradecimentos, como a Secretaria de Estado da Cultura, da Fundação Cultural de Curitiba, da Federação do Comércio, do SESC, da Pontifícia Universidade Católica, do Grupo Positivo, e ainda de outras que vêm colaborar decisivamente conosco, além de personalidades da vida paranaense que se interessam em que a Academia venha a crescer em sua vida cultural, em toda a sua extensão. Vamos iniciar as atividades de hoje. Para começar, estará com a palavra a nossa acadêmica CHLORIS CASAGRANDE JUSTEN, em breve retrospecto sobre os 75 anos.

Eduardo Rocha Virmond

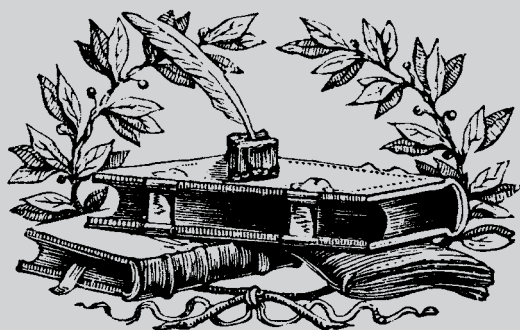


HOMENAGEM AOS 75 ANOS
DA ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS



Chloris Casagrande Justen





É com grande emoção que comemoramos os setenta e cinco anos da Academia Paranaense de Letras.

Em destaque especial, o nosso orgulho de integrar tão respeitável instituição. Na vibração dos nossos corações, perene é a responsabilidade de contribuir para a elevação do seu nome e a promoção da dignidade de seu desempenho como instituição.

O tempo, fluido e veloz, transforma a cada momento o contexto das comunidades e instituições, marcando-as com a contemporaneidade das mudanças sociais.

Qualquer que seja a abordagem sobre as instituições e as comunidades, impossível desconhecer o processo sequencial das intensas e permanentes transformações globais que se estendem à melhoria da vida humana. O desvendar de soluções, os inventos e as descobertas surpreendem o homem comum e impulsionam a inteligência imensurável de mentes privilegiadas, desde quando a experimentação descaracterizou conceitos e verdades, desmistificando a herança da autoridade e o domínio secular do autoritarismo em todos os campos do saber. Em decorrência, a valorização da liberdade de pensamento e dos direitos humanos impulsionou a marcha crescente da democracia, confrontada com as ações predatórias do radicalismo, que visa impedir a marcha inexorável das conquistas da igualdade, da liberdade e da justiça.

É nesse contexto que, navegando em um satélite espacial, o homem desvelou o planeta azul na extraordinária organização do sistema solar. Estudos profundos corroboraram as evidências das novas realidades, onde o progresso trouxe a velocidade da comunicação, surpreendendo conceituações sobre o tempo e o conhecimento de suas inimagináveis capacidades. A divulgação dos saberes, unificando conceitos, desconstruindo princípios e ideais, passou a interferir nos

mais variados campos da cultura, expandindo-se na miscigenação de valores. A globalização, surgida no contexto da política econômica, exigindo normas e procedimentos, muito mais cedo do que se esperava cedeu espaço à ação reguladora da 'glocalização', a fim de assegurar o respeito às raízes de povos e regiões, na tentativa de preservar a história e as conquistas das comunidades.

Às desconstruções dos valores éticos nas sociedades modernas, evidências novas trouxeram à tona incongruências seculares e regimes contrários aos direitos humanos, passando a determinar a urgência da recuperação dos valores individuais e comunitários.. Uma leitura analítica da modernidade trouxe à discussão aspectos éticos, sociais e científicos, de comportamentos humanos relacionados à degradação do planeta. Significativas preocupações passaram a se impor quanto às relações entre proteção à biodiversidade e direitos humanos, como o grande desafio das sociedades pós-modernas.

Nesta nova sociedade, a força, a beleza, a inteligência e todos os dons materiais deixaram de constituir credenciais para o seu desempenho. A liberdade e não a natureza passa a ser o fundamento da moral. (Luc Perry)

A meritocracia e a precisão científica evidenciam novos conceitos e saberes. Aos ditames dos livros sagrados acrescentaram-se os preceitos da Declaração dos Direitos do Homem e tudo passou a ser questionado. Até mesmo a caridade, sob a ótica da democracia, revelou-se como um ato de subordinação e de subserviência. O conceito do trabalho ultrapassou a fase de submissão e servilismo, passando a ser um direito revestido de deveres, redefinidas as relações do trabalho e oficializada a responsabilidade estatal da execução de projetos de redução da miséria.

O dever do estado e a conquista da cidadania passaram a ser inerentes à dignidade do ser humano. Como pano de fundo, sempre o direito à educação, ao conhecimento, à saúde, ao lazer.

Em decorrência, os patronatos, os asilos, as misericórdias perderam seu papel nas sociedades democráticas, passando por transformações estruturais, oficializadas por normas e legislações pertinentes. Ao

voluntariado foram acrescidas as responsabilidades da cooperação e da participação solidária, valores e fundamentos da democracia, tendência e força transformadora de relações internacionais e interpessoais, com base conceitual na liberdade e dignidade do ser humano.

No campo da cultura, os direitos do homem tiveram novas configurações, ao serem tratados como processo de acervo cultural, sob a ótica dos direitos do ser humano, descaracterizando hierarquias, onde quer que elas ainda persistam. Os institutos científicos, as novas construções da arte e do conhecimento, foram inseridos na promoção do direito à educação e se estenderam rapidamente como direito de todos. O acesso à cultura é uma prerrogativa pública, em responsabilidades partilhadas entre a comunidade e o poder, democratizados pelos mais sofisticados meios de comunicação, que expandem e divulgam as artes e o conhecimento.

E as academias de cultura? Onde ficam?

Academias, primeiro escolas de saberes, reduto de comprovados homens de letras, reunião dos mais cultos, de destacados homens públicos, imortais pelo seu exemplo de honorabilidade, a memória da produção literária de todas as épocas, e, nas finalidades, a sua contribuição à cultura. A força das transformações não teve grandes inserções nas academias. Talvez por serem elas formadas por expoentes de comprovadas titulações públicas, que os mantêm preservados através dos tempos. Mesmo quando a Academia Francesa estendeu suas escolhas ao ingresso de homens públicos, enfrentando críticas regulatórias e restrições às incursões políticas, as academias mantiveram seus pressupostos. Reforçaram-se suas funções literárias, na tentativa de assegurar a união através da língua pátria, daí os acordos e relações normativas internacionais, a criação dos dicionários, os prêmios incentivadores das diversas manifestações artísticas. Abriu-se o ingresso a membros correspondentes para aqueles não residentes na sede das academias. Asseguradas pela suas finalidades, as academias representam o ponto de equilíbrio entre as forças da globalização e as da glocalização. Abertas aos

avanços das ciências e das artes, mantendo a memória das produções de cada época, na representatividade e produção literária dos seus membros permanecem atuantes e respeitadas em seus países e estados, pela sua integridade, respeito público e promoção da cultura..

Nos seus desempenhos, as academias sempre enfrentaram dificuldades estruturais, desprotegidas que são do apoio oficial, não lhes cabem entre as funções a participação política e ideológica. Constatam apenas como suas armas o conhecimento, as artes e a sabedoria nas manifestações pela defesa dos direitos naturais e dos bens culturais, que dignificam as pessoas e a sociedade nos plenos valores da vivência democrática do ser humano. O direito à vida, em toda a sua plenitude, insere-se num amplo campo de direitos, desde os mais simples aos mais sofisticados, com grande relevo às responsabilidades na formação de novas mentalidades e da constância na produção cultural de sua época..

E então, por que academias? Estão obsoletas? Estacionaram no tempo e no espaço?

Como as fundadas na França em 1685, com a missão de valorizar a cultura, preservar o passado e promover o futuro, as academias influenciaram muitos países, ao estabelecer uma nova utopia de eternidade.

Não foram somente os valores, os comportamentos, os meios e as produções de cada membro, que marcaram as academias. Uma diversidade de comunidades, científicas, artísticas, funcionais pretenderam valorizar o saber e enaltecer seus expoentes culturais, impressionados que estão os seres humanos com a crescente desconstrução dos seus valores maiores.

Muitas academias se transformaram em instituições sociais ou econômicas, permanecendo como espaços de divulgação e proteção das suas conquistas sociais. Muitas delas asseguraram a história dos seus países, mas não permaneceram como academias.

Em 1896, sete anos após a Proclamação da República, surge a Academia Brasileira de Letras, que somente se instalou como tal em 1910, tendo Machado de Assis como seu grande nome fundador (a casa

de Machado de Assis), com a finalidade especial de conservar e promover a cultura da nossa Língua e Literatura. Segue desde então reeditando obras célebres da literatura brasileira, lançando anualmente a Revista da Academia Brasileira de Letras, liderando e aprovando reformas ortográficas, inclusive em mútua cooperação Brasil-Portugal, em busca da unidade da Língua Portuguesa.

Em 1936, instalou-se definitivamente em Curitiba a Academia Paranaense de Letras, com a finalidade de: cultivar, preservar e divulgar o vernáculo e a literatura em seus aspectos científicos, históricos, literários e artísticos, podendo participar de iniciativas úteis ao desenvolvimento do Paraná e do Brasil. Em rápida análise, ressalta-se a sua proposta democrática de reunir mentes envolvidas com a cultura como um todo, com um acervo sob a égide de um alto comprometimento social.

Seu Estatuto Regimental incentiva igualmente o ordenamento dos mais amplos propósitos para a recepção dos seus novos membros, sempre com vistas à sua dignidade renomada e pública, à sua competência funcional e formação íntegra e paranaense, evitando o corporativismo e demandando uma presença e atuação permanentes de seus acadêmicos. Entre seus critérios, a solidariedade e harmonia do desempenho global da instituição, sob as luzes do seu Código Acadêmico, bandeira de valores jamais esquecidos.

Como se ressalta das suas finalidades, a Academia Paranaense de Letras mantém em ação projetos de permanente comprometimento cultural, expressos na participação individual ou de grupos de acadêmicos em instituições e mídias municipais e estaduais, nos seguintes projetos: Revista da Academia, Semana da História do Paraná, Nossa Língua - Nossa Pátria, Poesia e histórias na rede escolar, Plantando Academias, Palavra Viva e Palavrinhas do Colégio Positivo, História do Paraná no Sistema de Ensino, e Uma sede própria para a Academia, projeto da presente gestão.

Caminhando a cada dia para uma abrangência mais aprimorada, a APL comemora setenta e cinco anos, em um padrão de desempenho fiel às suas finalidades. Buscando sua instalação em sede própria e

conquistando maior divulgação para os seus trabalhos, a Academia vem honrando os seus antecessores. E neste momento, ciente de sua responsabilidade comunitária de concorrer para a melhoria das condições da cultura paranista e valorização do escritor paranaense, a Academia aqui se reúne para felicitar cada um de seus pares e parabenizá-los pelo seu entusiasmo e denodo ao enfrentar os desafios que a nossa Academia nos tem apresentado.

Na luta civilizatória em busca de um mundo melhor, cabe ao espírito humano buscar sua elevação e disseminá-la para o maior número de indivíduos e grupos. Esta busca é o grande mote das academias, reunindo aqueles que se destacam como expoentes em todos os campos da cultura, com seus acadêmicos inspirados pelo compromisso de manter, preservar e transcender aos avanços já atingidos pela humanidade em sua jornada civilizatória. Seres humanos, a Missão da Academia nos eleva e nos honra!

Ao encerrar, a nossa homenagem aos acadêmicos de todas as datas, e aos atuais os nossos votos de grandes e especiais realizações, disseminando sabedoria e conhecimento para o aperfeiçoamento e progresso das comunidades e para a felicidade de todos os cidadãos deste Paraná jovem e promissor.

As nossas palmas aos Acadêmicos e à Academia Paranaense de Letras no seu aniversário de setenta e cinco anos!



Discurso de Abertura na Sessão Solene comemorativa aos 75 anos da Academia Paranaense de Letras, em 23/09/2011, na Sala Brasília Itiberê / SEC/PR

Chloris Casagrande Justen. Vice-Presidente da Academia Paranaense de Letras; Presidente do Centro Paranaense Feminino de Cultura; Vulto Emérito de Curitiba; Diploma Mulher Cidadã Bertha Lutz 2010 (Senado Federal); Medalha de Mérito Fernando Amaro (Câmara Municipal de Curitiba); Comenda Medalha XV de Novembro (Sociedade Nacional de Mérito Cívico). Foi Vice-Presidente do Conselho Estadual de Educação do Paraná e Presidente do Conselho do Magistério do Paraná. Fundadora do Movimento Pró Paraná .

ANTONIO DE SÁ CAMARGO
Visconde de Guarapuava

Jeorling Cordeiro Cleve





Antonio de Sá Camargo, o Visconde de Guarapuava, nasceu em Palmeira, Paraná, nos Campos Gerais de Curitiba, no dia 11 de dezembro de 1807, sendo filho de Antonio Joaquim de Camargo e D. Mathilde Umbelina da Glória Marcondes de Sá, fazendeiros desta região.

Era descendente, por parte de mãe, do clã de Manoel José de Araújo e sua mulher d. Anna Maria de Conceição Marcondes de Sá, pioneiros e fundadores da freguesia de Palmeira, onde se dedicavam largamente às atividades canjeiras.

Ainda criança, aos 9 anos de idade, conforme citado pelo acadêmico e historiador Luiz Romaguera Netto, já cavalgava com destreza pelos campos das fazendas de seus pais e avós, acompanhando os peões no rodeiro de gado, familiarizando-se com estas lidas.

Fez seus estudos primários em Sorocaba, SP, ponto de convergência dos tropeiros e de negócios de gado na época, não indo além deste aprendizado.

Manoel José de Araújo e sua mulher D. Anna Maria da Conceição Marcondes de Sá tiveram 12 filhos, quase todos fazendeiros e tropeiros nos Campos Gerais, tendo alguns deles sido homens públicos e influentes políticos durante o período provincial. Uma das filhas, Cherubina Rosa Marcondes de Sá, foi casada com José Caetano de Oliveira, Barão do Tibagi, um dos maiores desbravadores e tropeiros da antiga 5ª Comarca, falecido em 1863. Recebeu de D. Pedro II, em 1880, o título de Viscondessa, quando da passagem do monarca por esta região. Seu filho, Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, foi ministro da agricultura durante o Império, e exercia a presidência da província quando foi proclamada a República, o que bem demonstra a ligação da família com o poder regional e nacional de então.

Pela contribuição prestada em recursos financeiros, braços escravos para o trabalho e gênero alimentícios à Real Expedição de Conquista dos Campos de Guarapuava, comandada pelo tenente-coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal, no ano de 1809, quando de sua passagem pelos Campos Gerais, receberam o avô, pai e tios de Antonio de Sá Camargo, como compensação, vastas sesmarias de campos na localidade do Pinhão, em território Guarapuava, dentre as primeiras concessões feitas pelo governo. As terras recebidas por Antonio Joaquim de Camargo formaram a fazenda Camargo, depois chamada de Boa Cria, que passou a ser administrada por seu filho primogênito, Antônio de Sá Camargo, a partir de 1827. Quando este era muito jovem, pois contava 19 anos de idade. Foi a partir deste momento que o futuro barão e depois visconde de Guarapuava passou a revelar sua capacidade de trabalho, liderança e filantropia, em ações que durariam até o final do século XIX.

A escritora e historiadora Zeloí Aparecida Martins dos Santos, em sua tese de doutorado em história na Universidade Federal do Paraná, intitulada “Visconde de Guarapuava: personagem da história do Paraná” (Unicentro Editora), que teve como orientador e apresentador nosso confrade Prof. Carlos foi um dos vários indivíduos que moravam na localidade de Palmeira e povoaram os Campos de Guarapuava. Entretanto, sua permanência efetiva, na localidade, propiciou o diferencial de sua trajetória de vida, fazendo com que a comunidade o elegeisse como um dos homens capazes de comandar o poder local, no decorrer do século XIX. Ainda muito jovem, seu pai confiou a administração do estabelecimento pastoril fundado em Guarapuava. Em 1827, com apenas 19 anos (Romaguera, 1992, p.22)”.

Em Guarapuava na vida pública, Antonio de Sá Camargo exerceu inúmeros cargos, quer de nomeação ou quer de eleição. Foi delegado de polícia, juiz de paz, diretor dos índios, camarista durante a primeira legislatura em 1853, deputado provincial nas legislaturas de 1854/55 e 1864/65, e também vice-presidente da província do Paraná.

Prestou inestimável contribuição à nação brasileira por ocasião da Guerra do Paraguai. Nomeado comandante do 7º Batalhão de Cavalaria da Guarda Nacional, como tal, armou e equipou esta unidade, com a qual fez guarnição nas fronteiras com a Argentina e o Paraguai. Fundou, ali, o arraial de Bela Vista ou Palmas de Baixo, atual cidade de Clevenlândia, contribuindo, desta forma, para o povoamento da região e conseqüente solução favorável ao Brasil, pela “uti possidetis”, na disputa territorial havida com a Argentina na chamada Questão de Palmas, arbitrada pelo presidente norte-americano Glover Stephen Cleveland em 1895.

Inquieto e empreendedor, participou de outros acontecimentos em prol da população. Colaborou com Amazonas Marcondes na implantação da navegação do rio Iguaçu, fator do desenvolvimento econômico e das povoações ribeirinhas. Integrou bandeiras de reconhecimento e conquistas territoriais. Ajudou na construção de igrejas, hospitais de caridade, escolas e bibliotecas, na província. Além disto, fez empréstimos à província, nos primeiros anos (difíceis) de sua existência, como reconhecimento pelo presidente Alfredo Maria d’Escagnolle de Taunay, que homenageou-o dando seu nome à Sala de Honra da Biblioteca Pública do Paraná.

Por sua postura humanística e de homem público, recebeu em vida e depois da morte várias homenagens, destacando-se: Comenda Imperial Cavaleiro da Ordem de Cristo, em 09 de março de 1867; título de Barão de Guarapuava, em 14 de julho de 1870, ao término da Guerra do Paraguai; título de Visconde de Guarapuava, em 31 de agosto de 1880; nome de uma das principais ruas, do museu e de estabelecimento escolar em Guarapuava; nome de uma das principais artérias de Curitiba (Avenida Visconde de Guarapuava); busto, mediante subscrições populares, inaugurado em 07 de novembro de 1947, por ocasião do cinquentenário de sua morte, erigido defronte à Assembléia Legislativa do Paraná (atual sede da Câmara Municipal), contendo os seguintes dizeres:

“Defendeu a Pátria com armas na mão. Construiu estradas e caminhos, e libertou também escravos”.

Faleceu em 07 de novembro de 1896, aos 89 anos de idade.

Foi Antonio de Sá Camargo, o Visconde de Guarapuava, com inegáveis méritos, um grande paranaense e um grande brasileiro. Na opinião do escritor e acadêmico Luiz Romaguera Netto, retratada em artigo que escreveu para o jornal Gazeta do Povo de 02 de fevereiro de 2004, o “maior homem público do Paraná”.

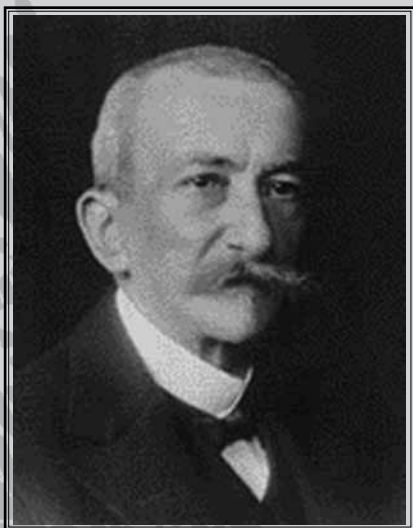


A CONCEPÇÃO DE UNIVERSIDADE EM ROCHA POMBO



Carlos Roberto Antunes dos Santos





ROCHA POMBO

—•••—

A presente comunicação começa por fazer referência a um panorama internacional do final do séc. XIX, com uma expansão imperialista em direção aos países do oriente, com os impulsos da economia de exportação, com uma nova divisão internacional do trabalho tendo o seu centro na Grã-Bretanha e a introdução do processo de internacionalização do capital. Diante deste quadro internacional caracterizado como período da pós-revolução industrial, se destaca o arcabouço de uma sociedade cada vez mais funcionalista, tendo o urbanismo como um novo campo do conhecimento.

No Brasil, desde o término do tráfico negreiro e da introdução de imigrantes europeus e aumento do fluxo da migração interna, assistimos ao início da expansão cafeeicultora a partir da década de 1870. Diante deste quadro, a sociedade brasileira passa por mudanças significativas, como: o papel da burguesia mercantil, a simplificação da estrutura social, e a existência de uma massa considerável da população que não era nem senhor e nem escravo. Nesse sentido, as sociedades urbanas passam a ter um peso diferenciado com o estabelecimento de novas profissões, surgindo daí uma população urbana diferencial, letrada, que deveria ter um peso na opinião pública desta época. No âmbito destas profissões, uma parte é distribuída entre advogados, professores, homens de letras, empregados públicos e artistas. É um novo Brasil que emerge, dinamizado pelo crescimento das cidades e pela urbanização.

O nosso ator, Rocha Pombo, viveu, assistiu e sentiu estes novos tempos que o inspiraram na produção de obras altamente significativas. Entretanto, ainda que dono de um saber universal, Rocha Pombo construiu toda uma vida acadêmica ao lado de alguns intelectuais, mas também em conflitos com outros intelectuais de renome regional, criando

e enfrentando desafios que o distanciaram do saber comum. Em plena sociedade escravista foi um abolicionista e um empolgante republicano no período imperial. Mesmo que tivesse o talento reconhecido por figuras como Romário Martins e Nestor Victor, suas inquietudes, críticas e ousadias o estimularam a passar pelas experiências do romantismo, simbolismo e do modernismo, convivendo e flertando mais tarde com o anarquismo e com a corrente utópica do socialismo. As influências adquiridas no transcurso dessa longa trajetória são fundamentais para o entendimento da sua concepção de universidade. Rocha Pombo além de historiador, expressou saberes de professor, jornalista, advogado, filósofo, romancista, poeta, prosador e dicionarista. Na vida política foi Deputado Provincial por Castro, depois Deputado pelo Paraná e membro eleito da Academia Brasileira de Letras.

Em suas obras como historiador, de certa forma, faz perfilar uma visão de mundo, ligada ao cotidiano do povo, a educação, costumes, opiniões, crenças, legislação, instituições, moral e riqueza. Portanto, este mundo visionário defendido por Rocha Pombo o distancia e o isola, mas ao mesmo tempo o destaca no conjunto da “Inteligencia” regional, bem como na construção de sua concepção de universidade.

Nesta construção, o projeto de Rocha Pombo se aproximava da concepção humboldtiana de universidade. Alexander Von Humboldt, considerado o fundador da Universidade de Berlim, afirmava que a função primeira da universidade seria a adoção de todos os saberes e para a academia consistia a investigação, a pesquisa. No entanto a universidade não deveria abdicar totalmente do campo da pesquisa: enfim, a academia devia continuar com o seu trabalho de pesquisa e a universidade com as atividades de docência, cada uma com a sua autonomia, mas sem desconsiderar que ambas pertenciam a uma mesma instituição.

No âmbito brasileiro, ao longo do séc. XIX, houve debates entre a intelectualidade brasileira em defesa da reforma do ensino superior, no sentido de se estabelecer outros modelos, além daqueles que existiam nas faculdades, institutos e escolas técnicas brasileiras. Estava aí presente a

convicção de que era preciso reformar o ensino superior, pois torná-lo sólido e eficaz representava uma ação fundamental de intervenção no processo de formação de uma elite intelectual. Desta forma, o ensino superior brasileiro era herdeiro do sistema napoleônico ao se organizar em faculdades de formação profissional.

Foi do modelo napoleônico e da concepção humboldtiana de universidade, que Rocha Pombo se inspirou e bebeu destas fontes. No PR os atores dos projetos universitários, começando por Rocha Pombo e mais tarde por Victor do Amaral e Nilo Cairo, se diziam, com as suas propostas, portadores do projeto modernizador do Brasil.

Rocha Pombo fazia elogios aos avanços do processo de modernização, mas não deixava de fazer críticas às pretensões da modernidade pois reconhecia os limites do poder da ciência e da técnica. Nesta fase da construção de sua visão de mundo e de sociedade, Rocha Pombo ia buscar se inspirar em Darwin, Littré, Comte, Spencer e outros, afirmando que gostaria de conhecer o que estes grandes homens sabiam. A sua obra “A Supremacia do Ideal: estudo sobre a educação” (1883), foi a expressão da crítica à ciência moderna, bem como revelava um projeto cultural no qual a educação ocupava um papel fundamental no processo de transformação dos modos de pensar, de sentir e de agir dos indivíduos. Desta forma seu nome vai ganhando prestígio na imprensa da época: A gazeta paranaense, o Diário Popular, a Galeria Ilustrada e nas publicações da revista Club Curitibano. Em 1892 torna-se redator do Diário do Comércio, quando começa a empenhar-se na fundação da Universidade do Paraná, e militava ainda no âmbito do grupo Cenáculo e Karoim de intelectuais, onde perfilavam figuras como Leôncio Correa, Alberto Rangel, Silveira Neto, Darío Vellozo, Domingos Nascimento e outros.

A ação de Rocha Pombo em defesa da criação de uma universidade no Paraná, ainda que não fôsse precedida de discussão teórica sobre a sua concepção, é possível identificá-la em algumas obras, nas quais problematizou reflexões sobre o papel da universidade no processo de formação de indivíduos.

Na História do Paraná é importante observar que mesmo sendo uma das últimas Províncias criadas (1853), o Paraná foi um dos primeiros no Brasil a ter a idéia de Universidade. Em 1892, Rocha Pombo apresentou o seu projeto de fundação da Universidade do Paraná, chegando a lançar a pedra fundamental do prédio da instituição na Praça Ouvidor Pardinho, construindo um depósito e depositando ali material para nivelamento do Largo. Para Leôncio Correia a Universidade criada por Rocha Pombo fará com que esta cidade (Curitiba) se torne o centro de toda a atividade vital do Paraná. Entretanto, o projeto fracassou pois não teve o necessário apoio político para a liberação do recursos que já haviam sido concedidos.

A idéia de universidade concebida por Rocha Pombo buscava, segundo o seu autor, a efetivação da modernização política, social, econômica e cultural do Paraná. Apenas em dez/1912, portanto 20 anos depois, estava posta a afirmação de um projeto, com a fundação da Universidade do Paraná, que comemorará em dez/2012, o seu primeiro centenário.

Ao finalizar, cumpre aqui destacar que em set/2001 o prédio histórico da UFPR foi eleito pela população como símbolo oficial da cidade. Portanto o prédio histórico da UFPR passou a ser um patrimônio paranaense. Nesta ocasião, como Reitor da UFPR, revelei aquilo que considere estar na alma de todos: **A UNIVERSIDADE FOI A MAIOR INVENÇÃO DOS PARANAENSES!**



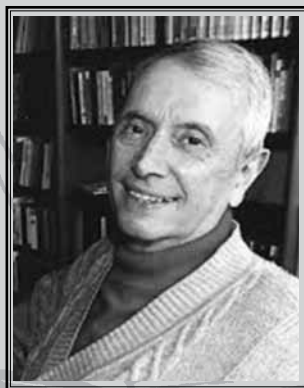
BIBLIOGRAFIA

- CAMPOS, Nêvio de. Intelectuais Paranaenses e as concepções de universidade (1892/1950). Curitiba: Ed. UFPR, 2008.
- ROCHA POMBO, J.F. da. Para a História: Notas sobre a Invasão Federalista no Estado do Paraná. Curitiba, Ed. Fundação Cultural de Curitiba, 1980.
- WACHOWICZ, Ruy C. Universidade do Mate. Curitiba, APUFPR, 1983.
- WESTPHALEN, C. M. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, SBPH-PR, 1987.

SOBRE WILSON MARTINS

Eduardo Rocha Virmond





WILSON MARTINS

Devemos mostrar satisfação pelos 75 anos da Academia, de estar contentes com nossa participação, de ter orgulho de estar presente nesta oportunidade, devemos estar alegres com a convivência e amizade que está estabelecida entre todos os acadêmicos, - solidariedade que cada vez nos aproxima com mais intensidade, na medida em que a Academia multiplica sua vivência perante nós, nosso povo e o Brasil.

Cabe a mim falar sobre WILSON MARTINS, simplesmente pelo fato de que mantive com ele firme amizade, desde o ano de 1950. Havia dois grupos em Curitiba, sem intimidade, ao contrário um certo desdém que cultivávamos de um contra o outro. Um do denominado Café Belas Artes, com SAMUEL GUIMARÃES DA COSTA, MARCEL FERREIRA LEITE, GLAUCO FLORES DE SÁ BRITO, ARMANDO RIBEIRO PINTO, JOSÉ PAULO PAES, NIREU JOSÉ TEIXEIRA, MIGUEL BAKUN, ESMERALDO BLASI, MILTON SABBAG e eu. Na frente de nossa sede Café Belas Artes havia a LIVRARIA GHIGNONE, então chamada de LIVRARIA DO GLOBO, onde se reuniam WILSON MARTINS, HOCHÉ PEDRA PIRES, BRASIL PINHEIRO MACHADO, TEMISTOCLES LINHARES, ELOY CUNHA COSTA, XAVIER VIANNA e outros que agora não me lembro, todos de uma geração mais velha.

Nós tínhamos velada hostilidade, porque, como o SAMUEL disse, nós éramos malcriados. Até que o BRASIL PINHEIRO MACHADO, meu primo, resolveu nos aproximar.

Comungávamos do mesmo desprezo à nossa Academia Paranaense de Letras, com igual malcriação e injustiça, que só foi reparada quando eu convidei o Wilson Martins para uma palestra na Academia, com o seu

desafeto de antigamente então nosso Presidente WALFRIDO PILOTO. Ambos ficaram muito satisfeitos com essa reconciliação, que foi alegre e despojada.



148 Voltando no tempo, acabaram-se entre os dois grupos de 1945 a 1950 as desconfianças, mas eles nos tratavam como jovens rebeldes, na verdade só eu fiquei ligado a eles. As reuniões se faziam em jantares no Vagão do Armistício, onde também iam o Bento Munhoz da Rocha Netto e o Flávio Suplicy de Lacerda. A sede passou a ser a casa do Wilson Martins, Rua Ubaldino do Amaral. Como eu morava a cinquenta metros, sempre ele me chamava. Ali conheci muita gente importante. Por exemplo, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO e OCTÁVIO IANNI, LOURIVAL GOMES MACHADO, DÉCIO DE ALMEIDA PRADO, muito mais gente. O FERNANDO HENRIQUE e o OCTAVIO IANNI eram da minha idade, por isso desde logo ficamos bons camaradas, naquela época.

Como eles são paulistas da USP, como de hábito, não irão nunca se lembrar de um provinciano como eu.



Indo bem adiante. Todos os sábados tínhamos um almoço, isto mais recentemente, até que WILSON faleceu, a sua mulher ANNIE faleceu, o NORTON MACEDO faleceu, a CLIO MARQUES PIRES, tia da LELIA, faleceu. Tudo no curso de ano e meio. Acabou-se o almoço. Não temos coragem de renovar.

Tínhamos a mania de comer bem. E beber. Quando ele estava em Nova York, também jantávamos com o casal, ele escolhia o restaurante e pagava a conta, pela Universidade de Nova York, que ficava no Village, em cujo campus ele naturalmente morava.



A obra do WILSON MARTINS é imensa, mesmo se ele não tivesse feito a História da Inteligência Brasileira. Sua crítica, mantida no jornal Estado de São Paulo por bastante tempo, era livre e contundente. Até quando, depois que o DECIO DE ALMEIDA PRADO deixou a direção, ele foi demitido. Foi demitido porque fez a melhor crítica – talvez a única – do frajola OSWALDO DE ANDRADE. O jornal não admitiu. Quando ele criticou o SERGIO BUARQUE DE HOLANDA, o CAETANO VELLOSO, aí já no jornal O GLOBO, eles o acusaram de pertencer à direita, como se fazer crítica literária tivesse alguma coisa a ver com isso. Ele era um homem sem preconceitos, que cultuava a liberdade. Foram demitidos no mesmo dia o WILSON e o AFONSO ROMANOS DE SANTANA, sob o pretexto de economia de verbas. WILSON era livre, tal como o AFONSO, não eram de direita nem de esquerda, não é obrigatório ter uma ideologia política marcada por posições extremistas.

Lembro a luta que engendrou contra o obscurantismo na Universidade, contra a censura dentro da Universidade e na Biblioteca Pública do Paraná. A censura foi provada, mas sem consequências. Os jornais aqui no Paraná não quiseram noticiar, só “O Estado de São Paulo” e a então revista ANHEMBI, também em São Paulo. Foi uma briga feroz, o Homero de Barros queria demitir de suas cátedras o Wilson e o Temístocles Linhares. Mas o obscurantismo dentro da Universidade produziu os seus mártires, entre outros o Bruno Enei e o Artenfelder.

Não pode haver dúvida de que o WILSON MARTINS foi o mais profundo, mais honesto, mais prolífico crítico literário do Brasil. Os criticados por ele nunca o perdoaram, mas isso não significa nada, porque a crítica permanece em todas as obras que escreveu, em todos os quinze alentados volumes denominados PONTOS DE VISTA, em que reuniu a sua crítica.

Por fim, A INVENÇÃO DO PARANÁ, livro em que traça a atuação decidida e competente de ZACARIAS DE GOES E VASCONCELLOS, que foi o primeiro Presidente do ESTADO PARANÁ.

É impossível falar menos de três horas sobre a obra de WILSON MARTINS.

Ressalto no entanto que ele, nascido em Santos, São Paulo, veio para Curitiba em tenra idade, mas sempre se considerou paranaense, curitibano. Foi professor da Universidade do Paraná, foi Juiz de Direito, foi professor da Universidade de WISCONSIN, MADISON e da Universidade de Nova York, onde morou por mais de trinta anos e se aposentou.

Fiel a Curitiba, voltou para cá e aqui ficou EM CASA, com seus amigos, até morrer há dois anos.

WILSON MARTINS faz muita falta.

Curitiba, 26 de setembro de 2011.

Eduardo Rocha Virmond



BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETTO E OS DESAFIOS DA MODERNIDADE

Belmiro Valverde Jobim Castor





BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETTO



“Há um cansaço de honestidade, com a convicção de que aproveitar-se das situações para servir interesses inconfessáveis vai se tornando normal e não constitui mais nenhum modo raro de ação, que poderia atrair a odiosidade e o descrédito”. Seria este texto extraído de um editorial recente d'O ESTADO DE SÃO PAULO ou da revista VEJA? Não. Foi escrito em 1960 por Bento Munhoz da Rocha Netto e é extraído do seu livro PRESENÇA DO BRASIL. Transcrevo-o como prova dupla: primeiro da crônica e invencível inclinação pela corrupção em nossa vida pública; e em segundo, da clarividência do autor da frase.

De todos os governadores paranaenses e sem demérito a nenhum deles, BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETTO foi, em minha opinião e na de muitos os que estudaram sua trajetória intelectual e sua carreira política, o que mais cuidadosamente se preparou para governar nosso Estado.

A política estava em seu sangue – ou em seu DNA como se diria atualmente – pois na sua infância e adolescência, observara seu pai Caetano exercendo a prefeitura de Paranaguá e depois a presidência do Estado. Em 1920, quando Caetano assumiu a presidência estadual, Bento era um adolescente de quinze anos. Essa ancestralidade, por si só, já lhe garantiria um lugar na vida pública paranaense, mas Bento não necessitaria dela para isso, pois, com obstinação e método, preparou-se intelectualmente para participar do *corps politique*, que tutela e subordina o Estado como definiria seu mentor maior, Jacques Maritain. Desde muito cedo, incursionou na filosofia e na história e,

ao mesmo tempo que estabelecia seu referencial de valores permanentes inspirado no neotomismo de Maritain e de outros pensadores católicos, dedicou-se a estudar a formação humana e social da terra paranaense dentro do quadro concreto de sua história.

Quando digo que Bento foi o político que mais ativamente se preparou para governar seu estado, quero me referir exatamente a essa dualidade de interesses e de foco, que o levou a transitar da filosofia, da ontologia e da deontologia, para o campo da investigação científica dos problemas concretos dos grupos sociais em que a população paranaense se organizou. Bento não foi um mero pragmático, cujo conhecimento teria sido extraído da observação direta dos fenômenos sociais que o cercavam e sim um filósofo que utilizou a observação e a interpretação da realidade concreta à sua volta como prova da adequação dos fundamentos filosóficos que adotara, em uma longa caminhada intelectual que o levou a ler e estudar desde muito cedo autores tão diferentes quanto o Conde de Keyserling, Spengler, Max Weber, José Ortega y Gasset e muitos outros.

O estudo da realidade nacional o fez trilhar os mesmos caminhos que a maior parte da intelectualidade brasileira trilhou na primeira metade do Século Vinte, cujas referências obrigatórias eram Oliveira Viana, Silvio Romero, Alberto Torres e Manoel Bonfim, Euclides da Cunha, Joaquim Nabuco e Gilberto Freyre. No entanto, seu pensamento não é um agregado dessas fontes, que não guardam necessariamente coerência entre si além da denúncia das mazelas nacionais e que se propõem a uma tentativa de explicação dos elementos formadores de nossa nacionalidade, que levaram – inclusive – a tais mazelas. Bento, por método, não desprezava todas as opiniões disponíveis, mesmo contraditórias antes de estabelecer um julgamento pessoal sobre os fatos e tendências que julgava relevantes. E assim, identificou na falta de infraestrutura, de educação e tecnologia e de falta de investimentos, os fatores que inibiam a materialização de nossas potencialidades nacionais e regionais.

Mas foi também um entusiasta quase que juvenil de nosso Estado, onde vislumbrava todas as capacidades e virtudes: “O Paraná é, sobretudo, o encanto da terra que nos absorve, nos prende e nos fascina. É a terra única de tantas gerações, esquecida quando a nossa preocupação era cantar a Marselhesa e ler Rousseau. É a terra que venceu nossa educação fictícia e estranha, e nos fez compreender que temos de ser nós mesmo, criar uma expressão humana nossa, uma modalidade nossa, uma civilização nossa. É a terra que faz grande, generoso e bom. Salve, Paraná!”

Vejo, portanto, na ação intelectual e política de Bento, uma coerência permanente, um fio condutor que não foi rompido em nenhum momento entre a razão e a emoção, entre o frio entendimento das realidades desfavoráveis e o sentimento paranista. E sua vida pública está repleta de exemplos dessa dualidade entre a razão e o coração:

A percepção geopolítica, que inspirou sua ação decidida contra o Território do Iguaçu não se baseou apenas na reação a um ato arbitrário da ditadura getulista danoso à economia e à importância relativa do Paraná na federação brasileira sem qualquer ganho para o interesse nacional. Para Bento, a mutilação territorial imposta ao Estado mais do que qualquer outra coisa era impeditiva da realização de um grande sonho, o de integração entre as múltiplas etnias que fizeram do Paraná a sua segunda casa, forjando uma nova categoria de brasileiros. Amputar um quarto do território estadual significava frustrar a realização desse grande sonho de integração humana, que ele considerava ser a missão cultural da terra paranaense. De novo, “temos de ser nós mesmo, criar uma expressão humana nossa, uma modalidade nossa, uma civilização nossa”.

Sua identificação com a população mais simples o levou a ter uma carreira eleitoral vitoriosa como parlamentar e como governante, mas não era uma manifestação piegas do populismo muito em voga na vida pública brasileira naquele tempo como agora, em que a afeição dos pobres é cooptada e conquistada com favores e benesses materiais.

A sensibilidade com as questões que afetavam as populações mais simples era uma manifestação de seus sólidos princípios humanistas que rejeitavam o elitismo – apesar dele próprio pertencer à elite mais exclusiva e rarefeita.

Quando no governo, alguns de seus projetos como o Centro Cívico, a Biblioteca Pública, o Teatro Guaíra revelavam algumas de suas crenças intelectuais: no caso do Centro Cívico, a clara delimitação dos espaços do Estado e a tentativa de aproximar até fisicamente os três poderes, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário como maneira de valorizar o funcionamento do *corps politique*, mediante a interação entre a atividade política e parlamentar, a administração pública e o controle judicial de ambos. O Teatro Guaíra e a Biblioteca eram projetos icônicos, de valorização da cultura e da educação pública.



Deixei, propositadamente para o final desta breve reflexão, a modernidade do pensamento econômico e administrativo de Bento Munhoz da Rocha Netto. Ele, que era um admirador fervoroso da expansão da cultura cafeeira e que comparava a ocupação territorial do Paraná à Corrida do Ouro norte-americana (só que em nosso caso, a Corrida do Ouro Verde), sabia que a dependência monocultural ao café era a nossa maior e mais temida vulnerabilidade. Sobre isso escreveu e discursou seguidamente e em suas mais importantes iniciativas quando governador, se preocupou com a reconversão econômica do Estado. Para isso, lutou pela expansão da oferta de energia elétrica, que o levou a criar a COPEL e a reformular o Fundo Estadual de Eletrificação; determinou a elaboração do Plano Rodoviário, que fortalecia as relações econômicas e sociais entre as diferentes regiões do estado e o escoamento da produção

via porto de Paranaguá, reduzindo a dependência dos paulistas; estimulou a formação de novas colônias de imigrantes que, no caso, resultaram em três experiências vitoriosas: Colônia de Entre-Rios, a Witmarsum e a Castrolanda, três prósperos enclaves produtivos e difusores de tecnologia em nossos dias; promoveu ainda o fortalecimento da pesquisa e da tecnologia agrícola com a modernização institucional do IBQP – Instituto de Biologia e Pesquisa Tecnológica do Paraná, hoje transformado em Tecpar, o polo irradiador de tecnologia na área pública paranaense.

Infelizmente, a gestão de Bento no governo foi seriamente prejudicada por uma circunstância incontrolável: a grande geadada de 1953, que destruiu quase que 80% da produção e mergulhou o Paraná numa profunda crise fiscal que impediu que muitos dos projetos que havia concebido e iniciado fossem concluídos. Duas noites de geadada destruíram anos de preparação para transformar definitivamente a economia e a sociedade de nosso Estado ou pelo menos adiaram essa reconversão por décadas, até que outra geadada devastadora, a de 1975 obrigasse definitivamente a economia do Paraná a buscar outros caminhos.

Uma simples circunstância. A exemplo de Ortega y Gasset que tanto admirava, Bento deve ter dito a si próprio ao ver seus sonhos frustrados: “eu sou eu e as minhas circunstâncias”...



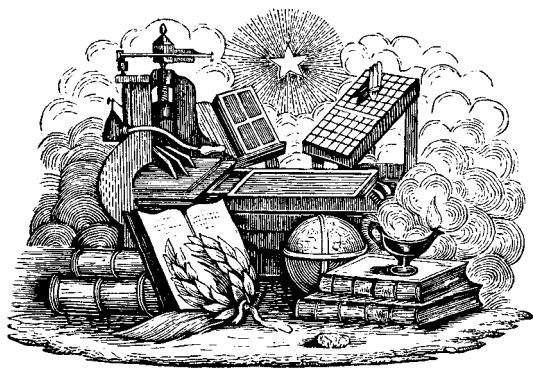


75 ANOS DA ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS



Antonio Celso Mendes





A APL comemorou, neste ano, a passagem de seus setenta e cinco anos desde sua fundação, em 26 de Setembro de 1936. A antiga Academia de Letras do Paraná havia sido extinta por desavenças políticas. Seguindo o modelo sugerido pela Academia Brasileira de Letras, a paranaense compõe-se de 40 cadeiras imortais, que desde sua fundação, têm sido ocupadas pelas mais brilhantes figuras da intelectualidade e que na época se congregaram: Emiliano Pernetta, Ulysses Falcão Vieira, Dom Alberto José Gonçalves, João Cândido, Sebastião Paraná, Dario Velozzo, Pamphilo de Assumpção, Silveira Neto, Tasso da Silveira, Lacerda Pinto, Andrade Muricy, Leôncio Correa, Romário Martins, entre outros.

Durante sua trajetória, a APL tem cumprido o importante papel de Incentivar e incrementar a cultura e as artes no Paraná, que durante a presidência de nosso líder Túlío Vargas, foram intensamente disseminadas por muitos municípios do Estado e que hoje exercem variadas iniciativas de arte e literatura em suas comunidades.

Durante esses anos, figuras marcantes da sociedade e da política paranaense ocuparam a imortalidade da Academia, como Vasco José Taborda, Bento Munhoz da Rocha, Francisco Raitani Netto, Heitor Stokler, Mario Braga de Abreu, Valfrido Pilotto, Pompília Lopes dos Santos, João Cândido Ferreira, entre tantos outros que amaram as letras e as artes.

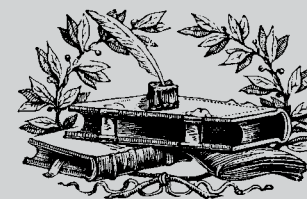
Hoje, a APL, sob a presidência de Eduardo Rocha Virmond, passou a ser a gerenciadora da biblioteca do falecido Deputado Norton Macedo, figura de destaque na política paranaense, grande amigo de Ney Braga e intelectual por vocação. O acervo desta biblioteca ocupa hoje uma das

salas cedidas pelo SESC da Esquina. Com esta iniciativa, a APL consolida o acervo de sua própria biblioteca, hoje sob a guarda do Centro de Letras do Paraná.

Renovada em seus quadros, a APL olha o futuro com otimismo, apesar dos tempos transformadores impostos pelo advento de novas tecnologias, que tendem normalmente a relegar as atividades literárias a um segundo plano. Contudo, a APL insiste para que nossa história não seja esquecida, como faz todos os anos com a realização da Semana de Estudos Históricos, com elevada frequência e interesse.

A APL se sente atualmente gratificada por contar em seus quadros com as figuras marcantes de grandes lideranças, seja no campo do magistério, das atividades jurídicas, literárias ou artísticas. Dois reitores de nossas principais universidades, Carlos Antunes dos Santos (UFPR) e Clemente Ivo Juliatto (PUC/PR); renomados historiadores: Laurentino Gomes e Ernani Straube, atual presidente do Instituto Histórico do Paraná; grandes jornalistas, Francisco Cunha P.Filho, Geraldo Mazza, Dante Mendonça e Adherbal Fortes de Sá Jr; grandes juristas Renê A. Dotti, Edilberto Trevisan, o pres Eduardo R. Virmond, entre outros; as líderes femininas Chloris Casagrande Justen e Adélia Maria Woellner.

Em síntese todos os integrantes da APL encarnam ideais de magistério, liderança social e amor pela literatura, como é o caso de João Manuel Simões, Belmiro Valverde Jobin Castor e tantos outros, que através dos tempos, deram sua contribuição para o enriquecimento da cultura paranaense.



SOLENIIDADES DE POSSE DOS NOVOS ACADÊMICOS



DISCURSO DE RECEPÇÃO AO ACADÊMICO
JEORLING CORDEIRO CLEVE

Proferido pelo acadêmico
René Ariel Dotti



A leitura habitual do Juiz na rotina de suas funções é o volume de petições, documentos, depoimentos e outros elementos dos processos para proferir o seu veredito. Uma atividade cercada pela controvérsia dos fatos apresentados pelas partes e as dúvidas que não raro ocorrem com a interpretação da lei, que deve ser orientada para atender aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum. Esta é a regra ditada pela Lei de Introdução ao Código Civil (Dec.-lei nº 4.657/42) que serve como subsídio para a boa aplicação do Direito.

Mas, para muito além desse permanente empenho de julgar corretamente, o magistrado precisa também viver fora das fronteiras assinaladas pelos litígios. Precisa do lazer, como um dos Direitos Humanos, assim reconhecido pela Declaração Universal dos Direitos do Homem e pela nossa Constituição, entre os direitos sociais, como a educação, a saúde, o trabalho e outros.

Existe o lazer para o corpo e para o espírito. O esporte e a dança podem ser exemplos da primeira possibilidade. A arte e a literatura podem identificar a segunda. A propósito, o artigo do então Juiz do Tribunal de Alçada de São Paulo, JOSÉ RENATO NALINI, hoje Desembargador do Tribunal de Justiça da mesma unidade federativa e que atualmente exerce a presidência da centenária e venerável Academia Paulista de Letras. O texto foi publicado há 15 anos na Revista da Escola Paulista da Magistratura, com o sugestivo título: “O JUIZ E A CULTURA”. São suas essas palavras:

“O aperfeiçoamento do espírito humano é insuscetível de residir apenas no conhecimento da lei. A norma positivada não encerra todo o Direito. O

sistema de atitudes, instituições e valores de uma sociedade reside, também nas artes, na literatura e, principalmente, na ética. A opção fundamental pelo Direito já direcionou a pessoa para o cultivo das ciências jurídicas. Elas têm uma característica, todavia. Não se desenvolvem na plenitude de suas potencialidades, se não coexistirem com outras plantas.”

“Dominar o Direito, conhecer a lei e as técnicas de sua aplicação, procurar aprimorar a arte da interpretação com o intuito de fazer Justiça é dever de cada juiz. Todavia, um juiz não é um repositório de códigos ou acervo mnemônico de jurisprudência”.¹

* * *

Também A Escola da Magistratura do Paraná, distinguida com o selo de qualidade da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), mantém um órgão de expressão cultural. Na apresentação de seu primeiro volume, agora em 2011, o Diretor Geral da Escola, o Juiz Substituto de Segundo Grau e Professor **FERNANDO ANTONIO PRAZERES**, observa que

“em seus escaninhos e arquivos estão guardados centenas de textos, monografias, pareceres, artigos, enfim, uma gama inesgotável de conhecimento que se vê enclausurada (...)”. E, com sensibilidade e firmeza, acrescenta: “Doravante, compartilharemos com a comunidade todo o conhecimento adquirido nestes 27 anos de atuação. Estão abertos nossos arquivos, cujo acesso se dá pela simples incursão em nosso site na internet. E a Revista vem bem a esse propósito”.²

* * *

Esta tradicional instituição paranaense de cultura recebe hoje, em cerimônia solene, o novo acadêmico, o ex-magistrado, **JEORLING**

¹Editado pela Associação Paulista de Magistrados, ano 01, nº 01, set./dez. 1996, p. 184.

²Indicar nome e impressão da revista e membros diretores.

CORDEIRO CLEVE, eleito por unanimidade pelos ilustres confrades para assumir a Cadeira nº 23.

Desembargador aposentado, nascido em Guarapuava, dia 31 de julho de 1932, filho de **ALOÍSIO GUIMARÃES CLEVE** e de **HENRIQUETA G. CORDEIRO CLEVE**.

Fez os estudos primários em sua terra natal, no Grupo Escolar Visconde de Guarapuava, no Colégio Nossa Senhora de Belém e no Ginásio Estadual Professor Francisco Carneiro Martins.

Formado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, em 1957, é casado com **DIRCE DOROTI MERLIN CLEVE**, possuindo o casal quatro filhos: **CLÉMERSON**, **CHRISTIANE**, **LUIZ ROBERTO** e **LUCIANA**, e nove netos. Durante vários anos ele residiu em Pitanga, fundada no Século XIX, precisamente no ano de 1897. Distrito Judiciário em 1925 e elevada à categoria de Município, desmembrando-se de Guarapuava pelo Decreto-lei nº 199, de 3 de dezembro de 1943 e oficialmente instalada em 28 de janeiro de 1944. Foi lá, em sua generosa e acolhedora Pitanga que o então professor **JEORLING** lecionou e foi um dos responsáveis pela instalação e funcionamento do Ginásio Estadual local, na década de 1960.

Em seu longo e fecundo itinerário de vida profissional o novo acadêmico exerceu as funções de Advogado, Promotor Público³ interino, Magistrado e Professor, quatro modalidades de prestação de serviço de interesse público, autônomas entre si mesmas, porém relacionadas como pontos cardeais de uma fecunda viagem de espírito pelos caminhos da Justiça e da Educação.

Ainda quando em atividade judicante, foi Professor de Direito Processual de Direito Civil na Superior Escola da Magistratura do Paraná, durante os primeiros anos de existência dessa instituição.

É cidadão honorário e benemérito de Pitanga e de Guarapuava; recebeu voto de louvor da Câmara Municipal de Curitiba.

Homenageado como nome do núcleo de práticas jurídicas do Curso

³ Antiga denominação do cargo exercido por agente do Ministério Público estadual em primeira instância.

de Direito da Faculdade Unibrasil, de Curitiba, e do Grêmio Estudantil do Curso de Direito das Faculdades Campo Real, de Guarapuava.

É membro do Centro de Letras do Paraná, e da Academia de Letras, Artes e Ciências de Guarapuava.

* * *

170 E porque o seu ingresso também nesta Academia Paranaense de Letras, quando já participa de outras valorosas instituições culturais? Antes de responder a essa pergunta gostaria de lembrar as edições da revista cultural da Associação dos Magistrados do Paraná, intitulada *Toga e Literatura*. O seu conteúdo é generoso e multifacetado. Há trechos da vida e da obra de juizes que passaram pelas comarcas distantes até chegarem ao tribunal. Há depoimentos originais como a do aluno de Literatura brasileira que resolveu escrever para CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE. Ele queria saber a correta pronúncia de “*Pasárgada*”, o paraíso imaginário que Manuel Bandeira concebeu, em sonho poético, depois de ter lido Xenofonte, que menciona *Pasárgada* como pequeno povoado na Pérsia. E o que é melhor: o destinatário respondeu. Um “*cartão manuscrito pelo Poeta, indica a existência de disco, onde o próprio Bandeira declama o poema*”. Este é um pedaço do registro que MIGUEL KFOURY NETO guarda da correspondência mantida com o genial autor de “*sentimento do mundo*”. E, marcando sua presença na *Toga e Literatura*, o Desembargador que por indiscutíveis méritos preside o Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná, lembra o “*Testamento*” de Bandeira, que diz, em uma de suas estrofes: “*Vi terras da minha terra./ Por outras terras andei./ Mas o que ficou marcado/ No meu olhar fatigado,/ Foram as terras que inventei*”.

O caderno cultural é editado pela Professora CHLORIS ELAINE JUSTEN DE OLIVEIRA. A sua valiosa contribuição para restaurar imagens, gestos e passagens do tempo é uma das expressões de sua personalidade que produz os *quadros de uma exposição* do Poder

Judiciário paranaense. Essa valiosa publicação reúne textos de História, Poesia, Crônica e Pintura como expressões espirituais de um grupo de profissionais do Direito e da Justiça que exercem uma atividade rotineiramente cercada por determinados limites.

* * *

Posso, agora, responder à pergunta formulada acima: porque o ingresso de JEORLING CORDEIRO CLEVE nesta Casa, após a sua aposentadoria como Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná? Porque o antigo advogado, Promotor de Justiça, Juiz e Professor, dedica o melhor de seu tempo para a pesquisa e redação de textos sobre a História, uma vocação existente há muitos anos mas sem possibilidade de atendê-la com artigos, palestras, conferências e livros porque a missão do Judiciário não lhe permitia, ao mesmo tempo, dedicar-se a um tipo de Literatura especializada, ou seja, sobre fatos e figuras da história paranaense e outro gênero, como coletâneas de máximas e pensamentos. Agora ele está à vontade para contar sobre o passado no interesse do presente e do futuro, aviventar rumos, descobrir documentos, ouvir pessoas, enfim identificar os valores e os interesses fundamentais de nosso grande Paraná, a chamada *terra de todas as gentes*, um porto aberto para o caleidoscópio de culturas e raças de continentes diversos. Merecem referência os seguintes títulos: *Povoamento de Guarapuava- Cronologia histórica*, no qual descreve os motivos e a epopéia da conquista e povoamento dos Campos de Guarapuava, como afirmação de sua nacionalidade naquele rincão que estava sob o domínio espanhol; *Coronel Luiz Daniel Cleve – Memória Histórica*, sobre a saga de seu bisavô paterno, imigrante da Dinamarca e que fincou raízes em nosso Estado; *Antologia de Pensamentos, textos e frases famosas; Pensamentos de todos os tempos- Lições de Sabedoria*, coletânea em três volumes; *O Poder Judiciário e a Emancipação Política do Paraná* –

Memória histórica, em alusão ao sesquicentenário da independência de São Paulo *Antonio de Sá Camargo – Visconde de Guarapuava*, o magnífico opúsculo cuja leitura foi feita pelo próprio autor em uma das reuniões de nossa instituição.

E neste mês, lançou o seu último livro: *Memória de Pitanga*, um denso e bem ilustrado levantamento de sua evolução histórica, certamente escrito com a **pena molhada na saudade**. O livro é dedicado aos seus pais, eles mesmos, pioneiros pitanguenses.

Todos agora sabem que o ingresso desse novo membro em nossa Academia demonstra não somente os seus méritos profissionais e as suas virtudes intelectuais como também, e principalmente, a sua dedicação pela história da gente do Paraná. Essa disposição de contar o passado irá possibilitar a realização de um projeto dedicado às gerações do presente e do futuro: conhecer melhor a terra onde nasceram e orgulhar-se do seu passado de lutas e conquistas.

O ilustre Acadêmico, por uma coincidência natural, chega a esta Casa em lugar de ODILON TULIO VARGAS, querido e valoroso amigo que fisicamente nos deixou.

Em muitas reuniões de nossa Academia, por ele presidida sempre com inteligência, lucidez e alegria, eu pensava na harmonia que pode haver entre o pensamento e a ação do agente político, por um lado, e do escritor da História, por outro. A harmonia pode ser vista em um trecho de seu discurso de ingresso na Academia, há mais de 30 anos, quando ele exercia o mandato de Deputado Federal. São suas essas palavras:

“Aqui o escritor e o político marcam o encontro de tais evidências. O parlamentar acrescenta à sua experiência política os bens culturais que lhe permitem dimensionar o passado, compreender o presente e vislumbrar o futuro; por sua vez, o escritor adquire uma visão crítica mais ampla dos problemas humanos, menos insensível à verdade prosaica do nosso cotidiano”.

Se os documentos oficiais da história do Paraná e suas figuras mais representativas se perdessem por fato da natureza ou do homem, o trabalho de restauração começaria pelos seus escritos. E encontraríamos em o *Indomável Republicano*, *A última viagem do Barão do Cerro Azul*, *Conselheiro Zacarias*, *Senhor Senador – Senhor Ministro* (Ubaldo do Amaral), *O tribuna da liberdade* (Arthur Santos) e outros tantos, os valores cívicos, intelectuais e espirituais que você nos deixou e cuja releitura constitui exercício de civismo e exaltação de figuras notáveis.

Historiador JEORLING CORDEIRO CLEVE. Seja bem-vindo. Receba de seus confrades e confreres, as manifestações de profunda admiração e de sincera amizade, como sentimentos que poderão estimular a sua missão de pensador e de escritor.

Eu o saúdo em nome de todos com as palavras que o nosso imortal TÚLIO VARGAS (1929-2008), prefaciou o livro *O Poder Judiciário e a emancipação política do Paraná*:

*“A História tem sido permanentemente fonte de sabedoria e experiência, instrumento de cultura humana, memória coletiva, ininterrupto jogo dialético entre o homem e o mundo objetivo”.*⁴

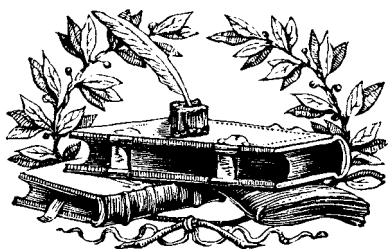
Tenho dito!



4 Pensamento reproduzido em CORDEIRO CLEVE, Jeorling J. *Memória de Pitanga*, cit., p. 5.



DISCURSO DE POSSE
JEORLING CORDEIRO CLEVE



Preclaro presidente da Academia Paranaense de Letras,
Dr. Eduardo Rocha Virmond
Demais integrantes da Mesa, já nominados

Senhoras e senhores:

Foi com grande surpresa que recebi a comunicação feita pelo destacado jurista, professor e agora confrade Dr. René Ariel Dotti, dando-me a conhecer que meu nome havia sido indicado para concorrer à vaga da Cadeira n.º 23 desta respeitável Academia de Letras, deixada pelo falecimento de seu titular Túlio Vargas. Mais do que surpreso, honrado com um convite e indicação de tamanha magnitude, refeito do susto, não tive como declinar da indicação, embora a considerasse imerecida. Jamais passara por minha cabeça que um dia pudesse almejar e muito menos que pudesse ter o privilégio de integrar este Sodalício, expressão maior da intelectualidade paranaense.

E a surpresa não ficou por aí, porquanto, não tendo contado com concorrentes, na realização do procedimento sucessório, meu nome acabou sendo sufragado pela unanimidade dos 23 confrades presentes à reunião previamente convocada para a apreciação e votação da indicação, segundo proclamação subsequente.

Tenho plena consciência de minhas limitações e de que nossa vida é um eterno aprendizado. Assim, ousou parafrasear os confrades Léo de

Almeida Neves e Adherbal Fortes de Sá, em seus discursos de posse nas Cadeiras 26 e 30 desta Academia, respectivamente, para dizer também que venho para uma nova etapa existencial e para aprender.

Conforta-me saber que na Academia não são discutidos apenas assuntos de ordem literária no seu significado estrito, mas também as artes, as ciências, a ortografia, a língua pátria e os costumes, e inclusive os temas de interesse paranista, sobre os quais, conforme escreveu o ilustre confrade e historiador Rui Christovam Wachowicz em sua preciosa obra “Universidade do Mate” (pág. 34), faltaria aos paranaenses certo espírito de combatividade, motivo de muitas frustrações.

Em termos de literatura, confesso que minha biografia é bastante modesta. Resume-se na produção de alguns livros depois de minha aposentadoria compulsória por limite de idade, com o fito de afastar a solidão e o ócio, e de contribuir de algum modo, se assim posso dizer, para a difusão cultural. São eles: Coronel Luiz Daniel Cleve – Memória Histórica (biografia); Povoamento de Guarapuava – Cronologia Histórica; Pensamentos de Todos os Tempos – Lições de Sabedoria (3 vols.); Antonio de Sá Camargo – Visconde de Guarapuava (opúsculo); Antologia – Pensamentos, Textos e Frases Famosas; e finalmente Memória de Pitanga, recém lançado na cidade de Pitanga.

Antes, por um período de quase metade de minha vida – de 36 anos desde a investidura no cargo, até o final de carreira como desembargador e aposentadoria no ano de 2002 – exerci a magistratura em nosso Estado, quando minha literatura se resumiu nas sentenças e acórdãos que proferi. Mas, indagará alguém, sentenças e acórdãos representam literatura? Pois digo que sim! Afinal, implicando em decisões, são formas de expressão, e não deixam de ser a arte de expor em prosa os fatos e conflitos sociais, solucionados à luz da lei e do direito. Raramente são

encontráveis em verso, lavradas por algum julgador no arroubo de uma inspiração poética. O nosso confrade Assad Amadeu Yassim, de saudosa memória, poeta afamado e magistrado, não lavrou algumas de suas decisões em verso? Penso que sim.

Feitas estas considerações, cumprindo a liturgia desta Academia, apresento a seguir alguns dados biográficos dos grandes personagens de nossa história que me antecederam na Cadeira 23, que hoje tenho a honra de assumir, o que faço valendo-me de levantamentos e registros feitos pelos dignos confrades Valério Hoerner Júnior, Chloris Casagrande Justen, Rui Christovam Wachowicz e Túlio Vargas, estes últimos já falecidos:

PATRONO

Fernando Simas, nascido em Paranaguá, Pr., no dia 24 de abril de 1851, filho de Manoel Inácio Simas e Helena Gutierrez de Simas.

Fez o curso de Humanidades, formando-se depois em Farmácia pela Faculdade do Rio de Janeiro. Exerceu a profissão em Antonina e Paranaguá. Mudou-se, em 1887, para Petrópolis e em seguida para o Rio de Janeiro, onde ganhou certa notoriedade. Regressou a Paranaguá, e ali intensificou campanhas em prol da abolição da escravidão e pela República, tornando-se líder destes movimentos no litoral.

Fundou o jornal “Livres Paraná”, órgão dedicado a estas grandes causas, nele atacando a política dominante com rara coragem.

Em 1887 instalou, com outros seguidores, o clube Republicano, mantendo-se no movimento revolucionário que defendia a proclamação da República, por cujo ideal deu muito de si próprio.

Depois da vitória dos dois movimentos acima mencionados, foi eleito deputado junto à Assembleia Constituinte estadual. Liberal por excelência, incorporou-se, mais tarde, à campanha civilista sustentada por Rui Barbosa.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, no dia 17 de setembro de 1916.

FUNDADOR

Ernesto de Oliveira, nascido na legendária cidade da Lapa, Pr., em 24 de março de 1874.

Iniciou seus estudos em Curitiba, na Escola Normal, onde foi contemporâneo de Júlia Wanderley e de Lourenço de Souza. Concluindo o curso de magistério, mudou-se para Campinas, São Paulo. Matriculou-se no Seminário Presbiteriano, fazendo o curso superior. Foi mais tarde catedrático de física experimental e de engenharia mecânica.

Em 1894, envolveu-se na Revolução Federalista, em Curitiba, quando aqui estiveram as tropas dos maragatos comandados por Gumerindo Saraiva. Com o fracasso deste movimento, asilou-se na Argentina, donde retornou depois da Anistia.

Foi Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, no Paraná, durante o governo de Carlos Cavalcanti, em 1913, quando promoveu a importação de animais de raça para a melhoria da espécie no Estado, implantou várias colônias agrícolas e promoveu o crescimento do comércio de madeiras e da erva-mate. Desenvolveu campanha educativa no sentido do reflorestamento e preservação da mata, providência que ainda hoje se impõe como necessária em todo o Brasil.

Pastor evangélico e poliglota, ficou célebre por seus sermões e constantes polêmicas que criava. Foi tradutor e conferencista. Publicou mais de 30 obras de alta qualidade científica e literária, entre as quais: Postulado de Euclides Bandeira; Roma, a Igreja e o Anti-Cristo; Moinhos de Vento; O Ensino Público; O Elogio da Bosta; e muitos outros.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, em 9 de dezembro de 1938.

PRIMEIRO OCUPANTE

Hugo Gutierrez de Simas, nasceu em Paranaguá, Pr., no dia 23 de outubro de 1883, sendo filho do republicano Fernando Simas e Helena Gutierrez de Simas.

Fez seus primeiros estudos em Paranaguá, seguindo depois para o Rio de Janeiro, onde se formou em Direito, vindo a exercer a Promotoria Pública em Antonina.

Em Curitiba, foi um dos fundadores da Universidade do Paraná, em 1912, integrando o grupo liderado por Victor Ferreira do Amaral e Silva, que contou com a participação destacada de Nilo Cairo da Silva, Euclides Beviláqua, Daltro da Silva, Pâmphilo de Assumpção, Arthur Martins Franco e Reinaldo Machado entre outros nomes.

Fez parte da primeira diretoria da Universidade, onde exerceu a função de bibliotecário. Mais tarde, foi também catedrático da Faculdade de Direito, lecionando várias disciplinas.

Elegeu-se deputado estadual, mas não se adaptou à vida política e renunciou ao mandato, retornando à carreira jurídica.

Em 1921, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde exerceu a advocacia e foi consultor jurídico do Lloyd Brasileiro.

Em 1931, foi chamado para integrar a Comissão Legislativa da 7ª Subcomissão de Direito Marítimo, ocasião em que redigiu os Livros II e III do projeto do Código Marítimo, obra de fôlego, tendo redigido também a obra Comentários ao Código de Processo Civil.

Retornando a Curitiba em 1932, foi nomeado como Procurador Geral do Estado e, no ano seguinte, como desembargador do então Tribunal de Apelação. No ano de 1937, ocupou a presidência do Tribunal Regional Eleitoral.

Em 1938 publicou sua obra Compêndio do Direito Marítimo, e no ano seguinte, 1939, elaborou o projeto do Código Brasileiro do Ar.

Além destas publicações no ramo do direito, foi autor de inúmeras obras literárias, tais como: Na Festa de Clóris (1913), O Crime do Hotel Biela (1915), Olavo Bilac (1919), Paranaguá e a República (1940), Romance de Amor do Poeta (1941), o Comando de Caxias na Guerra do Paraguai (1951), e outras.

Escreveu também inúmeras crônicas que ficaram espalhadas por diversos periódicos, usando vários pseudônimos, como: Clódio de Toledo,

Mnesarcho de Samos, Poty de Veniero e Santos Gomes.
Foi jurista da mais alta expressão e prestígio.
Faleceu no Rio de Janeiro, no dia 27 de outubro de 1941.

SEGUNDO FUNDADOR

Arthur Santos, nascido em Curitiba, Pr., no dia 7 de fevereiro de 1894, sendo filho de Claudino Ferreira dos Santos e Elvira Ferreira dos Santos. Formado em Direito pela Faculdade do Largo São Francisco, São Paulo, ingressou na carreira do Ministério Público em 1912, tendo mais tarde sido Curador de Menores e Chefe de Polícia do Paraná.

Elegeram-se deputado em 1934, cuja atividade ficou prejudicada pelo advento da ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas, quando então passou a exercer a advocacia.

Em 1947, uma vez restabelecida a democracia, foi eleito senador pelo Paraná. Neste cargo, teve ativa participação nos trabalhos parlamentares. Foi de sua autoria o projeto de lei que possibilitou a federalização da Universidade fundada em 1912 por Victor Ferreira do Amaral e Silva e outros. Por seu trabalho em prol desse objetivo, recebeu o título de Professor Benemérito da instituição.

Exerceu com entusiasmo o jornalismo, dirigindo o jornal Diário da Tarde, em cujo periódico publicou inflamados artigos contra a política dominante.

Foi advogado e em seguida um dos diretores do Banco do Brasil (Carteira de Crédito Geral) entre os anos de 1961 a 1964, na época em que ali também atuava nosso confrade Léo de Almeida Neves (Carteira de Crédito Agrícola), conforme dito por este em seu discurso de posse na Cadeira 26 desta Academia, cargo em que se aposentou.

Sua biografia foi focalizada pelo acadêmico Túlio Vargas, no livro O Tribuna da Liberdade, edição Torre de Papel, 2004.

Faleceu no Rio de Janeiro, em novembro de 1972.

TERCEIRO OCUPANTE

Túlio Vargas (Odilon T.V.), nasceu em Piraí do Sul, Pr., no dia 28 de junho de 1929, sendo filho de Rivadavia Vargas e Dalila Rolim Vargas, e bisneto do sertanista e político Telêmaco Borba.

Fez seus primeiros estudos em São Paulo e Curitiba, havendo, aqui, desenvolvido intensas atividades no meio estudantil. Foi presidente da União Paranaense dos Estudantes Secundários (UPES), tendo demonstrado, a partir de então, seu pendor para a política e sua capacidade de liderança. Ingressando na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, ocupou, durante todo o curso, cargos de destaque no Diretório Acadêmico Hugo Simas, desta escola.

Bacharelou-se em Direito no ano de 1954.

Teve brilhante atuação no jornalismo e na radiofonia, bem como nas áreas do esporte, sindicalismo e da política.

Formado em Direito, passou a residir na cidade de Maringá, Pr., na época em que ali se intensificavam em toda a região a colonização e o plantio de café. Logo, foi eleito presidente da então Associação dos Advogados da região. Enveredando na política, fundou neste município o Partido Democrata Cristão (PDC), pelo qual disputou com sucesso uma cadeira de deputado estadual, em 1961, reelegendo-se no ano de 1966. Na Assembleia Legislativa, portou-se sempre com retidão e brilhantismo, destacando-se entre seus pares.

Foi Secretário de Estado dos Negócios da Justiça, no governo de Jayme Canet Júnior, nomeado em 1974, e exerceu idêntico cargo nos governos de Ney Braga de Hosken de Novaes.

Ocupou a presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BNDES) e, em seguida, foi nomeado como Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas do Estado, em cujo cargo se aposentou.

A intensa atividade política que exerceu não o afastou de sua vocação para a literatura, principalmente no campo da historiografia, gênero em que se

especializou. Escreveu sobre vultos e acontecimentos históricos de nosso Estado, publicando várias obras, como: O Indomável Republicano, em que discorre sobre a vida e a saga de seu bisavô Telêmaco Barba, célebre sertanista, indianista e político dos sertões do Tibagi; A Última Viagem do Barão do Serro Azul, em que trata do drama e tragédia sofridos por este personagem durante e depois da entrada dos maragatos comandados por Gumercindo Saraiva em Curitiba por ocasião da chamada revolução federalista. Este livro, por sua primorosa narrativa e conteúdo histórico, deu margem ao filme O Preço da Paz. Produziu Túlio Vargas, na sua fertilidade de autor, outras tantas obras, como: Discursos parlamentares; Memórias do Lions Clube; Tempo de Secretaria; Senhor Senador; Senhor Ministro; Conselheiro Zacarias; Começo de um Novo Humanismo; O Tempo de Meu Pai; Juiz Integral (em parceria); Pé Vermelho; Sérgio de Castro (em parceria); O Maragato; O Tribuno da Liberdade; Porta Retratos; História Biográfica do Estado do Paraná (em parceria); Radiografia da Ética; e Laertes Munhoz – O Mestre Sublime.

Foi integrante do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, da Academia Sul Brasileira de Letras, e de outras tantas instituições culturais.

Como sócio fundador do Movimento Pró-Paraná, integrou a Comissão Internacional de instalação do Projeto Curitiba Capital Americana da Cultura.

Eleito em 1994, exerceu a presidência da Academia Paranaense de Letras com raro brilho e dinamismo tendo por esse motivo sido reeleito ao final de cada mandato pela unanimidade de votos de seus confrades.

Na sua profícua gestão, idealizou com os demais confrades, coordenou e promoveu a criação de 19 Academias de Letras pelo interior do Paraná, em cidades-chaves, começando pela Academia de Ponta Grossa (Campos Gerais), que foi fundada em 20 de março de 1999. Por seu empenho e trabalho em prol desta iniciativa, passou a ser chamado de Semeador da Cultura.

Túlio Vargas foi casado com Lylian Betty Tamplim Vargas, em feliz união que durou 48 anos, possuindo o casal os filhos Marco Túlio e Liliana, e cinco netos, um dos quais com seu nome. Na vida privada tanto quanto

na vida pública, foi exemplar cidadão e pai de família, como ressaltou sua esposa em pronunciamento póstumo publicado pela Revista desta Academia, volume 56.

Faleceu nesta Capital, no dia 27 de março de 2008, deixando, com sua morte, uma grande lacuna difícil de preencher no âmbito cultural de nosso Estado.

Com a apresentação destes dados relativos aos vultos históricos que me antecederam na Cadeira 23, encerro o meu discurso.

Faço-o renovando meus agradecimentos aos ilustres confrades e congreiras que me honraram sobremodo pela indicação e sufrágio para preenchimento da vaga.

Agradeço à Dra. Rogéria F. Dotti, digna presidente do Instituto dos Advogados do Paraná, pela fidalguia e gentileza da cessão deste espaço físico para a realização do presente ato de posse, e aos seus diligentes funcionários, pelo auxílio prestado.

Renovo, ao ensejo, meus agradecimentos e apreço ao caro confrade João Manuel Simões que me brindou com livros de sua autoria, em prosa, verso, pensamentos e ensaios, e com Revistas da Academia, após minha indicação, todos os quais têm sido para mim de enorme valia.

Agradeço aos confrades Eduardo Rocha Virmond e René Ariel Dotti pelas bondosas palavras de saudação que me dirigiram em seus discursos, mais um motivo de encorajamento para a importante missão que me é confiada nesta augusta Academia.

Por fim, agradeço a Deus por este momento inesperado e feliz de minha vida, e peço permissão aos nobres confrades e congreiras para

dedicar esta honraria à minha família – minha esposa Dirce, companheira de 54 anos de longa caminhada juntos e de muitas batalhas vividas, e aos nossos filhos Clèmerson, Christiane, Luiz Roberto e Luciane, todos eles motivo de orgulho e de vaidade para mim.

Obrigado a todos os presentes, que vieram engalanar e prestigiar este ato.



DISCURSO DE RECEPÇÃO AO ACADÊMICO
NEY DE FREITAS

Proferido pelo acadêmico
Albino de Brito Freire





Excelentíssimo Senhor Presidente desta Academia
Paranaense de Letras.
Autoridades já nomeadas.
Meus confrades e minhas confreriras.
Meus senhores e minhas senhoras.

A exemplo da Academia Brasileira de Letras, que, por sua vez, espelhou-se no secular modelo francês, nossa Agremiação é uma entidade cultural, cujos objetivos precípuos são: a preservação da língua, o culto do idioma e o estímulo ao conhecimento. A propósito, assim se referiu Antônio Penteado Mendonça, da Academia Paulista de Letras: “Imaginar que um acadêmico possa permanecer fechado, atrás de grossas paredes e cortinas pesadas, escondendo-se do sol e da vida que corre lá fora, é renegar as razões primeiras que levaram seus fundadores a criar a instituição. É trair a missão a que se comprometeram seus integrantes. É perder o bonde da história e se condenar à mediocridade, em vez de se consagrar não apenas como intelectual, mas, principalmente, como cidadão”.

Muito embora dedicada às letras, a Academia não é composta, necessariamente, apenas de literatos – como poderia parecer a observadores menos atentos.

Intelectuais de outras áreas do saber, como juristas, historiadores, cientistas e poetas – são muito importantes e bem-vindos na composição da Academia, para que se possa propiciar à sociedade uma visão com maior amplitude do conhecimento humano. Tal diversidade não é apenas benfazeja à Academia. É vital para a realização de seus objetivos.

Por todas essas razões, em datas como esta, reúnem-se os acadêmicos em assembleia solene, para dar posse ao novo confrade.

De fato, minhas senhoras e meus senhores, esta é uma memorável noite de júbilo e de festa, em que a Academia Paranaense de Letras se veste de gala e se congrega, neste magnífico ambiente da Ordem dos Advogados, para recepcionar, em suas fileiras, um jurista, escritor e poeta da mais nobre estirpe: Ney José de Freitas. Sua posse, hoje, consagra a tradição de honrar a Cadeira nº 7 com a eleição de destacadas figuras das letras jurídicas e das relevantes atividades no Magistério Superior e na Magistratura, tal como seu último ocupante, o saudoso Desembargador Marino Braga.

Ney José de Freitas, filho de José de Freitas e Francisca de Freitas, é natural de Curitiba, onde nasceu em 28 de julho 1953.

Fez o Curso Primário no Grupo Escolar Itacelina Bittencourt; o Curso Ginásial, no Ginásio Estadual Professor Neyton Ferreira da Costa e o Colegial, no Colégio Estadual Lamenha Lins.

Fez o Curso de Direito na PUC Paraná.

Tornou-se especialista em Direito Público pela PUC-SP, mestre em Direito pela PUC-PR e doutor em Direito pela UF-PR.

Iniciou o magistério superior depois de aprovado em 1.º lugar em concurso público para reger a cadeira de Direito Administrativo na PUC-PR.

Lecionou Direito Administrativo também na Faculdade de Direito de Curitiba, ao mesmo tempo que exerceu a advocacia, na condição de consultor jurídico da Federação do Comércio e de vários sindicatos filiados.

Na Magistratura do Trabalho, ingressou com aprovação em 1.º lugar em Concurso Público de Provas e Títulos. Exerceu o cargo de juiz

Presidente de Junta em Pato Branco, União da Vitória e Curitiba e, em 1996, por merecimento, foi promovido ao cargo de Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho, chegando, agora, à Presidência daquele Colegiado.

Recentemente, Ney José de Freitas foi eleito, por aclamação dos colegas de 24 Tribunais do Trabalho do país, para as honrosas e destacadas funções de Coordenador do Colégio de Presidentes e Corregedores da Justiça do Trabalho.

Como escritor, reúne produção científica de qualidade multidisciplinar, que vai desde a poesia, passando pelo direito administrativo, sindical e processual do trabalho.

No campo do Direito, tem diversas publicações, algumas delas exclusivas e outras em coautoria com outros juristas.

Tem o privilégio de transitar, como poucos o fizeram, tanto no Direito Privado como no Direito Público, conseguindo aliar, com indiscutível competência, o Direito Administrativo com o Direito do Trabalho à luz do Direito Constitucional.

Estreou na literatura com o livro de poesias “O Canto do sabiá e outros poemas”. Tempos depois, publicou outra obra na área da poesia, com o título “Pedaços de Vida”.

Foi agraciado com vários títulos honoríficos, destacando-se:

“Ordem do Mérito Judiciário no grau de Comendador” (pelo Tribunal Superior do Trabalho).

“Mérito Fernando Amaro”, em literatura, concedido pela Câmara Municipal de Curitiba.

É membro da Academia Nacional do Direito do Trabalho, com sede no Rio de Janeiro.

Membro efetivo do Centro de Letras do PR e do Instituto Histórico e Geográfico do PR.

Foi Diretor da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho, PR, no biênio 2006/07.

Como se vê, por onde passou, Ney José de Freitas desempenhou com brilho invulgar suas nobilíssimas funções e alcançou o apogeu de sua trajetória.

Para finalizar, duas palavras sobre a poesia de Ney Freitas.

Helena Kolody, nossa poetisa maior, assim se expressou sobre sua poesia:

“Achei notáveis seus minipoemas. Admirei as metáforas e o ressoar do sentido para além das palavras. Sentimentos, reflexões e lições de vida irradiam-se dos versos enxutos e essenciais. Notei a correção e a essencialidade da linguagem, bem como a variedade dos temas e eloquência das imagens. Existem conotações líricas, sondagens filosóficas, denúncias de injustiças sociais nos poemas.”

Túlio Vargas, nosso saudoso e inesquecível confrade, declarou:

“Nesse processo de revelação interior, instigante e lírico, o autor expõe sua autenticidade num jogo lúdico de rebuscamento estético. Há forte conotação filosófica nessa vertente de reflexões e metáforas, que se multiplicam ao sabor de uma linguagem espontânea e inspirada.”

A propósito do mesmo tema, nosso confrade Renê Doti, arrebatado pelo lirismo da instigante poesia de Ney Freitas, não contém sua emoção e assim se expressa:

“Qual é a força, qual é o mistério, qual é a magia que pode estimular o operador do direito a fazer poesia em meio aos conflitos humanos e sociais, que diariamente são postos em sua mesa e em sua consciência? Permite-se ao juiz as confissões próprias dos réus, das vítimas, das testemunhas e de outros participantes do processo? Tem ele a licença da inconfidência fora dos autos? A poesia de Ney José de Freitas, tecida com grande carga semântica, tem na forma a leveza do haicai, e na substância a comunhão entre o passado e o presente, através da leitura silenciosa, visual e mental a um só tempo.”

Conheci o Ney – faz alguns anos – quando ele era Diretor da Escola Judicial do TRT do PR, nesta Capital, e convidou-me para ministrar, para Juízes e Assessores, um Curso de Técnica de Elaboração de Ementas de Acórdãos. Em algumas oportunidades conversamos e trocamos impressões sobre arte e literatura e então tomei conhecimento de suas virtudes de poeta. Presenteou-me com alguns livros de sua autoria, cuja leitura despertou em mim grande admiração por esse intelectual de alma sensível e dono de admirável nobreza de espírito. Desde então, venho acompanhando, com alegria, sua carreira vitoriosa no âmbito do Poder Judiciário e fora dele.

Senhoras e Senhores. Trago-lhes esses fatos para que, assim, possam entender melhor o porquê de ter sido eu escolhido para recepcionar Ney de Freitas, para ser o seu padrinho, nesta oportunidade, papel que ora exerço com a maior alegria e orgulho.

Ouvi ou li, em algum lugar, que só é possível poetar quando se está repleto de Deus. Somente quando a alma do poeta está transbordando de inspiração divina, só então, levitando, em pleno êxtase, entre o céu e a terra, é ele capaz de celebrar o milagre do poema, é ele capaz de produzir a “santa faísca” da poesia!

Obstinado como o mineiro no garimpo, à busca de preciosidades poéticas; ourives perfeccionista de suas unidades rítmicas singelas e ao mesmo tempo sublimes, Ney de Freitas arrebatava o leitor e chega a emocioná-lo com sua lira breve e, ao mesmo tempo, plena de maviosa musicalidade (*ut musica, poesis, ou seja, a poesia é como a música*). Efetivamente, as imagens e a sonoridade de seus versos encantam por sua leveza e harmonia.

O amor pela poesia e pela música (A propósito, Ney é exímio tocador de cavaquinho) – duas artes que se entrelaçam e se completam – esse amor demonstra seu grande interesse pela humanidade.

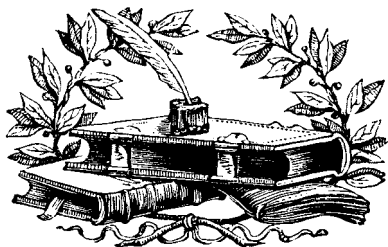
Esse, meus senhores e minhas senhoras, meus confrades e minhas congreiras, esse o perfil do novo acadêmico que vem de enriquecer nossa Academia de Letras com o brilho de sua inteligência e a riqueza de sua experiência existencial.

Seja, pois, bem-vindo, Ney José de Freitas, ao nosso convívio.
É uma honra tê-lo como membro desta Academia!

Tenho dito.



DISCURSO DE POSSE NEY JOSÉ DE FREITAS



Senhor Presidente,
Confrades, Confreiras, Convidados, Senhoras e Senhores:

*De todas as coisas humanas,
a única que tem o fim em si
mesma é a arte.*

O primeiro presidente da Academia Brasileira de Letras abriu a sessão inaugural, em 20 de julho de 1897, com um discurso de dois parágrafos. Desculpem, não sou Machado; tomei-lhe emprestada a epígrafe e dos senhores tomarei o tempo de uns parágrafos a mais.

Procurei Machado de Assis porque nos momentos importantes da via – e este é um momento ímpar para mim – é nas coisas boas, que devemos nos referenciar. “Bom”, de acordo com um estudo feito pela Academia, é o adjetivo mais utilizado nas obras de Machado de Assis: 221 vezes. O substantivo “Arte” não está entre os mais mencionados, porém o adjetivo “Belo”, a que Machado recorreu 72 vezes, pode provisoriamente substituí-lo.

Nesta noite, a toga que me acompanha na magistratura recepciona com alegria a pelerine verde e dourada da Academia Paranaense de Letras. Ambas são vestes simbólicas, que reafirmam fundamentos da vida em sociedade.

A toga negra encarna a severidade da Justiça e do Direito. A capa verde, bordada em dourado, reafirma a centralidade da arte em nossas vidas. Não há civilização sem arte, e a arte mais duradoura foi produzida pelas civilizações mais brilhantes – e a elas sobreviveu.

Existe vida sem arte. Mas não humanidade.

Nossa arte é aquela que nomeia e descreve – a arte da palavra.

Talvez esta coincidência explique o fato de que muitos dos que portam a pelerine também possuam, em seus armários, a capa negra da magistratura, ou da advocacia.

A Academia é uma casa de pessoas que ao longo da vida produziram arte – mas principalmente amaram-na. Sem exceção, temos aqui autores que obsessivamente procuram pelo melhor uso de cada frase, e experimentam cotidianamente o prazer estético que esse exercício é capaz de transmitir. Quem o prova, invariavelmente com ele se compromete. É por isso que a casa que guarda as letras abriga também a memória.

Somente na memória, na cultura e na arte resistimos. O Paraná, nossa terra, permanecerá, com a memória que registramos, as letras que cultivamos, o sotaque que guardamos apesar das críticas, a arte que escrevemos. O Paraná se afirma na galeria de patronos da Academia, de Antonio Vieira dos Santos, Pai da História paranaense, da cadeira 1, até Cícero França, o poeta de vida curta e alma eterna, da 40. De Rocha Pombo, autor de célebre compêndio histórico do Brasil, até o dramaturgo e poeta Generoso Borges.

Não é possível mensurar a extensão e a intensidade da honra de ser recepcionado com as palavras generosas de boas-vindas deste ilustre homem das letras, Albino de Brito Freire, cuja saudação entenece o meu espírito. Há alguns meses convivo com esse sentimento de acolhida e de severa responsabilidade: desde que me concederam a guarda da cadeira número 7, cujo patrono é Bento Fernandes de Barros, Juiz de Menores, Deputado Provincial, Procurador de Justiça e Desembargador. Suas obras sobre a questão dos limites entre Paraná e Santa Catarina são fundantes e essenciais para a identidade político-geográfica deste Estado.

O fundador da Cadeira número 7, o curitibano Pamphilo d'Assumpção, foi advogado e professor. Participou do nascimento de praticamente todas as instituições jurídico-acadêmicas do Paraná – a

Universidade Federal, o Instituto dos Advogados, o Centro de Letras e a Seccional Paranaense da OAB. Foi crítico literário na imprensa curitibana. Austero e desapegado, apesar do prestígio da banca advocatícia da qual era titular, atuava voluntariamente em favor dos desvalidos, sem cobrar honorários.

Oscar Martins Gomes, primeiro ocupante, retratou eventos da história paranaense com vigor épico que nenhum outro poeta alcançou. Um erudito que se aproximou da cultura popular. Como folclorista, produziu, em 1965, um ensaio pendular sobre o Carnaval Carioca, de tal repercussão que lhe rendeu a Cidadania Honorária do Rio de Janeiro.

Agradeço aos acadêmicos não somente o acolhimento que me honra, mas também a designação que me entenece: essa cadeira número 7, cercada de espíritos com os quais minha alma tem sincera afinidade. Em que lugar poderia me sentir mais confortável que naquele que foi guardado pelo saudoso Marino Braga, Advogado, juiz, desembargador, professor de Direito, que se dedicou à literatura jurídica e à narrativa de costumes.

Não será somente feliz coincidência, mas sim o destino que me traz precisamente a esta Cadeira tão enraizada no Direito e na cultura popular.

Acabei de chegar, mas já me sinto em casa na Academia Paranaense de Letras, onde escritores e leitores de três gerações convivem e modelam a identidade plural que é síntese do paranismo – um caleidoscópio humanista. Aqui residem a prova ficcional do romance e do conto; o cronismo e o periodismo; o relato histórico com roupagem narrativa contemporânea e a poesia. Aqui está o pensamento filosófico, jurídico, social, político, antropológico, científico.

No centro desse círculo, tão aberto à nossa sociedade, lampeja a base identitária do povo multicultural do Paraná.

O Paraná, também, se faz de homens e livros. Não seríamos o que somos sem eles. O Paraná não seria o que é, sem a sua Academia de Letras.

E o que é o Paraná? Quais são suas letras?

Muitos.

E muitas.

São muitos Paranás, sobrepostos, entrelaçados, amalgamados. Caingangos, guaranis, xetás. Poloneses, ucranianos, italianos, alemães, árabes, portugueses, espanhóis. Paulistas, gaúchos, catarinenses. Agricultores, industriais, comerciantes, viajantes, estudantes, servidores públicos.

Esse povo múltiplo, mas único, maneja a palavra e produz relevância única, porém múltipla. As Letras do Paraná são História, Dramaturgia, Sociologia, Antropologia. São letras jurídicas, Filosofia, Jornalismo e tudo mais que expressa o pensamento dos paranaenses. Todo esse acervo precisa ser lido e vivido pelos que amam esse território peculiar do Sul do Brasil.

Quando idealizaram a Academia Brasileira de Letras, no fim do Século XIX, os intelectuais que a iniciaram encontravam-se inspirados pela Academia Francesa, instituída por Richelieu para cultivar e cultuar o idioma francês. Formaram uma instituição semelhante para acentuar a diferença. Buscavam reafirmar a identidade brasileira. Do mesmo modo, em 1936, nossos predecessores fundaram uma academia análoga, para salvaguardar, na identidade brasileira, o jeito paranaense.

A Academia Paranaense de Letras é um quartel da democracia e da cultura, que todos merecemos desfrutar. O Paraná precisa dela. Precisa vê-la a caminhar pela Rua das Flores, sentar-se para o café no calçadão de Londrina, cantar e ser cantada nos saraus da Sociedade 13 de Maio, flutuar nos labirintos da Baía de Paranaguá, mirar o horizonte das escarpas dos Campos Gerais, participar da formação da cidadania dessa gente que a ela tanto deve.

Este conjunto de homens e livros é referência nos momentos difíceis, quando precisamos lembrar os valores, as coisas permanentes, os fatos que nos dão consistência cultural. E é um dínamo dos momentos

criativos, quando a prosperidade e a esperança varrem o Paraná e o projetam.

Na fartura e na contingência; na resistência e na oportunidade, estes homens e mulheres têm uma missão importante para o Paraná. Extrapolam a máxima machadiana: - De todas as coisas humanas, a única que tem o fim em si mesma é a arte, porém a arte da Academia, a palavra, além de arte, é insumo da nossa história e do nosso destino. Sua finalidade é ajudar a definir os caminhos da cultura dos pinheirais.

Comovido, quero me render à generosidade da presença neste ato dos magistrados, membros do Ministério Público, advogados, servidores da Justiça e tantos outros amigos. A presença de cada um me envaidece, testemunhando meu propósito de honrar o pertencimento a esta instituição.

Na hora de concluir, quero o que é um imperativo, necessário, quero realizar os registros de natureza pessoal e familiar, porque a posse, este momento, nesta Academia, não me pertence, “apenas a mim”, ela deve ser partilhada.

Eu quero, então, neste momento de extrema importância para a minha alma, fazer a partilha.

Partilho, em primeiro lugar, a honra de pertencer a esta Academia com Rose, a minha “Sa”. A mulher que me acompanha há mais de 25 anos. Com ela tenho experimentado a extraordinária possibilidade de viver. É com ela que divido as minhas angústias, as minhas ansiedades, mais as minhas alegrias e aquilo que a vida tem me proporcionado. Porque ela também deu-me a possibilidade da experiência extraordinária da paternidade. Da paternidade de Elise e Leonardo: os mais belos poemas que consegui produzir, o que são na verdade estes verdadeiros *haikais*, que nasceram do meu sangue e do sangue de Rose, a minha “Sa”.

Quero também partilhar, que é meu dever, como único irmão, aquele que sabe exatamente o que penso e o que sinto quando falamos das coisas da nossa vida: o Carlos. Irmão querido, irmão que Deus me

concedeu e que não podia ser melhor. É ele o meu companheiro há muitos anos. Com ele que recorde, recordamos sempre do nosso tempo em que convivíamos.

Éramos quatro.

Éramos, dois nossos que já se foram...

João Carlos e eu.

E agora João Carlos ampliado. Ampliado neste querido sobrinho, que é Carlos Eduardo, o único sobrinho que tenho pelo lado da minha família. E agora, também ampliado ainda em Márcia, sua companheira e minha querida cunhada.

Do lado da minha outra família, que é a minha família japonesa, meu cunhado *Kotashi*, irmão mais velho, aquele que centraliza, aquele que integra toda a família, porque é assim na cultura japonesa.

A eles, a esses meus queridos, é que lanço, neste momento, meu olhar amoroso, meu olhar carinhoso, meu olhar de agradecimento por tudo aquilo que tem realizado, que tem me proporcionado a possibilidade de atingir objetivos a que me propus nesta vida.

Mas tudo, tudo, tudo começou com José e Francisca.

Sem eles, nada teria acontecido!

Sem eles, nada disto seria possível!

Meu pai, um homem pobre de berço mas não de honra, que soube transmitir a João Carlos e a mim valores de dignidade, valores de trabalho, valores de amorosidade.

E era simples; era guarda civil do Estado do Paraná, mas que deixou em nós um profundo sentimento de reconhecimento por tudo aquilo, por suas dificuldades, por suas lutas. Com o seu sofrimento, deu-nos o caminho de honra e dignidade.

E a Francisca, mulher simples, que não tinha instrução, que não frequentou escola, mas que tinha uma sabedoria extraordinária. Que tinha a sabedoria dos simples, que tinha a sabedoria daqueles que tem a consciência tranquila. Ela foi, ela sempre será o centro da

nossa vida, porque dela que recebemos o ensinamento para suportar as dificuldades.

A presença deles, de José e Francisca, só pode ser entendida neste momento por José Carlos. Só ele sabe do que estou falando, embora todos quantos aqui estão tenham participado da vida desta extraordinária mulher.

É o tempo então em que homenageio os meus queridos para também atender um dever de consciência, quero homenagear os meus amigos na pessoa de alguém que conviveu, de alguém que conviveu com a nossa *Francisquinha*, que é a Miriam, que está aqui.

Amiga de tantos anos, conviveu junto comigo e que pôde aproveitar a experiência e a sabedoria e a bondade de nossa Francisquinha. Em nome dela eu homenageio todos os meus amigos que me honram com a presença neste momento. E que sejamos todos felizes.





DISCURSO DE RECEPÇÃO A ACADÊMICA
CECÍLIA MARIA VIEIRA HELM

Proferido pelo acadêmico
Carlos Roberto Antunes dos Santos



Numa recente leitura na obra *Palestras & Ensaios Sobre os Autores de Língua Portuguesa*, do nosso Confrade João Manuel Simões, considerei muito feliz a sua síntese sobre as duas faces desta moeda de ouro chamado Jorge Amado: Simões vê em Amado dois modos e dois tempos distintos: uma primeira forma está configurada no escritor comprometido, engajado. Aí Amado revela certa visão de mundo, uma determinada cosmovisão crítica da sociedade, um engajamento político, não importando aqui se certo ou errado, se verdadeiro ou falso. Um segundo modo liricamente lírico, onde o poético explode e o humanismo assume a sua condição integral. São modos que à primeira vista podem ser considerados como tese e antítese, mas que na verdade, como crava João Manuel Simões, se complementam e se completam, em duas vertentes onde o telúrico e o humano se interpenetram, e assumem uma dimensão integral, ecumênica.

Nesse sentido, o convite que me foi feito para proferir esta saudação à nossa nova Confreira Profa. Dra. Cecília Maria Vieira Helm considera as premissas do telúrico e do humano já postas, e adiciona-se aí uma terceira forma, aquela do cientista social, que vivencia um universo de elaboração sistemática do conhecimento, que é o alicerce de todo o progresso científico. Desta terceira forma emerge a responsabilidade do pesquisador cujo primeiro dever é para com a verdade, pois será um compromisso com a ciência e não a serviço de interesses particulares. Nesse sentido, a consciência dos próprios limites é um ato de sabedoria do pesquisador, que deve ser cultivada metódica e exaustivamente durante todo o seu trabalho. Entretanto, a ideia de que a ciência deve reger-se sempre pela razão, enquanto o viver em sociedade rege-se pela paixão, é

uma dicotomia preconceituosa. Como se o pesquisador abandonasse sua condição humana ao empreender o seu trabalho. Todavia, ainda aqui, surge uma nova responsabilidade do cientista: controlar a paixão e a subjetividade e colocar em teste até mesmo aquilo que parece evidente, exatamente porque pode parecer e não ser.

Tudo isso para dizer que as premissas, as cores e matizes que dão vida ao trabalho de um cientista social estão plenas de telúrico, de humano e do obrigatório compromisso com a pesquisa científica. Portanto, é dentro deste quadro de vida que se inscreve a trajetória acadêmica da Profa. Cecília Helm, da qual vou me ocupar nos pontos principais, pois a Profa. Cecília Helm é portadora de uma formação acadêmica repleta de titulações:

Graduação em Ciências Sociais, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná; Realizou o Curso de Especialização em Antropologia Social, em Etnologia Indígena, na UFRJ, sob a coordenação do antropólogo Dr. Roberto Cardoso de Oliveira (um dos maiores nomes da Antropologia no Brasil e exterior). A monografia aí elaborada teve como título: *Os Kaingang do Paraná: estudo de relações interétnicas*. Desta forma cada vez mais se pronunciava o interesse acadêmico da Profa. Cecília com os estudos sobre as populações indígenas.

Participou ainda como auxiliar de pesquisa sobre os índios Tukuna do Alto Solimões, Amazônia, em projeto de responsabilidade do Dr. Roberto Cardoso de Oliveira; realizou Pós-doutorado no Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social na Cidade do México, na linha da Antropologia Política, com o apoio da CAPES, aí desenvolvendo o projeto de pesquisa: *“Relações de poder e identidade étnica entre os Kaingang do Sul do Brasil”*.

Em 1963 foi Contratada pela UFPR para exercer o cargo de Instrutor de Ensino Superior da Cátedra de Antropologia, através de solicitação do eminente Prof. Dr. José Loureiro Fernandes, um dos papas da Antropologia brasileira. Em 1974 realizou a sua Livre-docência,

defendendo a tese: *“A integração do índio na estrutura agrária do Paraná, o caso Kaingang”*. Em 1977, através de concurso público, se tornou Professor Titular em Antropologia da Universidade Federal do Paraná, com a tese: *“O índio camponês assalariado em Londrina: relações de trabalho e identidade étnica”*.

Ao longo de sua brilhante trajetória acadêmica, obteve o apoio de diversas instituições através de bolsas e auxílio, junto à UFPR, UFRJ, UFSC, CAPES e principalmente do CNPq com a concorrida Bolsa de produtividade em pesquisa, de 1977 a 2009.

Exerceu importantes cargos, além dos já citados, como Chefe do Departamento de Antropologia da UFPR, de 1967 a 1973; Professora e Coordenadora do Curso de Especialização em Antropologia Social da UFPR, de 1973 a 1979; Professora Visitante do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, apoio CNPq, Florianópolis, 1980 a 1983, e Professora Associada do mesmo Programa de Pós-Graduação associada a Projeto integrado de pesquisa: *“A implantação de usinas hidrelétricas no Sul do Brasil e os indígenas”*. Foi ainda Coordenadora e chefe do Patrimônio Cultural da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná na gestão do Governo José Richa, de 1983 a 1985, foi membro do Conselho Estadual do Patrimônio Artístico e Cultural da Secretaria de Cultura do Estado do Paraná, de 1982 a 1984 e membro do Conselho Estadual de Cultura, a convite do Dr. René Ariel Dotti, então Secretário de Estado da Cultura. E com muita honra para mim, exerceu durante a minha gestão como reitor da UFPR, o cargo de Diretora do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal do Paraná, em Paranaguá.

Foi ainda membro da Associação Latinoamericana de Antropologia, sendo Vice-Diretora desta entidade, representando o Brasil na diretoria da mesma; exerceu cargo na diretoria da ABA; participou da organização de importantes reuniões científicas no âmbito da UFPR e junto à comunidade de antropólogos no Brasil; e desenvolveu e

desenvolve pesquisas entre os grupos indígenas Kaingang, nos Estados do Paraná, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com o apoio CNPq; realizou estudos e pesquisas sobre **A Implantação de Usinas Hidrelétricas em terras indígenas no Sul do Brasil**, com o apoio, da Secretaria do Meio Ambiente do Governo do Estado do Paraná; bem como realizou pesquisas sobre **As Usinas Hidrelétricas na Bacia do Rio Tibagi e os Povos Indígenas, Guarani, Kaingang e Xetá**, com o apoio COPEL; realizou pesquisas sobre a **Usina Mauá no Rio Tibagi**, com o apoio do LACTEC, UFPR. Publicou trabalhos sobre a constituição do Patrimônio Histórico e Cultural no litoral do Paraná, com o apoio da Secretaria de Estado da Cultura; e ainda produziu pesquisa para a elaboração do **Laudo pericial antropológico em Manguinhos, Paraná**, com o apoio da FUNAI e por solicitação do Ministério Público Federal. E em sua incansável preocupação com as populações indígenas, realizou pesquisas para a elaboração do **Laudo antropológico sobre os Povos Indígenas Kaingang e Guarani da Bacia do Rio Tibagi**, com o apoio da COPEL, bem como a elaboração de documento: **Relatório antropológico sobre a Demarcação da Terra Indígena Boa Vista, Paraná**, com o apoio da FUNAI. Como expressão de todo este belo acervo, a Profa. Cecília tem inúmeras publicações no Brasil e no exterior, como livros, coletâneas de textos, relatórios de pesquisas e laudos antropológicos sobre a demarcação das terras indígenas.

No momento atual, a Profa. Cecília dedica-se às Pesquisas na Biblioteca Pública do Paraná, na Biblioteca da Faculdade de Direito da UFPR, na sede da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná, e nos Arquivos do DOPS localizado no Arquivo Público do Paraná, para a elaboração do livro sobre a história do seu pai, livro intitulado : **“De José Rodrigues Vieira Netto: vida e obra”**, com o apoio da OAB, Seccional do PR, Instituição da qual o Prof. Vieira Neto foi um dos seus presidentes.

No conjunto da grande produção acadêmica da Profa. Cecília gostaria de destacar o livro **Memória da Antropologia no sul do Brasil**

do qual é uma das autoras. Nessa obra, são evidenciados os méritos e as qualidades do prof. José Loureiro Fernandes que além de ilustre professor e fundador da cátedra de Antropologia na Universidade do Paraná, considerado um excepcional antropólogo e líder de pesquisa no sul do Brasil, tendo ministrado cursos na França e a seu convite vários mestres estrangeiros vieram ministrar cursos na então Universidade do Paraná; criou o CEPA - Centro de Estudos e Pesquisas Antropológicas; organizou o MAE - Museu de Arqueologia e Etnologia, localizado em Paranaguá, e dirigiu o Museu Paranaense, entre outras atividades. Ainda na presente obra, a Profa. Cecília faz constar que em relação aos seus próprios estudos sobre as sociedades indígenas, inicialmente preocupava-se com as relações de contato entre índios e não-índios, com os frequentes conflitos e a espoliação das terras indígenas. Como resultado escreveu duas teses: de livre-docente e Prof. Titular, que trataram sobre os caingangues, e que o primeiro censo dos caingangues no Paraná foi por ela realizado. No âmbito destes estudos, treinou diversos alunos em pesquisa de campo por valorizar essa experiência. Daí que se sente realizada e feliz por ter se dedicado à Antropologia Social e à Universidade do Paraná fazendo destes espaços uma história de vida. E até hoje não abre mão de estar em contato com os seus colegas antropólogos trocando experiências e informações, mas acima de tudo, não abre mão de estar em permanentes estudos e contatos com os povos indígenas. Em suas experiências, a Profa. Cecília tem plenas convicções de que esta cooperação proporcionou a compreensão de que os povos indígenas são guardiões não somente de um profundo sentimento de harmonia com a natureza, mas exprimem culturalmente uma visão holística da relação do homem com o ambiente. Daí a compreensão da importância da diversidade cultural e linguística, a defesa das etnias, bem como das questões associadas ao Clima, ao alimento, ao saber tradicional indígena, à importância de salvaguardar a agro-biodiversidade e a valorização da memória, numa Santa Aliança composta pela tríade **memória, tradição e identidade**.

Ao encerrar esta apresentação em nome de uma permanente simbiose do telúrico e do humano com a atividade científica, alimentado por esta força que moveu e move toda uma vida acadêmica em nome das sociedades indígenas, dou asas à imaginação a partir da bela letra da música do Caetano Veloso sobre o índio que trará amor, coragem, força e paz e que certamente virá fazer uma transformação astral da terra para dar início a uma Nova Era de Paz. Mas qual índio? e Caetano responde:

Um índio preservado em pleno corpo físico
 Em todo sólido, todo gás e todo líquido
 Em átomos, palavras, alma, cor, em gesto e cheiro
 Em sombra, em luz, em som magnífico
 E o compositor vai mais adiante
 Num ponto equidistante entre o Atlântico e o Pacífico
 Do objeto, sim, resplandecente descera o índio
 E as coisas que eu sei que ele dirá, fará, não sei dizer
 Assim, de um modo explícito
 E assim encerra
 E aquilo que nesse momento se revelará aos povos
 Surpreenderá a todos, não por ser exótico
 Mas pelo fato de poder ter sempre estado oculto
 Quando terá sido o óbvio

Quando terá sido o óbvio...

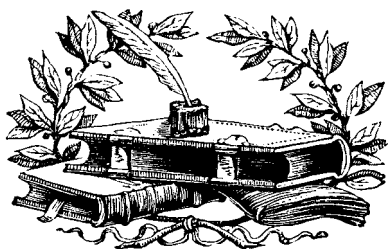
Um óbvio que a Profa. Cecília sempre teve em seu horizonte, como bandeira de luta e resistência em defesa das populações indígenas.

Profa. Dra. Cecília Vieira Helm, a APL se engalana para recebê-la: seja muito bem vinda.



DISCURSO DE POSSE

CECÍLIA MARIA VIEIRA HELM



Ilmo. Presidente da Academia Paranaense de Letras,
 Dr. Eduardo Rocha Virmond
 Ilmo. Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná,
 Dr. José Lucio Glomb
 Meus caros confrades e confreiras
 Senhoras e senhores

*“O desafio de pertencer à Academia Paranaense de Letras
 e dar contribuições”*

Cecília Maria Vieira Helm¹

Introdução

Sinto-me honrada por estar na Academia Paranaense de Letras, ocupando a Cadeira nº 39. Recebi expressiva votação, apoiada pelos ilustres confrades e confreiras que pertencem a esta Academia. Sou mais um membro que passa a fazer parte e atuar nesta tradicional instituição, voltada para as atividades científicas, artísticas, literárias, os saberes locais e à produção do conhecimento universal. Entendo que a solenidade da posse é um evento importante para o acadêmico recentemente eleito.

¹ Cecília Maria Vieira Helm é Professora titular aposentada da UFPR; Membro da Academia Paranaense de Letras; bolsista de produtividade em pesquisa científica do CNPq, 1977-2009; Membro do corpo docente do PPGAS/UFPR, 1973-2010; Membro da Associação Brasileira de Antropologia; pertenceu à Coordenação de Assuntos Indígenas, ao Conselho Científico e à Diretoria da ABA, 1992- 1994 e à Diretoria da Associação Latinoamericana de Antropologia na qualidade de vice-presidente.

A Academia Paranaense de Letras foi fundada, em Curitiba, em 26 de setembro de 1936, de acordo com os dados históricos elaborados pelos seus membros e se encontram na Revista da Academia publicada em 2001.

Em 1936, realizou-se no Rio de Janeiro um Congresso de Academias de Letras e Sociedades Literárias. O Centro de Letras do Paraná, fundado em 1912, por Euclides Bandeira e Emiliano Perneta foi representado, no evento, por Silveira Neto e Leôncio Correia. Aberto a todas as manifestações artísticas era presidido por Ulysses Falcão Vieira, meu avô paterno, intelectual dinâmico, de personalidade forte, advogado e professor que tinha boas relações nos meios culturais e políticos. Havia estudado Direito na Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. Passou a receber cartas e ofícios dos membros da Academia Carioca de Letras, para que organizasse, no Paraná, uma entidade semelhante a do Rio de Janeiro que representasse o pensamento político no Estado com a finalidade de projetar valores culturais da terra. Sentiu-se estimulado para organizar a Academia. Contou com o apoio de escritores e intelectuais. A Academia Paranaense de Letras por iniciativa desse personagem de espírito empreendedor e seu primeiro Presidente seguiu o modelo da Academia Carioca de Letras, por sua vez, inspirada na Academia Francesa. Muitos cidadãos notáveis deram contribuições para a preservação do nosso patrimônio histórico, cultural, artístico, arquitetônico, paisagístico. Introduziram novas maneiras de pensar, de interpretar as Culturas, a História, como campos importantes do saber, de produzir pesquisas de qualidade nas diversas áreas do conhecimento científico, artístico e tecnológico.

As sociedades recebem novas contribuições, devido às distintas formas de criar, de produzir conhecimento dos seres humanos. A cultura é dinâmica e deve ser tratada em processo. Em cidades, no meio rural, entre sertanejos, ribeirinhos, indígenas, camponeses, quilombolas os diversos grupos humanos interagem. Há distintas tradições culturais e linguísticas. Os meios de comunicação em dias de hoje atuam de forma rápida na difusão da cultura, das notícias que devem ser tratadas de forma crítica. Uma sociedade democrática se caracteriza pelo livre

acesso à educação de qualidade. A liberdade de imprensa, as distintas maneiras de pensar, de produzir conhecimento científico, de elaborar obras literárias e artísticas necessitam ser respeitadas. As inovações tecnológicas modificam o comportamento dos homens.

Na História, na Literatura, na Antropologia, nas Artes, na Música, na Linguística, no Direito, na Medicina, na Medicina Veterinária, na Economia, na Biologia, na Administração de Empresas, no Jornalismo, na Matemática, na Arquitetura, nas distintas áreas da produção acadêmica e literária os membros da Academia têm se destacado, pela vontade de preservar as tradições culturais e o desafio de contribuir com os seus saberes e práticas, para a transformação das sociedades.

Aprendemos a admirar os saudosos membros que nos legaram suas cadeiras e seus nomes, suas idéias, suas obras literárias, artísticas e científicas. Devemos dar continuidade ao trabalho que realizaram com amor às Letras, à História, aos diversos campos do saber.

Síntese histórica da Cadeira nº 39.

O patrono da Cadeira nº 39 que passei a ocupar, Aristides França, nasceu em Curitiba, em 1879. Era dotado de grande sensibilidade, de temperamento retraído, costumava publicar seus sonetos acompanhados de pseudônimo. Na opinião de seus críticos a sua produção tinha valor literário.

O fundador da Cadeira nº 39, José Cadilhe, nascido em 1881, em Antonina, era excelente poeta, ficou mais conhecido como dramaturgo. Dedicou-se ao teatro, sua grande paixão. Escreveu mais de 50 peças com sucesso.

O 1º ocupante da Cadeira nº 39 foi Mansur Guérios. Professor Catedrático de Direito, escritor, um dos fundadores do Círculo de Estudos Bandeirantes. Escreveu *Mosaicos Marianos*, registrando sua fé cristã.

O 2º ocupante, Rosário Mansur Guérios, nasceu em Curitiba, em 1907. Foi um respeitado filólogo. Conhecia várias línguas. Estudou lingüística. Foi professor em instituições de ensino médio e superior. Era Professor Catedrático de Língua Portuguesa da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná e assistente de Lingüística no Museu Paranaense. José Loureiro Fernandes, antropólogo conviveu com Mansur Guérios no Museu. Entre os seus inúmeros trabalhos deixou **Estudos sobre a Língua Caingangue** (1942), resultado de suas pesquisas entre os índios Kaingang. Consultei seus textos, quando iniciei minhas pesquisas entre os grupos Kaingang localizados no Estado de São Paulo e Sul do Brasil, na década de sessenta. Seu trabalho sobre os Kaingang é respeitado e tem servido para orientar estudiosos da língua Kaingang.

Era membro da Academia Brasileira de Filologia, do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, do Círculo de Estudos Bandeirantes, revisor das nossas Constituições de 1947 e de 1967. Recebeu, em 1979, o título de Professor Emérito da Universidade Federal do Paraná.

O 3º ocupante da Cadeira nº 39 foi Francisco Filipak. Nasceu em Araucária, Paraná em 1924. Era formado em Filosofia pela UNISINOS/RS e em Letras pela PUC/PR. Professor titular de Lingüística, Teoria Literária, ministrou aulas, palestras em várias faculdades no interior do Paraná. Foi cidadão honorário de União da Vitória. Escreveu várias obras: Teoria da Metáfora, Fundamentos da Linguagem Figurada, Dicionário sócio-lingüístico Paranaense, Curitiba e suas variantes toponímicas. Também contribuiu para o conhecimento das línguas das etnias indígenas localizadas no Sul do Brasil. Membro da Academia Internacional de Lexicografia de Divinópolis, do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná e do Centro de Letras do Paraná, do Círculo de Estudos Bandeirantes do Paraná. Deu grande contribuição à Lingüística e à Filologia.

Recentemente, perdemos dois Presidentes, Túlio Vargas e José Carlos Veiga Lopes, que exerceram seus cargos com dignidade.

Uma antropóloga na Academia Paranaense de Letras

Ingressar na APL com uma experiência de vida marcada pelas atividades acadêmicas, pela participação em Curso de Especialização em Antropologia Social, no Museu Nacional da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, de 1962 a 1963, coordenado pelo Prof. Dr. Roberto Cardoso de Oliveira, atuar como assistente de pesquisa de campo no Alto Solimões, na Amazônia, entre os índios Tukuna, observar uma sociedade organizada no sistema clânico, registrar em diário de campo a sua organização social, dentro de um sistema de metades, com totens, inserida em aldeias localizadas nas margens de igarapés, no rio Solimões, foi o primeiro desafio de tantos que enfrentei e me deram satisfação e vontade de prosseguir me renovando, numa busca constante de conhecer *o outro*, sua cultura, sua produção artística, seus valores, seu sistema de crenças, sua organização social e política, seu parentesco, sua maneira de organizar a produção doméstica.

Ser aceita pela Academia Paranaense de Letras, passar por este ritual significa mais uma etapa a ser vencida. Ao programar estudar os Kaingang² precisava ser aceita pelo grupo com o qual iria trabalhar. Passei pelo ritual da nomeação, importante traço da cultura Kaingang. Recebi um nome que me foi dado por uma velha índia no Posto Indígena Cacique Gregório Kaekcho. Fui pintada com as marcas em carvão que eram do ancestral do qual herdei o nome em Kaingang e admitida como uma pessoa que tem interesse em conhecer a sociedade Kaingang, suas tradições, seu sistema de crenças, sua organização social. Passei a admirar os Kaingang e a ser olhada como alguém que respeita a sua cultura, o seu modo de ser.

A presença de uma antropóloga social, mais precisamente, de uma especialista em Etnologia Indígena deve causar alguma curiosidade

2 Os Kaingang são Jê, grupo étnico numeroso que fala a língua Kaingang e habita em terras indígenas situadas nos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

entre os senhores. Que faz uma antropóloga? Qual a sua formação? O trabalho do antropólogo (a) em que consiste? Antropólogos escreveram sobre o fazer antropológico. Geertz denominou um de seus livros: **O antropólogo como autor** (1989). Chama *descrição densa* à produção de uma obra sobre determinado povo, grupo social, etnia indígena em que o etnógrafo descreve, em profundidade, a vida do grupo, investiga e interpreta a sua cultura, sua maneira de se relacionar com a natureza, de criar as redes sociais, de interagir com outras sociedades e grupos sociais distintos. Sociedades diferentes têm culturas distintas. No Brasil, há mais de 200 etnias indígenas que falam diferentes línguas.

Carnavais, malandros e heróis, livro elaborado pelo brilhante Roberto DaMatta, nos informa sobre temas que fazem parte da Cultura Brasileira, qual o significado do carnaval para o brasileiro, interpreta o comportamento dos malandros, dos heróis. Em outra obra, **O que é o Brasil?** (2004) nos faz pensar sobre o que é o Brasil, a identidade brasileira como se constrói? Trabalha com a identidade brasileira a partir dos aspectos mais populares e conhecidos de nossa sociedade. Trata sobre os assuntos: comida, carnaval, religião, vida doméstica, racismo. Suas idéias são polêmicas e estimulam o debate.

Roque de Barros Laraia escreveu um importante livro sobre O conceito antropológico de cultura. Obra em que analisa os conceitos de cultura elaborados por estudiosos do tema.

Ir a campo, observar os investigados, ouvir os seus relatos, registrar os seus depoimentos e escrever sobre eles, os nativos, é uma tarefa do antropólogo. Produzimos textos literários. Trata-se de Literatura e Antropologia. Os **parceiros do Rio Bonito** de Antônio Cândido de Mello e Souza, sua brilhante tese de doutorado, pode ser citada como exemplo. O sociólogo/antropólogo, literato/escritor interpreta com rara beleza e sensibilidade, os parceiros e elabora uma obra prima que tem sido lida por estudantes e professores dessas disciplinas. Mais tarde, escreveu **Literatura e Sociedade**, em que expõe o seu pensamento sobre

as relações entre Literatura, História, Sociologia, Antropologia.

O notável antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira publicou vários livros. Uma de suas obras trata sobre **O Trabalho do Antropólogo** (1998), em que o autor distingue três etapas do trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. O antropólogo se desloca para o campo, observa, escuta o investigado, faz anotações em cadernetas e diários de campo. Em seu gabinete de trabalho, escreve a sua interpretação do grupo, da sociedade que estuda, com base nos relatos de seus entrevistados e nas teorias que fundamentam o seu trabalho.

O conhecimento local tem sido uma preocupação dos antropólogos que observam, registram e escrevem obras sobre as distintas maneiras dos grupos humanos organizarem-se em sociedade. Interpretar as culturas com fundamento em um conhecimento profundo das práticas e maneiras distintas de construir o pensamento constitui o nosso objetivo. Geertz também escreveu sobre o **Conhecimento Local**. Escreve sobre a importância das contribuições dos antropólogos para o conhecimento local.

Uma obra clássica, **Casa-Grande & Senzala** de Gilberto Freyre foi editada 51 vezes. A última edição é de 2006, com prefácio do sociólogo Fernando Henrique Cardoso que escreveu: *é um livro perene*. Trata-se de uma obra literária, sociológica, em que o autor faz pesquisa densa sobre a formação da família brasileira, sob o regime patriarcal, no norte do Brasil. A leitura deste livro traz informação sobre um importante momento de nossa história regional e estrutura social em que registra conflitos entre senhores de engenho e escravos. Trata-se de uma interpretação da sociedade em que prevaleceram as relações de dominação do regime colonial.

Uma leitura atenta dos livros de Graciliano Ramos que escreveu **Vidas Secas**, considerada uma das maiores obras da literatura brasileira, que comemorou 70 anos em 2008, revelou ao país uma realidade até então desconhecida por muitos brasileiros, o escritor lúcido e brilhante fornece um conhecimento detalhado sobre a vida do sertanejo, um lutador, um forte, não privilegiado pelo sistema de classes sociais que

passa sua vida produzindo na terra do patrão, enfrentando dificuldades para garantir a sua sobrevivência e a de sua família. Trata-se de uma obra literária e antropológica/sociológica, em que Graciliano nos relata com rara sensibilidade e espírito crítico a maneira de sobreviver do sertanejo em região árida e pobre.

Grande Sertão: Veredas de João Guimarães Rosa é um romance de rara beleza, uma história que já foi lida e estudada dentro e fora do Brasil. Trata-se de um dos grandes autores brasileiros, um dos cem maiores livros da literatura universal do século XX. É uma história de amor, conflito, amizade, dor, paixão e superação.

Procurei me manter atualizada sobre os paradigmas da Ciência denominada Etnologia. Por outro lado, surgiu a oportunidade única de utilizar toda a minha experiência, o conhecimento acumulado e ocupar uma cadeira nesta Casa. Fui selecionada por ilustres acadêmicos e passo a fazer parte desta Academia, que reúne personalidades notáveis, desenvolvendo projetos para o enriquecimento mais refinado da História, da Literatura, da Cultura. Em diversas áreas do saber os senhores têm dado suas contribuições. Meu objetivo neste momento é o de me aliar aos acadêmicos para o desafio de contribuir para a preservação do patrimônio cultural, artístico do Paraná e dinamizar a Academia com novas propostas de trabalho que contribuam para o conhecimento de nossa História, da formação étnica e cultural do Paraná. Nesta Casa, cidadãos ilustres dedicam seu tempo investigando as distintas culturas regionais e urbanas que compõem o nosso Estado, que é multiétnico e pluricultural. Buscamos a nossa identidade singular, constituída por significativas contribuições de sociedades indígenas, de quilombolas, de portugueses, alemães, poloneses, italianos, holandeses, russos brancos, suábios do Danúbio, suíços, japoneses.

Na Universidade Federal do Paraná, realizei a graduação em Ciências Sociais, fui aluna e Professora assistente do Professor catedrático, José Loureiro Fernandes, antropólogo que pertenceu a esta Academia. Fundei, em 1972, o Curso de Especialização em Antropologia na UFPR.

Alguns anos mais tarde, fiz a minha livre-docência em Antropologia e realizei concurso para Professora titular na disciplina Antropologia Social na UFPR.

No Centro de Investigações e Estudos Superiores em Antropologia Social do Instituto Nacional de História e Antropologia, CIESAS-INAH localizado na Cidade do México, de 1979 a 1980 realizei o meu pós-doutorado, a convite do Dr. G. Bonfil Batalla, notável antropólogo mexicano que produziu muitas obras, sendo o seu livro **México Profundo** citado pelos antropólogos da América Latina. Por solicitação da Fundação Nacional do Índio, redigi Laudos antropológicos também por recomendação de Procuradores da República do Ministério Público Federal, em Curitiba.

Dirigi, a convite do Reitor Carlos Roberto dos Santos, o Museu da Universidade, antigo convento fundado pelos padres Jesuítas que por iniciativa de Loureiro Fernandes foi restaurado e adaptado para abrigar o Museu de Arqueologia e Etnologia, localizado na Cidade Histórica de Paranaguá. Possui magnífico acervo de peças arqueológicas, de artesanatos indígenas e da cultura cabocla do litoral. Também filmes, vídeos e biblioteca. Foi restaurado, enquanto dirigia o MAE, o mural de Poty Lazaroto, o imortal artista que retratou os índios Xetá para atender solicitação do Prof. José Loureiro Fernandes. A obra se encontrava com problemas de umidade, devido a goteiras existentes no prédio e a restauração foi realizada pela competente técnica Sueli Deschermayer, com o apoio da Fundação da Universidade Federal do Paraná. Na Secretaria de Estado da Cultura do Paraná, exerci a coordenação e a chefia do Patrimônio Cultural e dirigi os vários Museus que integram o patrimônio dessa Secretaria.

A História e a Etnografia também se valem de escritos de outros estudiosos para a elaboração de textos que analisam, interpretam as culturas, sempre atualizadas pela dinâmica do processo do contato interétnico. Retratam os conflitos que ocorrem entre índios e não índios.

Sou grata ao nosso Presidente, Dr. Eduardo Rocha Virmond,

brilhante advogado, crítico de arte, escritor e jornalista, que conheci através de meu saudoso pai, José Rodrigues Vieira Netto, que o convidou pelos seus méritos, a trabalhar em seu escritório de advocacia. É uma satisfação enorme estar nesta Academia, ao lado de tão ilustre Presidente.

Tenho grande admiração pelo Prof. Dr. René Ariel Dotti, meu caríssimo confrade, por tudo que representa para mim e para minha família. O ilustre Dr. René Dotti foi o jovem advogado que junto com o brilhante Dr. Élio Narezi, teve a necessária coragem de defender o Professor Vieira Netto das acusações injustas que foram cometidas contra ele, em 1964, ao ser aposentado compulsoriamente do cargo de Professor catedrático de Direito Civil da UFPR, conquistado através de concurso público de títulos, provas e defesa de tese.

O meu caro padrinho, Prof. Dr. Carlos Roberto Antunes dos Santos, meu colega na Universidade Federal do Paraná, que sempre admirei pela sua importante contribuição à História, pelas suas ações políticas, a frente do movimento dos professores, na busca da Universidade Necessária, democrática, livre e com autonomia. Sou grata ao colega ilustre pelas suas generosas palavras.

Sou grata a todos que me prestigiaram, depositaram confiança em minha pessoa, e estão presentes nesta sessão solene, notadamente os meus confrades e confreriras. Ao Presidente ilustre da OAB/PR, Dr. José Lucio Glomb, pelo seu apoio, por nos acolher neste auditório e neste órgão do qual tenho lembranças fortes e carinhosas. Nós paranaenses temos muito orgulho do papel que a OAB/PR exerce aqui e no cenário nacional. Faço um agradecimento à UFPR, onde me formei, fiz concursos, ministrei aulas durante mais de 45 anos, orientei alunos, realizei pesquisas, exerci cargos de responsabilidade, representei a Universidade em Reuniões Científicas. Tenho orgulho de pertencer à centenária Universidade Federal do Paraná. Sou grata aos doutores procuradores federais, notadamente da Procuradoria Geral da República localizada na Cidade

de Curitiba, sensíveis no trato das questões sociais e defesa das minorias étnicas, sempre cumprindo o papel de fiscais da União, zelando para que os não-privilegiados pela sociedade de classes tenham a proteção especial da Justiça: os Doutores Antonio Albino Ramos de Oliveira, Mário José Guisi, Antonia Lélia Krueger, Alcides Munhoz Cunha. Menciono o cidadão honrado, Doutor Juiz Federal, Mauro Stalking, que elaborou com seriedade a belíssima sentença de 200 páginas favorável aos indígenas de Mangueirinha, com fundamento no meu estudo, no Laudo que produzi. Sou grata a minha amiga Dra. Denise Martins Arruda que me recebeu em sua casa, em Londrina, em 1977. Nossas longas conversas e troca de idéias me ajudaram a entender a situação dos Kaingang do Posto Indígena Apucarana. Tenho admiração por Denise que trabalhou no Escritório Vieira Netto e realizou bela carreira no Judiciário, tornando-se Ministra do Superior Tribunal de Justiça, Sou grata aos meus caríssimos amigos, que sempre me deram apoio, principalmente em momentos difíceis de minha vida. Elevo um pensamento aos meus saudosos amigos que não mais se encontram entre nós, Maryse Hapner, Else e Oscar Virmond Arruda, Roberto Cardoso de Oliveira, Sílvia Coelho dos Santos, Francisco José Muniz, Lamartine Correa Oliveira, Newton Freira-Maia, Pompílio Mercadante, Euclides Fontoura e Rui Alvarez Vieira. Uma saudade brota das profundezas de meu coração ao lembrar da alegria que minha queridíssima mãe e meu queridíssimo pai sentiriam se pudessem estar nesta Casa, nesta solenidade.

Sou grata aos meus familiares, tive a sorte de nascer em uma família de professores, intelectuais e políticos. Minha mãe, Irmina, me ensinou a ler, a ser generosa para com as pessoas. Meu pai, Vieira Netto, despertou em mim o amor pelos livros, me orientou nas leituras dos clássicos em minha juventude, me deu conselhos sábios de amor ao próximo, de respeito às diferenças étnicas, de classe. Era um humanista, conhecia Os Sermões do Padre Antonio Vieira, as obras de Hegel, de Marx e de Engels. Minhas caras irmãs, Maria Irmina, Lígia e Maria

Lúcia, são professoras, dedicam-se à História, à Literatura e à Genética. Os meus irmãos do segundo leito, representados nesta solenidade pela querida Jacqueline, estão formados em cursos superiores, Biologia, Direito e Administração. Pedro Vieira César e Ricardo César são meus queridos sobrinhos. Minhas filhas, Cecília Beatriz, Cristiane, Carolina e Ferdinando, meu genro, são pessoas muito queridas, me proporcionam alegrias, trocamos experiências e lições de vida. Meus netos são criaturas maravilhosas, Fernanda, Ana Lúcia, Ricardo, Gustavo e Gabriel. Ao Édison meu companheiro de lutas, de viagens pelo interior dos estados do sul, em pesquisas realizadas em aldeias indígenas, sempre disposto a me acompanhar, sou grata pelo incentivo e respeito pela minha carreira universitária.

Reconheço que Édison é um espírito aberto, me apoiou nas decisões que tomei de estudar no Rio de Janeiro, no início da década de sessenta, de permanecer na Cidade do México, durante um ano 1979-1980, realizando cursos, participando de Seminários de alto nível, em CIESAS- INAH, onde convivi com antropólogos de toda a América Latina, refugiados das ditaduras implantadas em seus países de origem.

Como mensagem aos meus confrades e congreiras deixo o meu agradecimento por estar na Academia Paranaense de Letras, em ambiente que reúne intelectuais, artistas, cientistas que honram o Paraná e o Brasil. Que a liberdade de pensamento e de expressão sejam respeitadas no País e o sistema de governo democrático garanta a cada cidadão o cumprimento de seus direitos e deveres.

Curitiba, 02 de maio de 2011.

Profª Drª Cecília Maria Vieira Helm



DISCURSO DE RECEPÇÃO AO ACADÊMICO **ROBERTO MUGGIATI**

Proferido pelo acadêmico
Adherbal Fortes de Sá Júnior



Senhores,

Recepcionar Roberto Muggiati, jornalista, pesquisador e saxofonista, é mais do que um privilégio – é um momento de verdade. Vivemos o fechamento de um romance em dois tempos, que liga nosso novo acadêmico a Curitiba pequena e alegre dos anos 60 e à cidade sufocante que nos invade.

O reencontro ocorre aqui, no Paço da Liberdade, mas poderia acontecer no meio da Praça Carlos Gomes, em um ponto geográfico eqüidistante das redações da Gazeta do Povo, de O Dia e do Diário do Paraná, que ficava na José Loureiro, e do Estado do Paraná, na Barão do Rio Branco.

Como na Odisséia, imagino que, ao receber Roberto Muggiati na cadeira 33 da Academia de Paranaense de Letras, devemos *...cantar o varão que astucioso errou de clima em clima, viu de muitas nações costumes vários. Mil transeis padeceu para assegurar a vida e aos seus a volta.*

Como em um filme, é conveniente um fundo musical. Ouço a melodia do Johnson Rag – muitos devem lembrar – com que a Orquestra do Genésio abria e fechava os bailes do Círculo Militar e fornecia tema para assobiar no dia seguinte.

Ao som deste prefixo musical, devo dizer que os jornalistas de 1960 dividiam angústias e sonhos muito parecidos.

Sonhavam com o dia em que, como meu amigo Jairo Regis, sentariam à mesa de copy do Jornal do Brasil ou do Diário Carioca, ao lado de Helio Polvora, Ferreira Gullar, Moacyr Werneck de Castro.

Imaginavam o momento em que seriam admitidos, como foi o José Augusto Ribeiro, no círculo fechado de interlocutores de Claudio Abramo, que dirigia a nau do Estado de São Paulo com fleuma de almirante inglês.

Mediam a distância entre aquela realidade e o dia improvável em que participariam da reunião de pauta do Times – o de Nova York ou o de Londres, tanto fazia – ou debateriam no Café Filô a posição do Le Monde sobre o existencialismo.

Entre o sonho e nós, jornalistas, estava o Atlântico, o aeroporto, o guia Michelin, o grande mar sem fim, a fragilidade de nossa alma navegante, o baú de dúvidas, o medo de avião, o conselho do general romano Pompeu: navegar é preciso; e a ressalva de Tolstoi: para ser universal canta tua aldeia

Roberto Muggiati é um dos curitibanos que abandonou a redação da Gazeta do Povo e viajou. Privou o grande jornal paranaense de seu talento e de sua figura amena; e da elegância com que abandonava a redação, lá pela às 11 da noite, vestindo o paletó bem cortado pelo Paulo Japonês para pastorear a madrugada com Raul de Souza.

Viajou leve. Aos amigos deixou tudo que era de valor, mas pesaria na bagagem. Para um, o disco de J.J. Johnson, o maior trombonista da história do jazz, para outro um Charlie Mingus, a mim coube uma raridade: a edição capa dura de On The Road, o romance que apresentou ao mundo a beat generation.

Aqui encontramos outra odisséia. O autor Jack Kerouac é o personagem Sal Paradise do livro. Ele faz a crônica de suas viagens com Neal Cassidy/Dean Moriarty e dos jovens que encontra a caminho do Oeste, vestidos de ternura e calças jeans, às vezes selvagememente irresponsáveis em sua busca de identidade e do sentido da vida.

Deixem-me insistir: mais do que simplesmente ir ao Afonso Pena e tomar um avião, Muggiati viajou para fora, como se dizia na época.

Levava consigo uma bolsa de estudos e o sólido francês ensinado

por Madame Helene Garfunkel na Aliança Francesa. No Centre de Formation de Journalistes consolidou conhecimentos que adquiriu na redação da Gazeta com profissionais como José Muggiati Sobrinho e Reinaldo Dacheux Pereira, Orlando Soares Carbonar, Newton Stadler de Souza e Nacim Bacilla Neto.

Com seu terno e seu savoir vivre, aventurou-se com êxito pela noite parisiense, do sofisticado bar do Hotel Ritz aos cafés de intelectuais do Rive Gauche.

Dois anos depois, atravessou o Canal da Mancha e foi trabalhar no Serviço Brasileiro da BBC de Londres, com a segurança que vinha do inglês absolutamente gramatical ensinado pela Cultura Inglesa e certificado pela Universidade de Cambridge.

Após cinco anos de Europa decidiu voltar ao Brasil. Tornou-se repórter especial e redator da revista Manchete. Colaborou na Enciclopédia Bloch e foi editor dos Cadernos de Comunicação.

Mudou para São Paulo, como editor assistente da revista Veja. Contribuiu com Realidade, revista que assinalou um ponto de inflexão na história do jornalismo brasileiro. Era o New Journalism, de Tom Wolfe e Gay Talese, que chegava. O autores das reportagens e artigos mergulhavam no contexto da matéria, o fotógrafo deixava-se ver no espelho brechtiano. E cada página era leiautada como uma peça de publicidade.

De volta ao Rio de Janeiro, em 1969, Muggiati retorna ao Grupo Bloch, onde foi Diretor-Editor da Manchete durante a fase de ouro da revista. Que equipe! Carlos Drummond de Andrade, Rubem Braga, Paulo Mendes Campos, Fernando Sabino, Otto Maria Carpeaux, Nelson Rodrigues colaboravam mas não batiam ponto na redação. Mas lá estavam todo o dia Joel Silveira, Raimundo Magalhães Júnior, Carlinhos de Oliveira, Clarice Lispector, Alberto Dines, Ledo Ivo, Ruy Castro, Carlos Heitor Cony e outros desse porte.

Em paralelo com sua vida nas redações, Muggiati produziu bons livros desde 1968, quando publicou Mao e a China.

Vieram a seguir Rock/ O Grito e o Mito, logo traduzido para o espanhol, O Que É Jazz , Rock/Do Sonho ao Pesadelo, Rock/De Elvis à Beatlemania (1954-1966), Rock/Da Utopia à Incerteza (1967-1984), Jazz/Uma História em Quatro Tempos, Blues/Da Lama à Fama, que teve lançamento simultâneo em CD da Sony Music.

E mais: A Revolução dos Beatles, New Jazz: De Volta para o Futuro, e o romance A Contorcionista Mongol.

Essa obra de certa forma dá continuidade às conversas em sua casa da Rua Carlos de Carvalho, onde mostrava a nós, recém-iniciados no jazz, a diferença entre o estilo New Orleans, de 1917, quando a Original Dixieland Jazz Band pela primeira vez entrou num estúdio para gravar, e o bebop da década de 40 ou o free jazz de vinte anos depois.

Grande didata, Muggiati ensinou que ouvir Kind of Blue, com trompete de Miles Davis, ou Giant Steps com o saxofonista John Coltrane é apropriar-se de um pedaço do acervo artístico da humanidade – e como os temas do jazz descendem de Debussy e Ravel.

Mesmo longe, nosso novo confrade estimulou jam sessions em clubes, bares, em salões familiares, como o dos Sabbag, onde ouvi o pianista Gebran a dialogar no piano com Luizinho Eça, Vitor Assis Brasil, Waltel Branco e Saul da Silva Bueno, que aqui está. Saul Trumpet, o grande instrumentista paranaense, é veterano de 45 anos de boa música, 17 dos quais no espaço que ele criou em Curitiba para homenagear o jazz e dar espaço aos antigos e novos artistas.

Saúdo também a compositora, pianista e pesquisadora Marília Giller. Ela apresenta-se há 28 anos em teatros, shows, festivais, eventos e bares, no Brasil e Europa com standards da música brasileira e do jazz fusion, além de composições próprias.

Essas harmonias fazem mais sentido quando ordenadas pelos pesquisadores do porte do Muggiati, críticos de arte como nosso presidente Eduardo Virmond, de colecionadores e jazzistas que se reúnem em salas de estar, clubes e botecos – onde quer que um acorde dissonante, um tema, uma invenção deixe entrar uma nova luz em suas vidas.

Em fevereiro de 2006, Roberto Muggiati foi convidado para dar um curso sobre *Cem anos de jazz* no Espaço Cultural Santander, em Porto Alegre. Foram três palestras de três horas cada, com todas as vagas preenchidas por gente interessada, homens e mulheres dos 18 aos 80 anos de idade.

A receptividade que sentiu em relação ao jazz levou-o a escrever *Improvizando Soluções: o Jazz como Exemplo para Alcançar o Sucesso*, que saiu em 2008 pela Editora Best Seller.

O livro mostra que o jazz não é apenas um estilo musical mas uma forma de encarar o mundo, capaz de oferecer a cada indivíduo soluções de sobrevivência e caminhos para aproveitar ao máximo todo o potencial de prazer, liberdade e realização.

Este prazer e esta liberdade estão ligados à capacidade dos brasileiros – principalmente os recém-chegados à classe média – usufruir textos, entender sons, comover-se com imagens. E à nossa disposição de trabalhar para que a distribuição entre todos seja a mais justa possível.

Senhoras e Senhores, confrade Roberto Muggiati.

Volto à metáfora, para que ela fique ecoando nos ouvidos de todos, como ecoavam depois do baile os acordes do Johnson Rag.

O improviso jazzístico nunca foi tão importante.

Vemos em pane a máquina pública que administra a educação e a cultura – a falta de recursos só é superada pela dificuldade em pensar saídas. Ninguém acredita em concerto rápido, nem em solução de médio prazo – e das soluções indolentes não seremos testemunhas.

Mas vamos todos dar um passo, depois outro, e outro, na direção da escola e ajudar a melhorar a sala de aula. Um exemplo é o que faz confrade Belmiro Jobim Castor em sua modelar escola de Piraquara: com a ajuda de empresários, cria contraturnos para crianças da escola pública vizinha. Belmiro é autor de uma frase definitiva sobre o assunto: “Se

retórica e conversa fiada levassem um país a vencer o atraso já seríamos uma nação de sábios”.

Cada um faz sua parte. A confeitaria Adelia Woellner leva poesia às salas de aula. Chloris Casagrande Justen trabalha pela História do Paraná. Outros acadêmicos – não tento citar todos para não correr o risco de grave omissão – tratam de amplificar esse trabalho através dos canais tradicionais de comunicação, da Internet e das novas mídias sociais.

A idéia de fortalecer a escola para melhorar o Brasil não é novidade.

Novidade é constatar que somos o núcleo de uma grande mudança.

E que podemos fazer, nos espaços da mídia e no site da Academia, o mesmo que faz um bom jornal: confortar os aflitos e afligir os confortáveis.

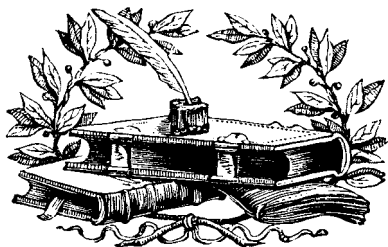
Por tudo isso saúdo a chegada ao nosso convívio do escritor brilhante e do jornalista de sucesso que é Roberto Muggiati.

Juntos, improvisando soluções, a Academia quer comungar com os paranaenses as fontes de força, inspiração e transformação da sociedade.

Seja bem-vindo, Roberto.



DISCURSO DE POSSE
ROBERTO MUGGIATI



Excelentíssimo Senhor Darci Piana, presidente do Sistema Fecomércio,
nosso gentil anfitrião nessa noite.

Excelentíssimo Presidente da Academia e caro amigo, Eduardo Virmond
Prezados confrades e confreiras,
Senhoras e Senhores.

Ingressar na Academia Paranaense de Letras é para mim uma espécie de retorno a minha Curitiba natal que deixei há cinquenta anos. Conhecia pouco dessa instituição, que foi superdimensionada por Dalton Trevisan numa antiga crônica. Dizia ele que éramos “trezentos milhões de imortais.” Orgulho-me, portanto, de fazer parte desta agremiação fabulosa, que pode se vangloriar de possuir cem milhões de membros a mais do que toda a população brasileira...

Deixando de lado as diatribes, dei-me ao trabalho de contar os membros da nossa academia, a partir de sua fundação, em 26 de setembro de 1936. São apenas 119, em quase 75 anos de existência. Somando os patronos e fundadores, seriam ao todo 199 acadêmicos — ou seja, 299 milhões, 999 mil e 801 a menos do que querem os cálculos quiméricos do nosso Dalton.

Algumas palavras sobre os ocupantes da cadeira 33, que hoje assumo. Identifico-me com o patrono Nestor de Castro, jornalista como eu. Escreveu sem parar, só parou aos 39 anos: ao deixar o expediente do jornal teve morte súbita. Outro que morreu ainda moço, aos 36 anos, foi o fundador da cadeira, o advogado Samuel César. Identifico-me com ele porque também cursei o Ginásio Paranaense, depois Colégio Estadual do Paraná.

O primeiro ocupante, Romário Martins, é um exemplo notável de jornalista: apenas com o curso primário, começou aos 15 anos como aprendiz de tipógrafo e depois passou a jornalista. Ampliou suas atividades para as de escritor, historiador, indianista, folclorista e — pioneiramente — ambientalista. Exerceu importantes cargos públicos, fundou entidades culturais como o Instituto Histórico e Geográfico do Paraná e o Centro de Letras do Paraná, precursor de nossa Academia. Fazia ponto na porta da livraria da *Gazeta do Povo*, o mesmo jornal onde comecei a trabalhar aos 16 anos. Romário Martins foi mais longe que os seus antecessores, morreu com a idade que tenho agora, 73 anos.

O segundo ocupante, Loureiro Fernandes, nascido em Portugal, me impressiona por sua dedicação à coleta de informações científicas. Fazendo pesquisas em Matinhos sobre o fundo do mar numa canoa, quase morreu afogado. Nunca cheguei a tanto e por isso admiro a sua garra de repórter.

O terceiro ocupante da cadeira 33, Edwino Tempski, médico, pedagogo e pesquisador, foi um dos principais cronistas da contribuição polonesa à cultura do Paraná. Mas seu grande feito foi, sem dúvida passar, sete anos no meio dos índios Caingangues para elaborar um trabalho notável sobre sua língua e sua cultura.

O quarto ocupante da cadeira, meu antecessor imediato, Edilberto Trevisan, formado em direito, também percorreu antes de mim os caminhos do Ginásio Paranaense e da *Gazeta do Povo*, onde atuou como colaborador. Destacou-se ainda como historiador das estradas de ferro em nosso estado, tendo sido a alma por trás do Museu Ferroviário de Curitiba.

Vejo de relance o nome de alguns acadêmicos que fizeram parte da minha vida.

- **Manoel de Oliveira Franco Sobrinho**, casado com minha querida prima Maria Helena. A convite de seu filho, Manoel Antonio - continuador da notável dinastia de advogados dos Oliveira Franco - publiquei

recentemente uma biografia de Franco Sobrinho, intitulada *Uma Razão de Viver*.

- **Bento Munhoz da Rocha Neto**, de cujas mãos recebi em 1954, quando ele era governador do Paraná, um prêmio da Cultura Inglesa, um livro de ensaios de Robert Louis Stevenson. Fico feliz que sua viúva, dona Flora, tenha levado adiante o nome da família em nossa Academia.
- Ex-professores, como o maestro **Bento Mossurunga**, no Colégio Estadual do Paraná; **Luiz Carlos Tourinho**, que me ensinou estatística na Faculdade de Engenharia; e, na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, **Rosário Farani Mansur Guérios**, de quem guardo até hoje a paixão contagiante pela etimologia.
- Jornalistas como **Samuel Guimarães da Costa** e **Dicesar Plaisant** que, na *Gazeta do Povo*, me alertou para algumas das principais armadilhas da língua portuguesa.
- Entre os confrades atuais, gostaria de citar **Clotilde de Lourdes Branco Germiniani**, colega da Cultura Inglesa e da Aliança Francesa; **João Manuel Simões**, colega no Colégio Estadual do Paraná; **Adherbal Fortes de Sá Júnior**, **Luiz Geraldo Mazza** e **René Dotti**, companheiros do histórico suplemento “Letras e Artes” do *Diário do Paraná*. E, é claro, nosso presidente **Eduardo Rocha Virmond**, companheiro de andanças culturais que iam dos livros às artes plásticas, do cinema à música, particularmente o jazz.

Devo admitir que o acaso me favoreceu com a escolha desse local. Este Paço da Liberdade — a antiga Prefeitura Municipal — me fez atentar de repente para o fato de que grande parte dos meus primeiros 20 anos de vida aconteceu num raio de mil metros a partir do ponto onde nos encontramos agora.

Faço uma analogia com a *polis* grega, que tinha seu tamanho ideal medido pelo alcance da voz de um orador postado no ponto mais alto da cidade, a acrópole. Minha mais remota lembrança, do tempo em que os

bondes ainda passavam rangendo pelos trilhos da Rua Riachuelo, era ir com meu pai na véspera de Natal comprar selos na loja de um senhor chamado Alfons Weiss. Era um velhinho simpático com cara de ratinho instalado num daqueles sobrados típicos da Curitiba de então — sobe-se uma escada íngreme e estreita, os degraus de madeira carcomidos pelo tempo, e no primeiro andar vê-se uma residência européia com móveis pesados, reposteiros protegendo a penumbra. Acho que ainda era o tempo da guerra, e o velho Alfons Weiss devia ser um judeu fugitivo do nazismo, todo o sofrimento da raça estampado no seu rosto triste. Mas era o guardião daquele mundo maravilhoso de pequenos retângulos coloridos que eu levava para casa dentro de envelopes em papel de seda e organizava nos meus primeiros álbuns filatélicos.

Aqui em frente do Paço, na Riachuelo, ficava a Casa Hertel, que vendia discos e instrumentos musicais. Na sua oficina, comprei um saxofone sopranino francês, em bom estado. Pouco toquei, meu instrumento principal era um saxofone tenor fabricado em São Paulo que comprei pelo reembolso postal e fui pegar na agência dos correios da Rua Quinze. O sopranino teve triste fim: um sobrinho do primeiro casamento o levou para Londres e alegou depois que foi roubado. Aprendi a dura lição. Nunca se deve emprestar livros e instrumentos musicais. E discos... Faço aqui meu *mea culpa*. Em 1962, levei por engano para Londres entre outros discos um LP da Billie Holiday que pertencia ao nosso querido presidente Virmond. Só pude devolver o disco 44 anos depois, por gentileza de minha amiga Marília Giller, que nos brindou esta noite com sua música maravilhosa.

Também aqui em frente, na Riachuelo, ficava o Facilitário Muggiati, uma das primeiras lojas a vender pelo sistema de crediário no Paraná. O dono era meu tio, Achilles Muggiati, o mais velho dos cinco irmãos. Comerciante bem sucedido, tio Achilles tinha veleidades intelectuais e editou alguns livros. Guardo até hoje um deles, *A Lógica da Frase*, do professor Nilo Brandão, uma gramática inteligente e sintética

de 93 páginas. Tio Achilles tinha uma cara de pau ao estilo de Buster Keaton, nunca ria. Uma publicação gaiata, um folheto patrocinado pelo Mate Leão, o colocou entre “Os Dez Mais de 1957.” “A cara é sempre a cara do emburrado./ Fechadão. Mais escuta do que fala./ O seu óculo escuro enfumaçado./ Usa-o somente em dias de grande gala.” Eu sempre quis saber o que se passava pela cabeça do meu enigmático tio. Na minha adolescência, criamos um ritual silencioso entre nós. Toda sexta-feira de carnaval eu visitava tio Achilles no Facilitário Muggiati, aqui em frente, e ele depositava em minhas mãos uma caixinha de madeira com três tubos de lança-perfume Rodo Metálico — a Veuve Clicquot das lança-perfumes. Imagino que ele não fosse ingênuo a ponto de achar que eu iria desperdiçar o precioso éter nas costas das meninas ou no olho dos desafetos — coisa que a gente fazia ainda criança nos bailes infantis, quando a lança-perfume vinha em perigosos frascos de vidro.

Uma palavra sobre os Muggiati. O nome da família vem da cidade de Muggia, na Istria Vêneto, um pequeno porto pesqueiro dez quilômetros ao sul do centro de Trieste, quase na fronteira da antiga Iugoslávia. Já no século 13, a família era inscrita no Patriziato della Repubblica di Venezia. Graças ao Google, topei com uma curiosa vinheta histórica, que tem a ver com a presença de Muggia na vida de Sigmund Freud. Quando cursava o segundo ano de medicina, Freud ganhou uma bolsa para fazer um trabalho científico na estação experimental austríaca de Trieste, que era jurisdição do Império Austro-Húngaro. O objeto da pesquisa eram os órgãos genitais das enguias, já que até então não se conheciam machos dessa espécie. Depois de duas viagens a Trieste, Freud divulgou o resultado de sua pesquisa em 1877. Seu trabalho, um modelo de investigação científica, resultou do exame minucioso de 400 enguias que ele dissecou e observou macro e microscopicamente. Sua conclusão sustentava a tese da interssexualidade, segundo a qual o sexo dessa espécie não estava determinado geneticamente. Freud tinha apenas 21 anos e sua teoria foi posteriormente confirmada. Em carta bem-

humorada a um amigo, Freud descreve uma visita dominical a Muggia, observando que as mulheres locais eram “ruivas em sua maioria, o que não coincide nem com a raça italiana, nem com a judia.”

Trinta anos depois de Freud, James Joyce — que ensinava inglês em Trieste — também passou pelo menos um domingo em Muggia, na época em que começava a escrever o seu *Ulysses*. Ter os nomes de Freud e Joyce associados ao nome da família é um motivo de orgulho, mas vamos à história mais recente de meus ancestrais.

Ela se passa na cidade de Stradella, província de Pavia, 50 quilômetros ao Sul de Milão. Meu bisavô, Ernesto Muggiati, era um libertário e socialista, freqüentava a Casa del Popolo de Milão, onde aderiu às idéias anarquistas do Dr. Giovanni Rossi, que viria para o Brasil a fim de fundar a primeira e única república anarquista do mundo, em terras doadas pelo Imperador Pedro II em Palmeiras, no Paraná. A experiência ficaria aqui conhecida como Colônia Cecília, mas encontrei grafada como “República Anarquista da Sicília”, a ilha italiana.

Com a mulher, Maria Quaroni, e seus cinco filhos, Ernesto embarcou no vapor francês *Industão*, chegando ao Rio de Janeiro em 1889, quando o Império já agonizava. Na época, grassava no Rio a febre amarela e Ernesto, para fugir à quarentena, embarcou no vapor *Campos* rumo a Paranaguá. Contraiu a febre amarela e morreu ao chegar a Paranaguá, sendo enterrado na Ilha das Cobras. A viúva com cinco filhos pequenos corajosamente subiu a Serra para Curitiba, sem nenhum dinheiro. Sua única saída foi distribuir os filhos como empregados para famílias ricas da cidade. Trabalhando dia e noite como costureira, cinco anos depois Maria conseguiu reunir os filhos numa só casa. O mais velho dos filhos, meu avô, Diogo, de espírito empreendedor, fundou com o irmão, José, uma fábrica de calçados. Chegou até a importar da Alemanha maquinaria moderna que produzia 2.000 pares de sapatos por mês. A fábrica e sua casa ficavam na Rua Riachuelo número 71, onde — no dia de San Rocco, 16 de agosto — nasceu meu pai, Gavino Roque. Aos 25 anos, Diogo casou com Luiza Dalledonne. Em 1911, doente dos pulmões

(tuberculose ou câncer, não se sabe ao certo), fez uma longa viagem para se tratar na Itália, mas morreu pouco depois, em Pavia, aos 34 anos, deixando cinco filhos.

A Praça Tiradentes é outro marco para mim. Ali ficava a estação de bondes. Uma rede impressionante de trilhos se espalhava por Curitiba, chegando até o bairro do Portão, ao Batel, à estação ferroviária e subindo a Glória, o Juvevê e o Bacacheri até o Graciosa Country Club — acho que era possível ir de bonde também às Mercês, ao Cemitério e ao antigo prado do Guabirotuba, mas aí a memória me falha. Adolescente, com toalha e calção de banho numa pequena sacola, eu ia de bonde até a piscina do Graciosa, em meio àquelas campinas verdes e ao fabuloso campo de golfe, hoje cercado por espigões.

A Catedral de Curitiba também me marcou profundamente. Muito cedo me desiludi com o catolicismo oficial: a dubiedade das aulas de catecismo, a pavorosa pressão para confessar pecados imaginários ao padre oculto em seu cubículo, o terrorismo que cercava os cuidados para a correta ingestão da hóstia sagrada, o Corpo de Cristo, o sentimento de culpa que nos era inoculado como uma vacina obrigatória — tudo isso me fez descer muito cedo do bonde da Igreja Católica. Um dado sintomático: eu, que tenho centenas de fotos registrando minha vida desde a mais tenra idade, não tenho nenhuma foto de Primeira Comunhão.

O sentimento de religiosidade em mim passou a se manifestar no plano estético, em nossa Catedral neo-gótica. A imagem do Cristo crucificado logo à entrada me impressionava, o cheiro de incenso espalhado profusamente e tornando ainda mais escuro o interior medievalesco da igreja, as imagens dos santos cobertas de panos roxos na Semana Santa, o som do órgão e do coro, a Catedral de Curitiba foi para mim uma antevisão das grandes catedrais góticas que iria conhecer depois na Europa.

Aos domingos, depois da missa das nove na Catedral, eu corria até o Clube Curitibano para os programas de auditório mirins, animados pelo José Augusto Ribeiro — já exercendo seus dotes de orador — e pelas belas

irmãs catarinenses Van Steen. O Clube Curitibano, no prédio da Barão do Rio Branco esquina com a Rua XV, foi o palco de uma importante parte da minha vida social, com seus deslumbrantes bailes de debutantes — os rapazes de smoking, as moças de vestido longo branco e capas ou estolas de vison, que deixavam na chapelaria do clube. O Curitibano se dava ao luxo de ter uma simpática sede “campestre”, na Água Verde, onde promovia soirées dançantes aos domingos. Mas foi no Curitibano da cidade que vi meus primeiros filmes *cult* (ainda não eram chamados assim), de John Garfield, James Cagney e Humphrey Bogart nas sessões noturnas do cineminha; aproveitava para passar pela biblioteca, onde tomava emprestado livros de aventuras da Coleção Terramarear, as façanhas do Tarzã, *As Minas do Rei Salomão* na tradução clássica de Eça de Queirós, a maravilhosa saga pele-vermelha do Winnetou, escrita pelo alemão Karl May, que descreveu o Oeste americano sem nunca ter pisado fora de sua aldeia. Vendeu 75 milhões de livros, um fenômeno para a época. Lembro de títulos seus como *Pelo Curdistão bravio*, *Nos desfiladeiros dos Balcãs* e *O testamento do inca*. Karl May fez minha cabeça antes de Karl Marx, outro alemão igualmente aventureiro e fantasioso. E havia ainda o italiano Emilio Salgari – morto há 100 anos em 25 de abril - com suas exóticas histórias. Os títulos já dizem tudo: *Os piratas da Malásia*, *A cimitarra do Buda*, *O leão de Damasco*. Salgari antecipou os super-heróis com a figura de Sandokan, “o Tigre da Malásia”, hoje transformado em série de televisão.

Mas aventuras mesmo — e de altíssimo risco — eram as partidas de sinuca na sala de jogos do Curitibano. Ficaram lendários os duelos entre o Boca e o Luís Afonso, mas o grande taco mesmo era o baixinho Zé Maria. Na turma júnior, meu grande rival, quase um arquiinimigo, era o Gebran. Lembro bem como ele ficava com as bochechas vermelhas ao mirar a bola sete na caçapa do fundo.

Perto daqui, o Passeio Público era nosso espaço ecozoológico da época. A região se prestava também a noitadas jazzísticas, na casa do

Ney Macedo — sempre com discos importados e aparelhos de som da última geração — e na Boate Tropical, encravada no próprio Passeio Público, onde tocava o grande trombonista Raul de Souza. Foi lá que, numa madrugada fria e solitária, o Raul conheceu um búfalo d’água. Não teve dúvida: pegou o trombone, embarcou num pedalinho, aproximou-se do bicho, e acabou fazendo um dueto com o búfalo. Há testemunhas. Há controvérsias, também. Mas o búfalo do Passeio Público foi imortalizado numa composição do Raul.

Em 1949, comecei o ginásio no Colégio Estadual do Paraná, ainda na velha sede da Ébano Pereira. No ano seguinte, nos transferimos para o novo campus, ao lado do Passeio Público. Com sua arquitetura arejada e suas quadras de esportes, era tão moderno que tinha até uma abrigo antinuclear, no melhor estilo da paranóia da Guerra Fria importada dos Estados Unidos. Lembro de ter formado guarda, com meu uniforme de gala, para a passagem do Presidente da República, marechal Eurico Gaspar Dutra, que veio especialmente para inaugurar o colégio.

Alguns episódios no Colégio Estadual do Paraná foram inesquecíveis. Eram os tempos do Cinemascope e dos filmes em 3-D e som estereofônico. O professor de Física, Leonel Moro, havia inventado um sistema que permitia a projeção panorâmica e tridimensional de filmes. Em cada aula ele nos colocava a par da tecnologia e da comercialização do Moroscópio. Infelizmente, a ideia ficou no papel e não aprendemos muita Física naquele ano. O professor de Português, Nilo Brandão — personagem esquecido, autor do irretocável *A Lógica da Frase*, que já mencionei antes —, fazia das aulas de leitura um verdadeiro laboratório de dramaturgia em que ele mesmo lia, com a voz embargada, os melhores momentos da *Crestomatia Arcaica*, como a *Última Corrida de Touros em Salva-terra*, de Rebelo da Silva. Nas aulas de música do maestro Bento Mossurunga, autor de maxixes boêmios e exaltados hinos paranistas, aprendi as cinco linhas da pauta, as claves de sol e fá e o valor das notas. Era a única sala de aula com um piano, que ele batucava com os dedos amarelados de nicotina,

sacudindo os longos cabelos grisalhos de maestro da antiga. Mossurunga, um “Toscanini das Araucárias”, era o horror das manhãs de sábado, quando todas as classes eram obrigadas a se reunir diante do colégio no final das aulas para entoar o Hino Nacional, uma operação demorada, que nos roubava uma preciosa meia hora do fim de semana. A tentação de fuga era grande, os muros do colégio até que eram baixos, mas um terrível bedel chamado Carrasco frustrava qualquer ímpeto.

Foi chegando ao Colégio Estadual numa tarde de agosto que recebi a notícia como um soco na cara: “Não tem mais aula hoje, o Getúlio se matou!” Sem nenhuma opinião formada a respeito de toda aquela confusão que rolava havia meses no Catete — mas chocado com o tiro no peito e a carta-testamento de Vargas — segui o instinto animal do jornalista e corri até a redação para colher a emoção e as glórias de minha primeira edição extra.

Eu trabalhava no jornal havia apenas seis meses. A *Gazeta do Povo* era uma curiosa instituição. Minha primeira tarefa consistia em colocar em português decente as notícias que chegavam do Rio. Ainda não tínhamos teletipo e os telegramas caíam literalmente do céu: um velho senhor trancafiado num cubículo, a cabeça dobrada ao peso de enormes fones de ouvido, recebia os últimos despachos em código Morse e os traduzia datilografando numa velha Remington. Por coincidência, o telegrafista Vergès era um kardecista convicto e tudo aquilo me parecia uma operação espírita. No térreo, as fotos eram transformadas em clichés num barraco de madeira por um ex-soldado russo, Konstantin Tchernovaloff, que lutara na Guerra Civil de 1920 — no exército branco, a favor do Tsar — e parecia um cossaco diabólico em meio aos clarões do seu arco voltaico. Um revisor, com a clássica pala verde na testa, ocupava um mezanino que era um purgatório entre a redação (no primeiro andar) e a oficina (no térreo), envolvendo com seus vapores de chumbo a bateria de linotipistas disposta diante das páginas — parafusadas em molduras de ferro como nos pasquins do Velho Oeste — e da prensa obsoleta que imprimia nossas verdades absolutas de todo dia.

A sala da chefia ficava de frente para a praça, com direito a uma sacada nas noites de verão. Ali meu tio e padrinho José Muggiati Sobrinho, jornalista e advogado que também era dono do *Paraná Esportivo* — as cinzas de um eterno charuto caindo no colete sobre a ampla barriga —, lutava com os problemas de edição, quase sempre de ordem política, desdobrando-se entre a leitura dos textos e os frequentes telefonemas, com a ajuda do fiel escudeiro, Reynaldo Dacheux Pereira. Os dois pareciam um Dom Quixote gordo e um Sancho magro. Vinha depois uma saleta de espera com um velho sofá puído, duas ou três salas de redação e, nos fundos, um banheiro imenso e sujo, verdadeiro convite à cólera (nos dois sentidos). Existia ainda uma sala de visitas especial, com sólidos móveis de pinho, pesados reposteiros e grandes sofás empoeirados, território da família dona do jornal, os De Plácido e Silva. Só vi aquele salão aberto duas ou três vezes em meus oito anos de *Gazeta*.



A equipe do jornal, disposta em várias camadas etárias, era um corte transversal na sociedade curitibana. Havia um médico que assinava a coluna social; um velho escritor que era nosso gramático-mor, o já citado Dicesar Plaisant (“Nunca escreva: ‘João, morreu’. Com

esta vírgula separando sujeito e predicado ele não vai morrer nunca!"); um cirurgião-dentista, na verdade protético, que escrevia crônicas; um repórter policial que — elementar, meu caro — trabalhava na polícia; um repórter esportivo filho de uma família fabricante de aguardente. Mas a força da redação era um grupo de jovens estudantes de advocacia, brilhantes e competitivos; o Newton Stadler de Souza, o Daquino Borges, o Nacim Bacila Neto, o Orlando Soares Carbonar, que teve uma brilhante carreira como diplomata, e ocupou o Palazzo Doria Pamphili, na Piazza Navona, como embaixador do Brasil em Roma. Na ala caçula, eu fazia tabela com o Carlos Augusto Cavalcanti de Albuquerque e colegas de outros jornais, o Adherbal Fortes de Sá Júnior e o Sylvio Back, que se tornaria o cineasta mais polêmico do Brasil. Unidos de armas mágicas como o *lead* e o *sublead*, íamos revolucionar a imprensa.

Ninguém costuma fazer hora ou puxar conversa num escritório de engenharia, numa agência de banco ou num hospital. Mas não há quem resista a uma redação. A da *Gazeta* era um autêntico farol para as almas perdidas da noite curitibana. Um de nossos visitantes mais notórios era o escritor Dalton Trevisan. Diziam que ia lá em busca de assunto. Não vejo nenhum mal nisso. Afinal, caçar histórias e personagens é a principal função do ficcionista. A principal fonte do Dalton era o Mário de Mello Leitão, dentista com alma de cronista, o “Rubem Braga do Paraná”. Sua vivência boêmia nos tempos de estudante no Rio deu o caldo às melhores *Novelas Nada Exemplares* do Dalton. A disponibilidade do Mário era fabulosa. Tem uma história dele que o Dalton não contou. Quando disputava a presidência com JK em 1955, o general Juarez Távora arranhou um avião para fazer sua campanha. Quando o avião — acho que era um DC-3 — passou por Curitiba, o Fernando Sabino, que fazia parte da campanha juarezista, ligou para a redação e convidou o Mário para integrar a caravana aérea. Com a roupa do corpo, sem levar sequer uma escova de dentes ou um aparelho de barba, o Mário embarcou numa viagem cívico-etilica que só o devolveria

a Curitiba depois de três meses de comícios por lugares deste Brasil que ele jamais se lembraria de ter passado.

Existem dois pontos da Rua XV que eu costumo chamar o *michê* e o *cachê*. O *michê*, eu como pagante, é claro, meu primeiro encontro sexual — com uma profissional, como era de praxe na época — aconteceu num pequeno prédio de apartamentos de dois andares, quase em frente à Reitoria. Fui levado lá por dois amigos, os irmãos Macedo, meus vizinhos. As mulheres eram uma argentina morena e uma loura, alemã ou polonesa. Coube a mim a loura e, se a experiência não fosse inesquecível por sua própria natureza, como ritual de passagem, havia o detalhe, na mesa de cabeceira da moça, de um vaso cheio de galhos de arruda — um aroma não exatamente afrodisíaco. Hoje, para atualizar esse meu discurso, foi verificar o local. Surpreendi-me ao ver o antigo antro da luxúria transformado no Museu Guido Viaro...

O *cachê* aconteceu quatro quadras abaixo, na Rua XV esquina com Tibagi, na sede da Associação dos Empregados do Comércio. Meu professor de saxofone, um, trompetista, me convidou para tocar no baile anual do Sindicato dos Garçons, no dia deles, 11 de agosto. Lá estava eu sentado diante da estante de música, decifrando as partituras e suando frio. Os papéis tradicionais tinham se invertido, eu agora prestava serviços aos garçons, velhos conhecidos dos bares da noite curitibana, que me serviam o ano inteiro. Naquela sua única noite de festa, eles evoluíam pela pista abraçados a suas mulheres ou amantes e, ao passarem por mim, lançavam cumprimentos efusivos, o que tornava ainda mais difícil meu desempenho musical. Ao fim do baile, Altevir, o trompetista e band-leader, me chamou a um canto e, discretamente, passou-me um maço de notas de dinheiro cuidadosamente dobradas. Foi meu primeiro e único *cachê* profissional como músico. Miraculosamente, estes dois monumentos de minha vida afetiva curitibana continuam de pé, em meio aos arranha-céus da cidade.

A Faculdade de Engenharia foi a última etapa da minha vida

em Curitiba. Eu já trabalhava na *Gazeta do Povo* quando fiz o vestibular de Engenharia e passei em vigésimo lugar. O objetivo era dar o tão almejado diploma universitário para a família. Mas pegar de cara o professor Barsotti em cálculo diferencial e integral era demais para mim. As madrugadas de jornalista me faziam perder a maioria das aulas, de manhã cedo. A Faculdade de Engenharia era a única da Universidade Federal do Paraná que não tinha chamada, nem frequência obrigatória. Obtivera esse direito graças a uma greve histórica. A maior parte do tempo eu ficava sentado nos degraus da faculdade, que davam para a Rua Quinze, em frente ao Correio, olhando as moças passarem.

Pagava caro nas férias de verão, mergulhando no estudo para passar nos exames de segunda época. Valia-me das dicas e dos apontamentos de meus colegas mais brilhantes, que passavam por média. Era basicamente a turma que se reunia para estudar num quadro-negro no jirau dos fundos da loja de móveis do pai do José Zockner, na Barão do Rio Branco: o Juca, o Segismundo Morgenstein, o Jaime Lerner, que foram meus colegas desde o primeiro ano do ginásio. E assim fui levando até o quarto ano de Engenharia, quando larguei tudo e viajei para Paris. Fui estudar no Centre de Formation des Journalistes, com bolsa do governo francês — bolsa obtida com o apoio de Madame Helene Garfunkel, diretora da Aliança Francesa. Foi a minha encruzilhada profissional, e fiz uma escolha um tanto arriscada, porque jornalismo até o final dos anos 1950 não era profissão, era hobby de boêmio. Mas já na metade dos anos 1960, com o aquecimento do mercado publicitário e o surgimento de dezenas de novas publicações, os bons jornalistas eram disputados a tapa. Ao voltar de três anos no Serviço Brasileiro da BBC de Londres, em 1965, comecei a trabalhar na Manchete, no Rio; em 1968, fui a São Paulo participar da equipe pioneira que lançou a Veja. A brincadeira iniciada na *Gazeta do Povo* de Curitiba em 1954 finalmente dava frutos.

Eu poderia ficar horas lembrando coisas que se passaram aqui por perto, numa outra Curitiba, perdida no passado. Sinto-me até

tentado a repetir a frase do replicante Batty, do filme *Blade Runner*: “Vi coisas em que vocês não acreditariam. Todos esses momentos se perderão no tempo, como lágrimas na chuva. Hora de morrer...”

Vou apenas encerrar com algumas reflexões sobre nossa terra e sua gente, reflexões que me ocorreram quando escrevia recentemente a biografia do Manoel de Oliveira Franco Sobrinho. Uma de suas preocupações obsessivas era a condição do paranaense, um ser ambíguo em permanente conflito consigo mesmo, dividido entre um orgulho bairrista ilimitado e um terrível complexo de inferioridade em relação ao resto do país. O tema da identidade do paranaense e a “autofagia” praticada com deleite pelos locais contra qualquer conterrâneo que ousasse se destacar na própria terra, teriam uma presença marcante nos textos e nas falas de Franquinho ao longo da vida. Ele conhecia a fundo Curitiba, esta cidade das duas bocas: A Cidade Sorriso, cordial e hospitaleira, e a Boca Maldita, foco de maledicência e rancores.

Aos 83 anos, em depoimento para a *Revista da Academia Paranaense de Letras*, Manoel relembrou:

“Faltava-nos o interesse pelo que se produzia no Paraná, em nossa cidade ou no Estado. Ser paranaense não era ser grande coisa. Tínhamos de aceitar que ninguém é profeta em sua terra ou tínhamos de saber que médico de casa não faz milagres. O paranismo matava os paranistas. Nossa imprensa ainda era municipal. Raros tinham trânsito na imprensa nacional. Éramos colônia dos outros e não um Estado.”

Manoel era de certa forma, como muitos de nós aqui nascidos, um homem da “Civilização do Pinheiro” a que aludiu o ensaísta Temístocles Linhares em seu livro *Paraná Vivo*. Trocando o ímpeto idílico de nossos parnasianos — ou *paranasianos* — que viam na árvore da araucária “uma taça erguida para a luz”, e adotando a visão científica, tomamos conhecimento de que a araucária é um verdadeiro fóssil vivo — como o celacanto das águas profundas — uma conífera que surgiu nos tempos triássicos e distribuiu-se na América do Sul, Austrália e Nova Zelândia,

prova de que evoluiu do antigo supercontinente de Gondwana.

Como o nosso pinheiro, que se desfaz dos galhos inferiores à medida que o tronco vai crescendo e subindo aos céus, o homem das araucárias, por mais distante que esteja do seu solo, terá cada vez mais, e eternamente, as raízes encravadas na sua terra natal.

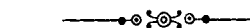
É assim que me sinto aqui, nesta noite singular, revisitando a minha Curitiba, que se perde já na cerração dos tempos, mas permanece para sempre na minha memória.

Muito obrigado a todos.



DISCURSO DE RECEPÇÃO AO ACADÊMICO
PAULO VÍTOLA

Proferido pelo acadêmico
René Ariel Dotti



ORAÇÃO DE RECEPÇÃO

*René Ariel Dotti**

UM NAVEGANTE DA QUARTA DIMENSÃO

*“Navigare necesse est, vivere non est necesse”***

A Academia Paranaense de Letras inaugura, nesta noite, mais um lugar da memória, relembrando **Vicente Machado da Silva Lima** (1860-1907), **João Cândido Ferreira** (1864-1948), **Bento Munhoz da Rocha Neto** (1905-1973) e **Ruy Noronha Miranda** (1914-2010), que foram patrono; fundador; primeiro ocupante e segundo ocupante da Cadeira de nº 25. E abre espaço, no presente, com a posse de **Paulo Francisco de Souza Vítola**, nascido no ano da graça de 1947.

Ele é filho de Curitiba, poeta do Paraná e cidadão do mundo. É um operário do teatro, da poesia, da música, do canto e da trova. Em síntese, é um autor e um compositor que trabalha com amor e que escreve o cotidiano da existência nas linhas da partitura da vida. Ele é um ser de múltiplas camadas de sensibilidade, de talento, de satisfação e de bem estar com os homens, com a cidade e com o mundo.



O teatro de **PAULO VÍTOLA** é palco iluminado e cenário aberto para olhar e sentir as alegrias e as dores do mundo. **PROCÓPIO FERREIRA** (1898-1979), em um de seus repetidos momentos de inspiração, disse:

“Para mim, a vida é a miniatura do teatro. Ele a aumenta, a embeleza, a sublima. A vida criou o conflito; o teatro o resolve. E, nessa solução, a vida tem aumentado seu patrimônio moral. A vida está cheia de Ciranos, Hamlets e Otelos, mas só depois da arte os haver mostrado é que o mundo começou a reparar neles”.¹

E, para **CHARLES SPENCER CHAPLIN** (1889-1977), o palhaço-filósofo; o maestro da alegria, o intérprete dos sentimentos mais puros e um dos frequentadores de nossa alma,

“A vida é uma peça de teatro que não permite ensaios. Por isso cante, chore, dance, ria e viva intensamente, antes que a cortina se feche e a peça termine sem aplausos.”

CARLOS DRUMOND DE ANDRADE (1902-1987), em mais um dos momentos iluminados de sua poesia imortal, cumprimentou **CHAPLIN** na pessoa de Carlitos, o seu filho dileto, com estas palavras:

“as crianças do mundo te saúdam”.

A poesia de Paulo Vítola é “o bálsamo harmonioso da alma” de que nos fala o imenso **COELHO NETO** (1864-1934). Em tempo não definido, se fora ou dentro do cárcere que reuniu os inconfidentes de Minas Gerais, **TOMÁS ANTONIO GONZAGA** (1744-1810), o português que ajudou a fazer a História do Brasil, disse, em versos:

“Se não houvesse Tasso, nem Petrarca,/por mais que qualquer delas fosse linda,/já não sabia o mundo se existiram/nem Laura, nem Clorinda”.

¹ Prefácio à peça *Deus lhe pague*, de JORACY CAMARGO (1898-1973).



VICTOR HUGO (1802-1885) conta os infortúnios e a vida miserável de **Jean Valjean**, no romance com os traços de humanismo infinito. Acompanhando seu personagem nas passagens pelo Inferno, Purgatório e o Paraíso dantesco, interrompido pela perseguição incansável que lhe moveu o chefe de Polícia **Javert**, o mais ilustre poeta francês do Século XIX, nos diz:

“No poeta e no artista há um pouco de infinito”.



Paulo Vítola ingressa, hoje, na ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS, que não é um clube fechado de escritores, nem o isolado núcleo de romancistas ou restauradores da História e muito menos o esconderijo dos poetas. A ACADEMIA é uma associação de ideias e de pensamentos coerentes e divergentes. É, também, um projeto permanente para conhecer, partilhar e multiplicar os bens espirituais abertos nos inventários da arte, da ciência, da literatura e da técnica. Os seus membros, que a liturgia dos dogmas e a cerimônia da palavra chama de *confrades e confreres*, gostam do amarelo, sem deixar, todavia, de adorar o azul, porque amam todas as demais cores do arco-íris pintado com realidade e fantasia. Na reconstrução de eventos perenes protagonizados pelos nossos heróis e de biografias que o tempo não apagou, a ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS deve estimular as gerações do presente e do porvir para transmitir a necessária advertência do laureado *confrade* **LAURENTINO GOMES**:

“Se você não sabe de onde veio, como saberá para onde vai? O Estudo da História é, portanto, fundamental para a construção do Brasil do futuro”.²

² “Ontem, hoje, amanhã”, na reportagem da revista *Ler & Cia*, ed. jan/fev de 2011.

Em um de seus múltiplos cânticos a Curitiba, Paulo Vítola recita:

“Só então sei que estou nela, /na cidade, não no seu nome,/aqui posso
caminhar de olhos fechados/ sem pisar nas pedras do petipavê,/ e se
alguém falar, somente pelo tom da voz ./ digo este é o poeta barbudo/
ou este é o barbeiro careca,/(...) aqui tenho a rosa os ventos/ na palma
de minha mão:/ da asa do pinguim do Passeio/ao taxi em que já vai
embarcar a Loura Fantasma,/ do 13 vermelho à caixa do engraxate
Pernambuco,/ do cravo na lapela do Bataclã/ ao Gravatinha tirando
chope de colarinho cremoso/ no balcão da Pomerânia,/ da cabeleira
do Maestro Mosurunga/ à sinfonia jamais escrita/para os três maiores
tocadores de caixinha de fósforo do mundo: Pires, Nireu e Cupertino,/
sei onde começa e termina cada um dos pontos cardeais/ e mais-quem
quiser saber/ como se faz a carteirinha mágica/ com que aqui se guarda e
folheia/ a coleção de Balas Zequinha, fale comigo/ (aproveite e pergunte
também/ sobre a hora precisa em que as bailarinas tailandesas/
costumam descer a interminável escadaria da Boite Marrocos)”.³

Passageiro itinerante da *divina comédia* da existência, Paulo Vítola confessa ser um *Usuário do Tempo*, ao declamar:

“Aos medidores do tempo,/digo que sigo/ou que não,/Enquanto medem
o tempo/e sempre dirão/ 1, 2, 3,/ meu coração/diz talvez. Os engenheiros
do tempo/tramam pilares/iguais, enquanto constroem o tempo/ com
ares/ profissionais,/ o vento acorda os beirais./Sou usuário do tempo./ O
meu horário/ é enquanto/ canto-que-canto-que-canto./ Desvio pilares/
dizendo 1, 2, 3./ Ao vento, assovio/ talvez”.



³ Publicado na coluna “Chope Duplo”, assinada por Paulo Vítola e César Marchsini, no jornal *O Estado do Paraná*.

A pedido de ANFRÍSIO SIQUEIRA e, certamente, com a cumplicidade afetiva de ADHERBAL FORTES DE SÁ JÚNIOR, Paulo Vítola escreveu, com a pena molhada na irreverência benfazeja dos rebeldes anônimos, as estrofes de um hino à *Boca Maldita*. A pequena esquina, na menor avenida de nossa paróquia, conquistou o *selo de qualidade* como a indiscreta confidente dos novos ateus e a trincheira da resistência democrática contra os ventos autoritários. No painel da saudade, em homenagem aos mortos, aos vivos e a todos que estão em trânsito, ali foram gravadas, com o milagre da tradição oral, as palavras que os anos não esmaecem:

“Pode ser gente bem/ Pode ser/ Pode ser gente boa/ Na Boca Não
tem pode ser não/ Pois a boca não perdoa./A Boca falou seu doutor/
Tá falado sim senhor/ A Boca pichou seu doutor/ Tá pichado”.

Paulo Vítola foi meu aluno no curso de Direito. Justamente na escola que procura indicar as regras e os caminhos da esperança pelas curvas da Justiça. Mas que atrofia os espaços da imaginação em favor das algemas da segurança. Eu lembro hoje, como se fosse ontem. Ele era – e nunca deixou de ser – simples, afetuoso, alegre, modesto. Foi LA BRUYÈRE (1645/1696) quem disse:

“A modéstia é, para o mérito, o que são as sombras para as figuras
de um quadro: dá-lhes força e relevo”.



A vivência diuturna com a música e a letra da canção popular, as emoções que em verso e prosa traduziram a sua permanente homenagem à cidade e a fecunda experiência em múltiplas áreas da comunicação humana, consagraram Paulo Vítola como excelente publicitário. Para dar uma pálida noção dessa extraordinária função que utiliza o poder da imagem e a magia da palavra para oferecer produtos e serviços,

basta a confissão de um dos maiores líderes mundiais: FRANKLIN DELANO ROOSEVELT (1882-1945). Ele foi eleito e reeleito presidente dos Estados Unidos (1933/1936, 1940/1944) e colaborou decisivamente para a vitória dos aliados na II Guerra Mundial (1939-1945). E contou:

“Se eu não fosse político, queria ser publicitário”.⁴



Esta saudação, este discurso e esta homenagem que a nossa Academia presta a Paulo Vítola seria incompleta se não anunciasse para todos os presentes e, de um modo geral, ao nosso Paraná, uma parte do seu itinerário de criação e vivência desde 1968 até 2008.

Nesses quarenta anos de vida profissional ele conquistou mais de uma centena de medalhas de criação publicitária no Prêmio Colunistas Regional e Nacional; definiu roteiros de programas audiovisuais e filmes documentários para o Banco do Brasil, Banco Nacional, Banco de Desenvolvimento Econômico do Estado do Paraná, Petrobrás, White-Martins, Prefeitura Municipal de Curitiba, Governo do Paraná, Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro, *New Holland*, Marisol, O Boticário, Estação Embratel Convention Center, Ministério da Agricultura, Ministério das Comunicações, Condor, Docol, Positivo Informática, SESC, Bosch, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, entre muitas outras empresas e instituições públicas, privadas e do terceiro setor. É roteirista da coluna “Casos e Causos do Paraná” no programa semanal Revista RPC, Rede Globo-PR.



Paulo Vítola, navegador da quarta dimensão e usineiro de

4 Em ROBERTO DUALIBI, *Dualibi das citações*, 5ª edição, São Paulo: Arx, 2004, p. 121, verbete 1028.

sonhos foi nomeado agora, neste ano de 2011, Diretor Presidente da Rádio e Televisão Educativa do Estado do Paraná.

O Governador Carlos Alberto Richa, que a afeição, a intimidade e a gratidão populares, deram-lhe o apelido de Beto Richa na pia batismal das urnas, está oferecendo para a cidade, para o Brasil e para além de nossas fronteiras, as doações de sons e a imagens de um novo tempo de Cultura e de Civilização, pelas ondas da Rádio e TV Educativa. A primeira e generosa doação é marcada pela liberdade de cultos artísticos e de informação democrática. A segunda é identificada pelo resgate das expressões populares e refinadas da Música, da Literatura, da Ciência, do Esporte, da Política e muitas outras expressões afins em pautas de programação dirigidas por quem é mestre em humanidade e especialista em eficiência. E a terceira – mas não a última doação – é revertida em favor da comunidade artística e literária de nosso imenso e generoso Estado, uma “terra de todas as gentes” como brilhantemente foi e está sendo chamada, a partir do musical de Adherbal Fortes e Paulo Vítola. Uma *liga das Nações*, um *porto aberto* como digo eu, em estribilho cívico.

O verdadeiro artista, o escritor de talento e o trabalhador honesto saberão recompensar, senhor Governador, por esse gesto de inspirada grandeza e de semeadura de um imenso e duradouro prestígio em áreas tão relevantes para o progresso espiritual de um povo. Eles não pedem cargo, emprego ou vantagens de nenhum tipo ou tamanho

Os operários do teatro, do cinema, da televisão, dos livros, os escultores da boa educação, alegria e felicidade do povo lhe serão gratos para muito além do poder temporário dos mandatos eletivos que irá exercer.

E Vossa Excelência, Senhor Governador, lhes retribuirá essas ofertas com o reconhecimento afetuoso a todos eles; conhecidos ou desconhecidos.

Porque esses trabalhadores podem lhe proporcionar, e também à sua família, a alegria e a felicidade de um tempo indelével. Porque

não será um tempo de traições, constrangimentos e frustrações que frequentemente a ciência e a arte da Política impõem às mulheres e aos homens vocacionados para transformar a sua vida, os seus caminhos e as suas esperanças em favor do bem geral de todos.

Tenho dito.



* Ocupante da Cadeira nº 3, da Academia Paranaense de Letras.

** *“Navegar é preciso, viver não é preciso”*. Frase famosa, proverbial da Idade Média e que se tornou lema das cidades hanseáticas (animadas por intenso tráfico mercantil), inscrito no portal da casa de um marinheiro, em Bremen.

DISCURSO DE POSSE PAULO VÍTOLA



Excelentíssimo Sr. Governador do Paraná, Beto Richa;
 Excelentíssimo Dr. Eduardo Rocha Virmond,
 Presidente da Academia Paranaense de Letras;
 Autoridades presentes;
 Confrades acadêmicos;
 Familiares e amigos;
 Senhoras e senhores

Nesse tempo em que tudo reclama planejamento minucioso e milimétrica precisão, olho para trás e fico assombrado com a sofisticada engenharia de trânsito empregada pelo Acaso para compor o itinerário que me trouxe até aqui.

Assim como é considerado aerodinamicamente impossível o voo dos besouros, tinha tudo para ser regularmente improvável o ingresso na Academia Paranaense de Letras de um poeta que dedicou a maior parte do seu trabalho artístico à composição de letras de música popular.

No entanto, hoje, mais do que nunca, as impossibilidades e as improbabilidades me parecem ser apenas endereços falsos, supostamente existentes em ruas desconhecidas.

E não são poucos os fatos a reforçar em mim tal convicção.

* * *

O primeiro Vitola a chegar ao Brasil desembarcou no Rio de Janeiro em 1898, estabeleceu-se em Macaé, onde sonhava começar uma nova vida, e era meu bisavô.

Chamava-se Vincenzo, ou seja, Vicente, tal qual o patrono da cadeira número 25 da Academia Paranaense de Letras, que hoje tenho a honra de ocupar.

* * *

Vincenzo Vitola nasceu em Francavilla sul Sinni, pequena comunidade localizada na província de Potenza, sul da Itália, em 1848.

Vicente Machado da Silva Lima nasceu doze anos depois, em Castro, entre Piraí do Sul e Ponta Grossa.

À primeira vista, parece que só a Academia Paranaense de Letras poderia promover um encontro entre Vincenzo Vitola e Vicente Machado. Mas sempre é bom lembrar que a vida é um evento bem mais caprichoso do que qualquer humana fantasia.

* * *

Vincenzo trouxe dois filhos menores de idade para o Brasil: Brás e Felipe. Ambos cresceram no interior do Rio de Janeiro. Um dia, Vincenzo retornou à Itália e lá permaneceu até morrer.

Brás ficou para sempre em Macaé. Mas Felipe, que viria a ser meu avô paterno, assim que alcançou a maioridade, decidiu sair dali, queria viajar, encontrar outro paradeiro, recomeçar a vida. Mas onde? – ele se perguntava, quando avistou uma caixinha de fósforos, caída na calçada de uma rua qualquer.

Juntou a caixinha, leu no rótulo o nome da cidade em que aqueles fósforos eram fabricados e decidiu mudar-se para lá. Quer dizer, para cá, pois o nome da cidade era Curitiba.

* * *

Felipe tinha cerca de 21 anos quando chegou a Curitiba com pouco mais do que a roupa do corpo. Não demorou muito para pegar uma gripe.

Recuperou-se na Santa Casa de Misericórdia, tornou-se professor do Colégio Bom Jesus, apaixonou-se por uma moça que ali trabalhava, chamada Elisa Vitorasso, casou com ela em 1913 e os dois foram morar em uma casa verde, com lambrequins no beiral, na rua Coronel Dulcídio quase esquina com... Vicente Machado.

* * *

Nessa época, o antoninense Theobaldo Souza trabalhava na Casa Peixoto, loja de tecidos e roupas brancas situada à rua XV de Novembro.

A loja pertencia a Francisco Peixoto, marido de Maria Amélia Correia e pai de Oscar, Vitorino, Estela, Laura, Maria José, Ione e Célia.

Em 1920, Theobaldo Souza e Laura Peixoto casaram e foram morar em uma casa de dois pavimentos, em que nasceram e cresceram seus filhos: Rachel, Nelson, Valderez, Maria Helena e Roberto – todos, Peixoto de Souza.

A casa ficava entre a Visconde de Nácar e a Visconde do Rio Branco, na Carlos de Carvalho, rua paralela à... Vicente Machado.

* * *

Na casa verde da Coronel Dulcídio, Felipe e Elisa Vitola foram mais prolficos. Viram nascer onze filhos: Felipe, João, Vicente, Joana, Pedro Paulo, Maria de Lourdes, Antonio, Edmundo, Rosa, Matilde e Edgar.

O curioso é que, para conhecer e namorar minha mãe, Rachel Peixoto de Souza, meu pai, Felipe Vitola Júnior, dirigia-se à casa dela, descendo... a Vicente Machado.

Portanto, já estou quase convencido de que nasci graças a Vicente Machado.

* * *

Não cheguei a conhecer Vincenzo Vitola, exceto por uma fotografia em preto e branco, dentro de uma moldura metálica que pendia de uma das paredes da casa de meu avô. Nela, ele aparece quase de perfil, a cabeça coberta por um chapéu escuro e longas barbas que um tom de cinza sugere serem castanhas. Seus olhos são nitidamente claros e parecem enxergar mais do que de fato veem, pousados em um horizonte distante e invisível como uma terra do outro lado do oceano.

Embora por muito tempo eu não tivesse visto um só retrato de Vicente Machado, ele sempre me pareceu mais próximo do que Vincenzo, e tão familiar como um velho amigo de infância.

Isso tem uma explicação. Felipe e Rachel casaram e passei a primeira infância na casa de meus avós maternos.

Pela Vicente Machado, a pé ou de bicicleta, eu ia para muitos lugares. Entre eles, a Praça Osório e a avenida João Pessoa, a cancha de esportes da Caixa Econômica Federal e o Grupo Escolar 19 de Dezembro, a janela da Boneca de Pano e a casa de meus avós paternos.

Vicente Machado foi o caminho que me levou ao coreto e ao cinema, ao futebol e às letras, à primeira fantasia e à primeira biblioteca, experiências que provavelmente muito contribuíram para que eu chegasse até a cadeira número 25 da Academia Paranaense de Letras.

Desse modo, se for para culpar alguém pela minha eleição, o principal suspeito só pode ser... Vicente Machado.

* * *

Agora, cumprindo o que prescreve o ritual desta cerimônia de posse, preciso dizer que o advogado Vicente Machado fez muita coisa antes de dar nome à avenida da minha infância.

Jornalista e professor de Filosofia no Ginásio Paranaense, ele atuou como promotor público, secretário de governo, magistrado, deputado, relator-geral da primeira Constituição do Paraná. Foi Senador da República, vice-governador e depois governador do Estado.

Uma das personalidades mais notáveis do Paraná, Vicente Machado teve sua trajetória marcada pela defesa veemente de seus princípios republicanos e abolicionistas.

Morreu jovem, aos 46 anos de idade.

Em 1936, quando foi fundada a Academia Paranaense de Letras, cada uma das 40 cadeiras recebeu o nome de um patrono. E Vicente Machado foi escolhido patrono da cadeira número 25.

Dois anos depois, no porão da casa verde da Coronel Dulcídio, que meu avô Felipe usava para produzir vinho, desabou uma pilha de garrafas.

Sem pensar duas vezes, ele disse: “meu pai morreu.”

Semanas mais tarde, a confirmação chegou pelo correio: aos noventa anos de idade, já impossibilitado de andar, utilizando apenas a força dos braços, Vincenzo havia galgado a escada que dava acesso ao terraço de sua casa, despedira-se dos prédios e das ruas, das colinas e dos vales de Francavilla Sul Sinni, para logo em seguida falecer.

* * *

A essa altura, a cadeira número 25 da Academia Paranaense de Letras, originalmente destinada a intelectuais que tivessem ocupado o cargo de governador do Paraná, tinha como fundador o médico lapeano e ex-governador do estado, Dr. João Cândido Ferreira.

Com a sua morte, em 1948, o primeiro ocupante da cadeira de Vicente Machado foi o engenheiro, político e futuro governador do estado, Bento Munhoz da Rocha Neto, responsável, entre outras realizações, pela criação do Centro Cívico, da Biblioteca Pública do Paraná e do Teatro Guaíra.

Com o segundo ocupante da cadeira de Vicente Machado, Ruy Noronha Miranda, a tradição de eleger governadores foi descontinuada. Assim como João Cândido Ferreira, o doutor Ruy foi um dos maiores médicos da nossa história em sua especialidade.

Internacionalmente reconhecido por sua enorme contribuição ao estudo da hanseníase, foi professor emérito da Universidade Federal do Paraná, escritor e filósofo, um dos fundadores do Conselho Regional de Medicina, vice-presidente da Associação Médica Brasileira e chefe do Centro de Estudos Leprológicos Souza Araújo da Universidade do Paraná. Criou o Serviço de Dermatologia do Hospital de Clínicas e a Fundação Pró-Hansen, mas não foi governador do estado.

E quanto a mim, podem ficar tranquilos pois, embora já tenha sido assediado por vários partidos, não penso em me candidatar.

* * *

De muitas formas, as palavras sempre brincaram comigo e eu com elas. De tal sorte que tenho dúvidas em decidir se escrevi a minha vida ou se foi ela que me escreveu.

Seja lá como for, alegra-me o fato de ver reconhecidos pela Academia Paranaense de Letras os meus 45 anos de trabalho na escrita de letras de música, poemas, programas de rádio e televisão, textos publicitários, peças de teatro, espetáculos musicais, trilhas de filmes, planos de comunicação, campanhas políticas, crônicas, roteiros de teledramaturgia, projetos de educação para o trânsito e para a conservação do meio ambiente, e muito mais.

* * *

E agora chegou a hora mais difícil e mais arriscada. A hora dos agradecimentos.

Difícil porque a relação pode se tornar facilmente fastidiosa. Arriscada, porque quase certamente será incompleta. Por uma e outra razão, antecipo desde já o meu pedido de desculpas.

Sinto-me grato a Dona Dionisina Marchesini, que me ensinou a decifrar as primeiras sílabas. E à paixão pelo futebol, que me ensinou a ler sozinho a revista Vida de Craque, aos seis anos de idade.

Sou gratíssimo à Irmã Maria da Graça, freira bernardina do Colégio Nossa Senhora Medianeira, que descobriu e estimulou o meu talento para escrever.

No mesmo Colégio, merece minha gratidão o Padre Otaviano Marchi, que me ajudou a enxergar com nitidez a estrutura gramatical da Língua Portuguesa. E muito especialmente o Padre Francisco de Borja Habib, que me desvendou os segredos da sintaxe e me introduziu na leitura dos principais autores das Literaturas Brasileira e Portuguesa.

Além disso, sou para sempre devedor dos meus principais parceiros de trabalho artístico: centenas de músicos, cantores, compositores, maestros, profissionais de teatro, televisão, jornal e rádio, cartunistas, diretores de arte, escritores e artistas plásticos, fotógrafos e cineastas, intelectuais e operários, que durante esse tempo todo ajudaram e continuam ajudando a transformar meus melhores sonhos em realidade.

Aos meus familiares, sobretudo a minha mãe, Rachel, aos meus irmãos, Bernadete, João Carlos, Ana Maria e Teresa, e aos meus filhos, Francisco e Paula, sou muito grato pela força, pela compreensão e, frequentemente, pela tolerância com que sempre aceitaram os movimentos nem sempre ortodoxos dessa minha vida de artista.

* * *

Nesta noite, gostaria de poder abraçar muitos amigos que já se foram. Não vou mencionar os seus nomes porque os conheço bem e tenho certeza de que, se omitir algum, virão todos puxar o meu pé durante o sono até o fim dos meus dias.

Gostaria de abraçar meu pai, Felipe, com seu chapéu de jardineiro, regando as plantas do nosso jardim. Mas não o vejo mais desde o dia em que me despedi dele no Hospital São... Vicente, na rua ... Vicente Machado.

Gostaria, por fim, de abraçar meu filho, Bernardo, que às vezes entra pela janela do meu quarto na forma de um passarinho, e dizer a ele um pequeno grande poema de Carlos Drummond de Andrade, que sempre me serviu de inspiração:

272

Eu preparo uma canção
Em que minha mãe se reconheça,
Todas as mães se reconheçam,
E que fale como dois olhos.

Caminho por uma rua
Que passa em muitos países.
Se não me veem, eu vejo
E saúdo velhos amigos.

Eu distribuo um segredo
Como quem ama ou sorri.
No jeito mais natural,
Dois carinhos se procuram.

Minha vida, nossas vidas
Formam um só diamante.
Aprendi novas palavras
E tornei outras mais belas.

Eu preparo uma canção
Que faça acordar os homens
E adormecer as crianças.



273



RELAÇÃO DAS CADEIRAS

PATRONOS
FUNDADORES
OCUPANTES

CADEIRA N.º 1

PATRONO

Antônio Vieira dos Santos (1784-1854)

FUNDADOR

José Francisco da Rocha Pombo (1857-1933)

1.º OCUPANTE

Valfrido Pilotto (1903-2006)

2.º OCUPANTE

Dante José Mendonça (1951)

CADEIRA N.º 2

PATRONO

Cândido Martins Lopes (1803-1871)

FUNDADOR

Sebastião Paraná de Sá Sotto Maior (1864-1938)

1.º OCUPANTE

Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo (1872-1955)

2.º OCUPANTE

Osvaldo Pilotto (1901-1993)

3.º OCUPANTE

Luiz Romaguera Netto (1935-2004)

4.º OCUPANTE

Ernani Lopes Buchmann (1948)

CADEIRA N.º 3

PATRONO

Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá (1827-1903)

FUNDADOR

Moysés Araújo Marcondes de Oliveira e Sá (1859-1928)

1.º OCUPANTE

Flávio Carvalho Guimarães (1891-1968)

2.º OCUPANTE

Newton Isaac da Silva Carneiro (1914-1987)

3.º OCUPANTE

René Ariel Dotti (1934)

CADEIRA N.º 4

PATRONO

Dr. José Cândido da Silva Murici (1827-1879)

FUNDADOR

José Cândido da Silva Muricy (1863-1943)

1.º OCUPANTE

José Cândido de Andrade Muricy (1895-1984)

2.º OCUPANTE

Eduardo Rocha Virmond (1929)

CADEIRA N.º 5

PATRONO

Fernando Amaro de Miranda (1831-1857)

FUNDADOR

Manoel de Azevedo da Silveira Neto (1872-1942)

1.º OCUPANTE

Tasso Azevedo da Silveira (1895-1968)

2.º OCUPANTE

Leopoldo Scherner (1919-2011)

CADEIRA N.º 6

PATRONO

Senador Manoel Francisco Correia Neto (1831-1905)

FUNDADOR

Nestor Víctor dos Santos (1868-1932)

1.º OCUPANTE

Ulysses Falcão Vieira (1885-1942)

2.º OCUPANTE

Ernani Guarita Cartaxo (1900-1967)

3.º OCUPANTE

Francisco Raitani (1897-1971)

4.º OCUPANTE

Felício Raitani Neto (1917 - 2000)

5.º OCUPANTE

Harley Clóvis Stocchero (1926-2005)

6.º OCUPANTE

Oriovisto Guimarães (1945)

CADEIRA N.º 7

PATRONO

Bento Fernandes de Barros (1834-1903)

FUNDADOR

João Pamphilo d'Assumpção (1865-1945)

1.º OCUPANTE

Oscar Martins Gomes (1893-1977)

2.º OCUPANTE

Marino Bueno Brandão Braga (1920-2010)

3.º OCUPANTE

Ney José de Freitas (1953)

CADEIRA N.º 8

PATRONO

Francisco Antônio Monteiro Tourinho (1837-1885)

FUNDADOR

Jaime Ballão (1869-1930)

1.º OCUPANTE

Ildefonso Serro Azul (1888-1949)

(Ildefonso Pereira Correia)

2.º OCUPANTE

Jaime Ballão Júnior (1891-1968)

3.º OCUPANTE

Elias Karam (1902-1975)

4.º OCUPANTE

Luiz Carlos Pereira Tourinho (1913-1998)

5º OCUPANTE

Rafael Valdomiro Greca de Macedo (1956)

CADEIRA N.º 9

PATRONO

Manoel Euphrasio Correia (1839-1888)

FUNDADOR

Leôncio Correia (1865-1950)

1.º OCUPANTE

Vasco José Taborda Ribas (1909-1997)

2.º OCUPANTE

Ário Taborda Dergint de Rawicz (1931)

CADEIRA N.º 10

PATRONO

Telêmaco Augusto Enéas Morocines Borba (1840-1919)

FUNDADOR

Ermelino Agostinho de Leão (1871-1932)

1.º OCUPANTE

Francisco de Paula Dias Negrão (1871-1937)

2.º OCUPANTE

Arthur Martins Franco (1876-1979)

3.º OCUPANTE

Ruy Christovam Wachowicz (1939-2000)

4º OCUPANTE

Raymundo Maximiano Negrão Torres (1925-2006)

5º OCUPANTE

Flora Camargo Munhoz da Rocha (1911)

CADEIRA N.º 11

PATRONO

Alfredo Caetano Munhoz (1845-1921)

FUNDADOR

Alcides Munhoz (1873-1930)

1.º OCUPANTE

Laertes de Macedo Munhoz (1900-1967)

2.º OCUPANTE

João Manuel Simões (1939)

CADEIRA N.º 12

PATRONO

Ubaldo do Amaral Fontoura (1842-1920)

FUNDADOR

Euclides da Motta Bandeira e Silva (1877-1947)

1.º OCUPANTE

José de Sá Nunes (1893-1954)

2.º OCUPANTE

Faris Antônio Salomão Michaele (1911-1977)

3.º OCUPANTE

Ernani Costa Straube (1929)

CADEIRA N.º 13

PATRONO

Generoso Marques dos Santos (1844-1928)

FUNDADOR

Enéas Marques dos Santos (1883-1961)

1.º OCUPANTE

Manoel de Oliveira Franco Sobrinho (1916-2002)

2º OCUPANTE

Rui Cavallin Pinto (1928)

CADEIRA N.º 14

PATRONO

José Bernardino Bormann (1844-1919)

FUNDADOR

Dídio Iratim Affonso da Costa (1881-1953)

1.º OCUPANTE

Júlio Estrella Moreira (1899-1975)

2.º OCUPANTE

José Carlos Veiga Lopes (1939-2010)

CADEIRA N.º 15

PATRONO

Dr. João José Pedrosa (1844-1882)

FUNDADOR

Clemente Ritz (1888-1935)

1.º OCUPANTE

Virgílio Moreira (1900-1973)

2.º OCUPANTE

Christovam Colombo de Souza (1920-1991)

3.º OCUPANTE

Adélia Maria Woellner (1940)

CADEIRA N.º 16

PATRONO

Brasílio Itiberê da Cunha (1846-1913)

FUNDADOR

Paulo Ildephonso d'Assumpção (1868-1928)

1.º OCUPANTE

Benedito Nicolau dos Santos (1878-1957)

2.º OCUPANTE

Bento João d'Albuquerque Mossurunga (1879-1970)

3.º OCUPANTE

Benedito Nicolau dos Santos Filho (1914-1987)

4.º OCUPANTE

Alceo Ariosto Bocchino (1918)

CADEIRA Nº 17

PATRONO

Eusébio Silveira da Motta (1847-1909)

FUNDADOR

Dario Persiano de Castro Vellozo (1869-1937)

1.º OCUPANTE

Dicesar Plaisant (1894-1969)

2.º OCUPANTE

Flávio Suplicy de Lacerda (1903-1983)

3.º OCUPANTE

Euro Brandão (1924-2000)

4º OCUPANTE

Clemente Ivo Juliatto (1940)

CADEIRA N.º 18

PATRONO

Joaquim de Almeida Faria Sobrinho (1847-1909)

FUNDADOR

Hypólito Pacheco Alves de Araújo (1969-1946)

1.º OCUPANTE

Manoel de Lacerda Pinto (1893-1974)

2.º OCUPANTE

Francisco da Cunha Pereira Filho (1926-2009)

3º OCUPANTE

José Laurentino Gomes (1956)

CADEIRA N.º 19

PATRONO

José Gonçalves de Moraes (1849-1909)

FUNDADOR

José Gelbecke (1879-1960)

1.º OCUPANTE

Arildo José de Albuquerque (1914-1974)

2.º OCUPANTE

Joaquim Carvalho (1910-1974)

3.º OCUPANTE

Carlos Alberto Sanches (1941)

CADEIRA N.º 20

PATRONO

Albino José Silva (1845-1905)

FUNDADOR

José Niepce da Silva (1876-1935)

1.º OCUPANTE

Ciro Silva (1883-1968)

2.º OCUPANTE

Francisco Pereira da Silva (1909-1974)

3.º OCUPANTE

Samuel Guimarães da Costa (1917-1997)

4.º OCUPANTE

Luiz Geraldo Mazza (1931)

CADEIRA N.º 21

PATRONO

João Evangelista Braga (1850-1913)

FUNDADOR

Leônidas Moura de Loyola (1892-1938)

1.º OCUPANTE

Milton Ericksen Carneiro (1902-1975)

2.º OCUPANTE

Ernani Simas Alves (1914-2000)

3º OCUPANTE

Albino de Brito Freire (1941)

CADEIRA N.º 22

PATRONO

Monsenhor Manoel Vicente Montepoliciano da Silva (1851-1909)

FUNDADOR

Bispo Dom Alberto José Gonçalves (1859-1945)

1.º OCUPANTE

Carlos Stellfeld (1900-1970)

2.º OCUPANTE

Metry Bacila (1922 - 2012)

CADEIRA N.º 23

PATRONO

Fernando Machado Simas (1851-1916)

FUNDADOR

Ernesto Luiz de Oliveira (1874-1938)

1.º OCUPANTE

Hugo Gutierrez Simas (1883-1941)

2.º OCUPANTE

Arthur Ferreira dos Santos (1894-1972)

3.º OCUPANTE

Odilon Túlio Vargas (1929-2008)

4.º OCUPANTE

Jeorling Joely Cordeiro Cleve (1932)

CADEIRA.º 24

PATRONO

Luiz Ferreira França (1853-1921)

FUNDADOR

Serafim França (1888-1967)

1.º OCUPANTE

Assad Amadeu Yassim (1935-1985)

2.º OCUPANTE

Chloris Casagrande Justen (1923)

CADEIRA N.º 25

PATRONO

Vicente Machado da Silva Lima (1860-1907)

FUNDADOR

João Cândido Ferreira (1864-1948)

1.º OCUPANTE

Bento Munhoz da Rocha Neto (1905-1973)

2.º OCUPANTE

Ruy Noronha Miranda (1914-2010)

3.º OCUPANTE

Paulo Vítola (1947)

CADEIRA N.º 26

PATRONO

Joaquim Dias da Rocha Filho (1862-1895)

FUNDADOR

Francisco Heráclito Ferreira Leite (1889-1982)

1.º OCUPANTE

Wilson da Silva Bóia (1927-2005)

2.º OCUPANTE

Leo de Almeida Neves (1932)

CADEIRA N.º 27

PATRONO

Domingos Virgílio do Nascimento (1862-1915)

FUNDADOR

Omar Gonçalves da Motta (1910-1972)

1.º OCUPANTE

Noel Nascimento (1925)

CADEIRA N.º 28

PATRONO

Francisco Carvalho de Oliveira (1863-1927)

FUNDADOR

Rodrigo Júnior (1887-1964)

(João Baptista Carvalho de Oliveira)

1.º OCUPANTE

Leonardo Henke (1906-1986)

2.º OCUPANTE

Helena Kolody (1912-2004)

3.º OCUPANTE

Belmiro Valverde Jobim Castor (1942)

CADEIRA N.º 29

PATRONO

Leônidas Fernandes de Barros (1865-1926)

FUNDADOR

Adolpho Jansen Werneck de Capistrano (1879-1932)

1.º OCUPANTE

Alcindo Lima (1902-1935)

2.º OCUPANTE

Carlos Alberto Teixeira Coelho Júnior (1894-1969)

3.º OCUPANTE

Ladislau Romanowski (1902-1997)

4.º OCUPANTE

Leonilda Hilgenberg Justus (1923 - 2012)

CADEIRA N.º 30

PATRONO

Emiliano David Pernetá (1866-1921)

FUNDADOR

José Henrique de Santa Ritta (1872-1944)

1.º OCUPANTE

Octávio De Sá Barreto (1906-1986)

2.º OCUPANTE

Oldemar Justus (1922-2006)

3.º OCUPANTE

Adherbal Fortes de Sá Júnior (1938)

CADEIRA N.º 31

PATRONO

Emílio Correia de Menezes (1866-1918)

FUNDADOR

Helvídio da Silva Pereira (1883-19?)

1.º OCUPANTE

Lauro Grein Filho (1921)

CADEIRA N.º 32

PATRONO

Joaquim Procópio Pinto Chichorro Júnior (1866-1926)

FUNDADOR

Alceu Chichorro (1896-1977)

1.º OCUPANTE

Emílio Leão de Mattos Sounis (1913-1999)

2.º OCUPANTE

José Wanderlei Miranda de Resende (1938)

CADEIRA N.º 33

PATRONO

Nestor Pereira de Castro (1867-1906)

FUNDADOR

Samuel César de Oliveira (1895-1934)

1.º OCUPANTE

Alfredo Romário Martins (1874-1948)

2.º OCUPANTE

José Loureiro Ascensão Fernandes (1903-1977)

3.º OCUPANTE

Edwino Donato Tempski (1913-1995)

4.º OCUPANTE

Edilberto Trevisan (1923-2010)

5.º OCUPANTE

Roberto Mugiatto (1937)

CADEIRA N.º 34

PATRONO

Júlio David Pernetá (1869-1921)

FUNDADOR

João David Pernetá (1874-1933)

1.º OCUPANTE

Raul Rodrigues Gomes (1889-1975)

2.º OCUPANTE

Antônio Celso Mendes (1934)

CADEIRA N.º 35

PATRONO

Nilo Cairo da Silva (1874-1928)

FUNDADOR

José Pereira de Macedo (1883-1965)

1.º OCUPANTE

Mário Braga de Abreu (1906-1981)

2.º OCUPANTE

Moysés Goldstein Paciornik (1914-2008)

3.º OCUPANTE

Ricardo Pasquini (1938)

CADEIRA N.º 36

PATRONO

Ricardo Pereira de Lemos (1871-1932)

FUNDADOR

Heitor Stockler de França (1888-1975)

1.º OCUPANTE

Apollo Taborda França (1926)

CADEIRA N.º 37

PATRONO

Ismael Alves Pereira Martins (1876-1926)

FUNDADOR

Vicente Montepoliciano Nascimento Júnior (1880-1958)

1.º OCUPANTE

José Augusto Gumy (1889-1971)

2.º OCUPANTE

Dario Nogueira dos Santos (1899-1980)

3.º OCUPANTE

Pompília Lopes dos Santos (1900-1993)

4.º OCUPANTE

Hellé Vellozo Fernandes (1925-2008)

5.º OCUPANTE

Clotilde de Lourdes Branco Germiniani (1938)

CADEIRA N.º 38

PATRONO

Reinaldino Antônio Scharffenberg de Quadros (1878-1929)

FUNDADOR

Durval Borges de Macedo (1895-1984)

1.º OCUPANTE

Mário Marcondes de Albuquerque (1915-1998)

2.º OCUPANTE

Carlos Roberto Antunes dos Santos (1945)

CADEIRA N.º 39

PATRONO

Aristides de Paula França (1879-1910)

FUNDADOR

José Antônio Fernandes Cadilhe (1881-1942)

1.º OCUPANTE

José Farani Mansur Guérios (1906-1943)

2.º OCUPANTE

Rosário Farani Mansur Guérios (1907-1984)

3.º OCUPANTE

Francisco Filipak (1924-2010)

4.º OCUPANTE

Cecília Helm (1937)

CADEIRA N.º 40

PATRONO

Cícero Marcondes França (1884-1908)

FUNDADOR

Generoso Borges de Macedo (1875-1945)

1.º OCUPANTE

Ângelo Guarinello (1876-1959)

2.º OCUPANTE

Alvir Riesemberg (1907-1975)

3.º OCUPANTE

Valério Hoerner Júnior (1943)



ENDEREÇOS DOS ACADÊMICOS

Adélia Maria Woellner adeliamaria@hotmail.com	Rua Maria Valenga, 257 Piraquara – PR 83305-085	(41) 3673-2384
Adherbal Fortes de Sá Júnior afortesjr@uol.com.br	Rua Ivo Leão, 702/103 Curitiba - PR 80030-180	(41) 3252-2035
Albino de Brito Freire abfreire2007@onda.com.br	Al. Júlia da Costa 941/902 Curitiba – PR 80430-110	(41) 3015-7214
Alceo Bocchino	Rua Santa Clara, 303/303 Rio de Janeiro – RJ 22041-010	(21) 2255-3762
Antônio Celso Mendes antcmendes@gmail.com	Av. Anita Garibaldi, 31/1102 Curitiba – PR 80540-180	(41) 3253-2645
Apollo Taborda França apolloversos@hotmail.com	Rua Visc. Guarapuava 1535/122 Curitiba – PR 80060-060	(41) 3363-5199
Ário Taborda Dergint ligiamad@ig.com.br	Rua Des. Otávio Amaral, 770/3 Curitiba – PR 80730-400	(41) 3335-9727
Belmiro Valverde Jobin Castor belmirocastor@gmail.com	Rua Manuel Eufrásio 235/31 Curitiba - PR 80030-440	(41) 3252-7756
Carlos Alberto Sanches cepsanches@gmail.com	Av. Iguaçu, 3000/ 501 Curitiba – PR 80240-031	(41) 3244-9279

Carlos Roberto Antunes dos Santos robertunes@terra.com.br carlos@ufpr.br	Rua Pres. Epitácio Pessoa 275 Curitiba – PR 82530-270	(41) 3262-9680
Cecília Helm ceciliah@onda.com.br	Rua Camões, 1790 - ap.101 Curitiba - PR 80040-180	(41) 3254-1914
Chloris Casagrande Justen ccjusten@onda.com.br	Rua Des. Otávio Amaral, 557/142 Curitiba-PR 80730-400	(41) 3018-1127
Clemente Ivo Juliatto reitor@pucpr.br	Rua Imaculada Conceição, 1155 Reitoria PUC-PR Curitiba - PR 80215-901	(41) 3271-1505
Clotilde Branco Germiniani frankgerminiani@uol.com.br	Rua Buenos Aires, 611/201 Curitiba - PR 80250-070	(41) 3233-7941
Dante Mendonça mendoncadante@hotmail.com	Rua Augusto Stelfeld 873, Ap. 203 Curitiba - PR 80430-140	
Eduardo Rocha Virmond erv@ervirmond.com.br	Rua Lamenha Lins, 940 Curitiba – PR 80250-020	(41) 3222-0348
Ernani Costa Straube ernanic@fae.edu	Av. Paraná, 775/ 06 Curitiba – PR 80035-130	(41) 3252-4767

Ernani Lopes Buchmann ernani@seujoao.com	Rua Dep. Heitor Alencar Furtado, 1720 Ap 2303 Curitiba - PR 81200-110	(41) 3279-1270
Flora Camargo Munhoz da Rocha	Praça General Osório, 225 Apto. 801 Curitiba - PR 80020-010	(41) 3222-7316
Jeorling J.C. Cleve dircecleve@onda.com.br	Rua Deputado Mário de Barros, 944 Curitiba - PR 80530-280	(41) 3253-4539
João Manoel Simões	Rua Tibagi, 137/ 142 Curitiba – PR 80060-110	(41) 3222-9988
José Wanderlei Resende jwresende@pop.com.br	Al. Júlia da Costa, 879 Ap52 Curitiba – PR 80430-110	(41) 3222-4730
Laurentino Gomes lgomes@laurentinogomes.com.br	Rua Vinte e Um, 51 Condomínio Vila Real de Itu Itu-SP 13312-393	(11)-9626-7252
Lauro Grein Filho igrein@hotmail.com	Rua Vicente Machado, 1310 Curitiba – PR 80420-011	(41) 3232-6622 (41) 3242-7299
Léo de Almeida Neves leoneves@cafepele.com.br	Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3900 1º andar, cj 101 São Paulo SP 04538-132	(11) -2175-2707

Luiz Geraldo Mazza	Av. Paraná, 775/01 Curitiba – PR 80035-130	(41) 3252-8504
Noel Nascimento beatrizleme@terra.com.br	Rua Cabral, 246/ 131 Curitiba – PR 80410-210	(41) 3225-6819
Oriovisto Guimarães vbarros@positivo.com.br eladir@positivo.com.br	Av.Cândido Hartmann, 1400 Curitiba – PR 80710-570	(41) 3336-3838
Paulo Vítola paulovitola@paulovitola.com.br	Rua Pe. Agostinho, 1415 Curitiba - PR 80710-000	
Rafael Greca de Macedo rafaelgreca@sul.com.br	Rua Ébano Pereira, 11-14º andar Curitiba – PR 80410-901	(41) 3324-4000
René Ariel Dotti rene.dotti@onda.com.br	Av. N.S. da Luz, 2625 Curitiba – PR 82530-010	(41) 3263-3843
Ricardo Pasquini pasquini@hc.ufpr.br	Rua Mendelsson, 50 Curitiba – PR 80420-011	(41) 3338-6312

Rui Cavallin Pinto rpullus@turbo.com.br	Av. Vicente Machado, 1171/402 Curitiba - PR 80420-011	(41) 3232-8767
Roberto Muggiati muggiati@infolink.com.br	Rua Real Grandeza, 82 Casa 3 22281-034	(21) 2537-4900 7174-5088
Valério Hoerner Jr. vhoerner@terra.com.br	Rua Teodorico Bittencourt, 40 Curitiba - PR 82520-480	(41) 3779-3309

SUMÁRIO



Em defesa da língua **5**
Eduardo Rocha Virmond

XVII SEMANA DE HISTÓRIA **7**
Abertura **9**
Eduardo Rocha Virmond

Os 180 anos da abdicação de D. Pedro I **13**
Laurentino Gomes

1831: A abdicação de D. Pedro I (ou renúncia): 180 anos **29**
Carlos Roberto Antunes dos Santos

Os 120 anos da Constituição de 1891: Tempo e Aprendizado **35**
Rogéria Dotti

Em torno da Constituição de 1891-Variantes sobre a República **55**
Eduardo Rocha Virmond

Crise política de 1961 - 50 anos **69**
Léo de Almeida Neves

Crise política de 1961 **115**
Euclides Scalco

**75 ANOS DA ACADEMIA
PARANAENSE DE LETRAS 121**

Abertura 123
Eduardo Rocha Virmond

Homenagem aos 75 anos da Academia Paranaense de Letras..... 125
Chloris Casagrande Justen

Antonio de Sá Camargo - Visconde de Guarapuava 133
Jeorling Cordeiro Cleve

A concepção de universidade em Rocha Pombo 139
Carlos Roberto Antunes dos Santos

Sobre Wilson Martins 145
Eduardo Rocha Virmond

Bento Munhoz da Rocha Netto e os desafios da modernidade 151
Belmiro Valverde Jobim Castro

75 anos da Academia Paranaense de Letras 159
Antonio Celso Mendes

SOLENIDADE DE POSSE DOS NOVOS ACADÊMICOS 163

DISCURSOS PROFERIDOS

René Ariel Dotti 165
Jeorling Cordeiro Cleve..... 175
Albino de Brito Freire 187
Ney José de Freitas 195
Carlos Roberto Antunes dos Santos 205

Cecília Maria Vieira Helm 213
Adherbal Fortes de Sá Júnior 227
Roberto Muggiati 235
René Ariel Dotti 253
Paulo Vítola 263

RELAÇÃO DAS CADEIRAS 275

ENDEREÇOS DOS ACADÊMICOS 287



